



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
BÁSICA

NÚBIA CRISTINA SOUZA NUNES



**HISTÓRIA DA APAE DE BELÉM-PARÁ:
A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DR. SAINT CLAIR
MARTINS (1982-2009)**

Belém-Pará

2025

NÚBIA CRISTINA SOUZA NUNES

**HISTÓRIA DA APAE DE BELÉM-PARÁ:
A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DR. SAINT CLAIR
MARTINS (1982-2009)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Curriculo e Gestão da Escola Básica, do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica - UFFPA, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Escola Básica.

Linha de Pesquisa: História da Educação Básica

Orientadora: Professora Dr^a. Maria José Aviz do Rosário.

Belém-Pará

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBN
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N972h NUNES, Núbia Cristina Souza.
HISTÓRIA DA APAE DE BELÉM-PARÁ: : A CRIAÇÃO E
IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DR. SAINT CLAIR MARTINS /
Núbia Cristina Souza NUNES. — 2025.
118 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Maria José Aviz do Rosário
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo
de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Programa de
Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Belém,
2025.

1. História da Apae Belém. 2. Instituição Escolar. 3.
Pessoa com Deficiência . I. Título.

CDD 370

NÚBIA CRISTINA SOUZA NUNES

**HISTÓRIA DA APAE DE BELÉM-PARÁ:
A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DR. SAINT CLAIR
MARTINS (1982-2009)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), vinculada ao Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB), da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestra em Currículo e Gestão da Escola Básica.

Orientadora: Professora Dr^a. Maria José Aviz do Rosário.

Data de aprovação: 10/ 03/2025

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a Maria José Aviz do Rosário-PPEB/NEB/UFPA
Orientadora

Professora Dr^a Livia Sousa da Silva- PPEB/NEB/UFPA
Avaliadora interna

Prof^a Dr^a Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino França- PPGED/UEPA
Avaliadora externa

Professora Dr^a Vivian da Silva Lobato-PPEB/NEB/PPGCITI/UFPA
Membro Suplente

Dedico esta conquista às minhas filhas Talyane, Thalyélle, Thamyres e a minha neta Alícia Vitória, pois quero deixar um legado de que, jamais devemos desistir de lutar pela concretização dos sonhos, quando servimos ao Deus poderoso.

AGRADECIMENTOS

Neste momento ímpar da história de minha caminhada acadêmica quero “Render graças ao Senhor Jesus, pois concretizei mais um sonho, bem como sou grata a Universidade Federal do Pará, por me oportunizar a finalização de mais um curso nesta universidade pública que é referência no norte do país.

Gratidão ao PPEB, a prof^a Clarice Melo, aos(as) professores (as) e funcionários que fizeram parte desta história contribuíram direta ou indiretamente para a finalização do curso, bem como aos colegas de turma e ao amigo Guerrier pela parceria durante os estudos.

Sou grata à minha orientadora, prof^a Maria José Aviz do Rosário, por compartilhar aprendizados e pela paciência durante as orientações no processo de construção desta dissertação. Agradeço às professoras que compuseram a minha banca avaliadora de exame de qualificação e defesa, porque deram contribuições valiosas para esse estudo, a prof^a Dr^a Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino França e prof^a Dr^a Livia Sousa da Silva.

Gratidão a instituição Apae de Belém, por ter oportunizado, realizar a pesquisa em seus arquivos para que pudesse coletar dados e finalizar este estudo. Ao presidente da FEAPAES/PA, Dr. Emanoel O' de Almeida Filho, por disponibilizar fontes documentais que auxiliaram na dissertação. Assim como, agradeço as amigas: Marlene Magalhães, Zenaide Farias, Zenilda Calixto, Mayara Santos, Ana Patricia e Ivanete Magalhães por todo apoio.

Sou grata a minha neta Alícia Vitória, princesa, que acompanhou minha trajetória desde o processo seletivo de mestrado com muito amor. Gratidão ao apoio e carinho das minhas filhas Talyane, Thalyélle, Thamyres e esposo Nelson.

A gratidão perpassa pela lembrança de pessoas que partiram, mas sempre estarão presentes no meu coração, pois foram fundamentais para que me tornasse a pessoa que sou, minha mãe Jacyra Souza (*in memory*), meu mano Marcinho (*in memory*), meu tio Antonio Lázaro (*in memory*) e a todos da minha família, que torcem e ficam felizes com as minhas conquistas: tia Iraci, Marcos André, Henrique, mana Nivia Souza, Handley, Danilo, Marley, Maycon, mano Max André, Grasy e a minha família de Manaus.

Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas sobretudo com eles lutam. (Freire, 1987, p. 23)

RESUMO

Este estudo busca compreender a história da APAE de Belém-Pará., a partir da seguinte questão de investigação: Como se deu a criação e implantação da Escola em Regime de Convênio Dr. Saint Clair Martins pela Apae de Belém/PA no período de 1982-2009? Objetivando analisar a criação e implantação da Escola Dr. Saint Clair Martins. O desenvolvimento desta investigação, baseou-se na abordagem histórica, na perspectiva de análise dialética de Marx (2003), a partir de levantamentos bibliográficos e documentais. Os aportes teóricos que embasaram este estudo, foram autores que discutem a Educação Especial: Jannuzzi (1992), Mazzotta (2011), Farias (2019) e Nascimento (2018). Assim como, Cury (1989), sobre a Política Educacional, Vieira; Peixoto; Khoury (1989), Sanfelice (2009) e Magalhães (2004) sobre instituições escolares. As fontes documentais e iconográficas utilizadas foram, Ata de criação da instituição, o Projeto Político Pedagógico e fotografias. Os resultados do estudo constataram que a ERC Dr. Saint Clair Martins, foi criada pela Apae de Belém, tendo como público alvo a pessoa com deficiência intelectual e múltipla e que a sua criação por uma entidade filantrópica, fez parte de um movimento nacional, por meio de lutas e mobilizações de pais, médicos e outros que reivindicavam serviços educacionais para a PCD e não contavam com o apoio governamental. A instituição em princípio necessitou fazer campanhas para arrecadar doações e iniciar a construção de um novo prédio inaugurado em 1991, passando a oferecer serviços educacionais para uma demanda maior de 300 alunos. O estudo mostrou ainda que a criação da escola, contribuiu para desinvisibilizar nas escolas as pessoas PCD invisibilizados historicamente nas escolas e pelo Estado, favorecendo o avanço da educação da PCD intelectual tanto em nível nacional como local. As conclusões pontuam que a história da criação da ERC Dr. Saint Clair Martins, contribuiu para uma visibilidade maior desses sujeitos, tanto para que o Estado do Pará pudesse investir na educação local como para o crescimento das entidades Apae nos demais municípios paraenses. Mostrando a força que tem a mobilização da sociedade civil em prol de objetivos que sejam para o bem comum, sobretudo, daqueles que foram discriminados e excluídos historicamente das instituições educacionais. Além de mostrar a força que tem uma mobilização social para a construção de uma sociedade menos excludente e que garanta a educação como “direitos de todos”.

Palavras-chave: História da Apae Belém; instituição escolar; Pessoa com deficiência.

ABSTRACT

This study seeks to understand the history of APAE in Belém-Pará, based on the following research question: How was the creation and implementation of the Dr. Saint Clair Martins School in Agreement Regime by APAE in Belém/PA in the period 1982-2009? Aiming to analyze the creation and implementation of the Dr. Saint Clair Martins School. The development of this investigation was based on the historical approach, from the perspective of Marx's (2003) dialectical analysis, based on bibliographical and documentary surveys. The theoretical contributions that supported this study were authors who discuss Special Education: Jannuzzi (1992), Mazzotta (2011), Farias (2019) and Nascimento (2018). As well as Cury (1989), on Educational Policy, Vieira; Peixoto; Khoury (1989), Sanfelice (2009) and Magalhães (2004) on school institutions. The documentary and iconographic sources used were the institution's founding minutes, the Political Pedagogical Project and photographs. The results of the study found that the ERC Dr. Saint Clair Martins was created by Apae de Belém, targeting people with intellectual and multiple disabilities and that its creation by a philanthropic entity was part of a national movement, through struggles and mobilizations of parents, doctors and others who demanded educational services for PCD and did not have government support. The institution initially needed to run campaigns to raise donations and begin construction of a new building inaugurated in 1991, starting to offer educational services for a demand greater than 300 students. The study also showed that the creation of the school contributed to making people with disabilities invisible in schools, who have historically been invisible in schools and by the State, favoring the advancement of education for intellectually disabled people at both the national and local levels. The conclusions point out that the history of the creation of the ERC Dr. Saint Clair Martins contributed to greater visibility for these individuals, both so that the State of Pará could invest in local education and for the growth of APAE entities in other municipalities in Pará. This shows the strength of civil society mobilization in favor of objectives that are for the common good, especially for those who have been discriminated against and historically excluded from educational institutions. In addition, it shows the strength of social mobilization to build a less exclusionary society that guarantees education as a "right for all".

Keywords: History of Apae Belém; educational institution; Person with disabilities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Imagen 1: Prédio do hospital dos Lázaros..... | 47 |
| Imagen 2 : Prédio do hospício Juliano Moreira..... | 48 |
| Imagen 3: Professora Blandina Alves Torres..... | 50 |
| Imagen 4: Professora Nazaré Cristo Barbosa Nascimento..... | 51 |
| Imagen 5: Professora Adiles Araci Alves..... | 52 |
| Imagen 6: Reprodução da ata de fundação da Apae de Belém..... | 65 |
| Imagen 7: Saint Clair e Alice Martins, fundadores da Apae de Belém..... | 67 |
| Imagen 8: Maloca provisória utilizada pela Apae de Belém..... | 68 |
| Imagen 9:- Prédio da Apae de Belém, antes da reforma..... | 69 |
| Imagen 10: Os primeiros presidentes da Apae de Belém..... | 71 |
| Imagen 11: Educadora Nazaré Cristo Nascimento..... | 72 |
| Imagen 12:- Sr ^a Alice Martins, Guilherme Viana e a educadora Nazaré Nascimento..... | 73 |
| Imagen 13: Presidente Dr. Luiz Augusto Machado..... | 74 |
| Imagen 14: Presidenta, Laura Rossetti..... | 75 |
| Imagen 15: Presidenta, sr ^a Clélia Silva..... | 76 |
| Imagen 16: Presidente Dr. Emanoel O' de Almeida Filho..... | 76 |
| Imagen 17: Emanoel O' de Almeida, considerado o baluarte da Apae de Belém..... | 78 |
| Imagen 18: Isa Feio, 1 ^a diretora da ERC Dr., Saint Clair Martins..... | 84 |
| Imagen 19: Fotografia da Antiga instalação da instituição | 85 |
| Imagen 20: Alunos na sala de leitura no novo prédio..... | 87 |
| Imagen 21: Organograma da ERC Dr. Saint Clair Martins | 88 |
| Imagen 22: Prof ^a Marlene Magalhães e alunos..... | 89 |
| Imagen 23: Alunos em atividade na confecção de vassouras..... | 91 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Levantamento no Banco de teses e dissertações nos Programas de Pós-graduação do Pará – estudos mais próximos ao tema e objeto de estudo, acessado em abril de 2023..... | 23 |
| Quadro 2 : Levantamento no Banco de Dados do Catálogo CAPES de Teses e Dissertações, realizado em Abril/2023..... | 25 |
| Quadro 3: Unidades Educacionais Especializadas do Estado do Pará e localidades– SEDUC/PA..... | 53 |
| Quadro 4: Instituições Conveniadas com a SEDUC do Pará..... | 54 |
| Quadro 5: Estrutura do Movimento Apaeano..... | 59 |
| Quadro 6: As três primeiras Apaes fundadas no Brasil..... | 59 |
| Quadro 7: Apaes fundadas nos demais Estados brasileiros..... | 60 |
| Quadro 8: Regionais da Apaes Estado do Pará..... | 61 |
| Quadro 9: Cronologia de fundações das Apaes paraenses..... | 79 |
| Quadro 10: Perfil dos profissionais da Instituição Escolar..... | 93 |

LISTA DE TABELA

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Levantamento quantitativo no Banco de Dados de teses e dissertações nos Programas de Pós-graduação do Pará, acessado em abril/2023..... | 22 |
|--|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AACD Associação de Assistência à Criança
- ACREDITAR Associação Milton Pereira de Melo
- APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- AEE Atendimento Educacional Especializado
- CAEE Centro de Atendimento Educacional Especializado
- CAMS Centro de Atendimento Multidisciplinar de Saúde
- CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEROM Centro Educacional Ronaldo Miranda
- CENESP Centro Nacional de Educação Especial
- CIEES Centro Integrado de Educação Especial
- COEES Coordenadoria de Educação Especial
- DIM Deficiência Intelectual e Múltipla
- ERC Escola em Regime de Convênio
- FEAPAES-PA Federação das Apaes do Estado do Pará
- FENAPAES Federação Nacional das Apaes
- FPP Fundação Pestalozzi do Pará
- HEE História da Educação Especial
- HNA Hospital Nacional de Alienados
- INAMPS Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
- IBC Instituto Benjamin Constant
- ICED Instituto de Ciências da Educação
- IESP Instituto Educacional São Paulo
- IMC Instituto dos Meninos Cegos
- INES Instituto Nacional de Educação dos Surdos
- ISM Instituto dos Surdos-Mudos
- LBI Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
- LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- NAFOR Núcleo de Formação e Assessoria
- NARC *National Association for Retarded Children*
- SABER Serviço de Atendimento Básico Reabilitação
- SEDUC Secretaria de Estado de Educação
- SEMEC Secretaria Municipal de Educação

SESPA Secretaria de Saúde do Estado do Pará
SETEPS Secretaria Executiva do Trabalho e Proteção Social
TEA Transtorno do Espectro Autista
TCC Trabalho de Conclusão de Curso
UFPA Universidade Federal do Pará
UEPA Universidade do Estado de Educação
UFOPA Universidade Federal do Oeste do Pará
UEES Unidade Educacional Especializada
UTEES Unidade Técnica de Educação especial
PcD Pessoa com Deficiência
PA Pará
PPEB Programa de Pós-graduação em Currículo e gestão da Escola Básica
PPGED Programa de Pós-graduação em Educação
PROFASS Programa de Formação e Assessoramento
PAIAER Programa de Apoio à Inclusão e Articulação com o Ensino Regular

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 16 |
| 1.1 Encontro com o tema/objeto de investigação..... | 16 |
| 1.2 Delineando a problemática e o objeto de estudo..... | 20 |
| 1.3 Primeiras Incursões bibliográficas | 21 |
| 2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA..... | 27 |
| 2.1 A Pesquisa Histórica da Educação..... | 27 |
| 2.2 Levantamento Documental e <i>lócus</i> de pesquisa..... | 31 |
| 2.3 As Categorias de análise..... | 36 |
| 3 APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS NO PARÁ E A NEGLIGÊNCIA DO ESTADO COM A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL..... | 39 |
| 3.1 - A criação de Instituições especializadas e escolares..... | 40 |
| 3.2 -História da Educação Especial no Pará, atendimentos e descaso com a pessoa com deficiência | 46 |
| 4 HISTÓRIA DA APAE..... | 57 |
| 4.1- História da Apae no Brasil..... | 57 |
| 5 APAE DE BELÉM-PARÁ COMO ENTIDADE FILANTRÓPICA E EDUCACIONAL, OS TRAÇOS ARQUITETÔNICOS, SEUS PRESIDENTES E A ORGANIZAÇÃO DA ERC DR.SAINT CLAIR MARTINS..... | 62 |
| 5.1 Apae de Belém como entidade filantrópica | 63 |
| 5.2 Traços Arquitetônicos da Apae Belém..... | 67 |
| 5.3 Apae de Belém e seus presidentes..... | 70 |
| 5.4 História da Apae de Belém..... | 78 |
| 5.5 Apae Belém e a criação da instituição escolar - ERC Dr. Saint Clair Martins..... | 82 |
| 5.5.1.A organização da ERC Dr. Saint Martins..... | 83 |
| 5.5.2 Projeto da Apae EDUCADORA..... | 94 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 97 |
| REFERÊNCIAS..... | 102 |
| APÊNDICE A -Guia de Dissertações e Teses que abordam a Educação Especial..... | 1065 |
| APÊNDICE B - Carta de Anuênciam da Pesquisa..... | 114 |
| ANEXOS..... | 115 |

1 INTRODUÇÃO

Não só ao poeta, mas também a historiadores incumbe recuperar lágrimas e risos, desilusões e esperanças, fracassos e vitórias, fruto de como os sujeitos viveram e pensaram sua própria existência, forjando saídas de sobrevivência gozando as alegrias da solidariedade ou sucumbindo ao peso de forças adversas. (Vieira; Peixoto; Khoury, 1989, p. 12)

Este enxerto de Vieira, Peixoto; Khoury (1989) em princípio externa a veracidade daquilo que me identifico como pesquisadora, pois procuro, abordar, histórias de (des) esperanças do público-alvo da educação especial, invisibilizado ao longo do tempo e espaço, a partir do estudo da História da criação e implantação da Escola em Regime de Convênio Dr. Saint Clair Martins pela Associação de Pais e Amigos dos Expcionais¹ (Apae) de Belém do Pará.

A Apae possui uma trajetória institucional como uma organização social, que precisa oferecer ações de prevenção, educação especial, reabilitação, formação profissional de seus alunos, entre outras. Possuindo um legado de luta na defesa e garantia dos direitos da pessoa com deficiência², indivíduo que historicamente foi marginalizado pela sociedade. Este público-alvo da Apae, traz uma trajetória com situações adversas, experienciadas como um grupo minoritário que desejava por espaços nas escolas e atendimentos especializados, mas que em virtude de algumas posturas governamentais desfavoráveis, bem como de uma sociedade que não lhes valorizavam como sujeitos de direitos e com potencialidades eram excluídos das instituições escolares.

A imagem da capa, representa parte do processo histórico da instituição pesquisada, prédio que além de compor a história da Apae de Belém, faz parte do conjunto de patrimônio tombado do Estado do Pará. O estudo foi construído pela necessidade de promover a compreensão acerca da história de criação e implantação desta escola pela entidade apaeana, a partir de mudanças e movimentos sociais que reivindicavam educação para a PCD.

1.1 Encontro com o tema/objeto de investigação

Durante a minha caminhada acadêmica e profissional que antecedeu o encontro com o objeto de investigação - História da Apae de Belém, tinha apenas uma ínfima leitura no que

¹ APAE – sigla que será utilizada no decorrer deste estudo.

² Pessoa com Deficiência – termo definido desde 13 de dezembro de 2006 pela Convenção das Nações Unidas, para os sujeitos historicamente chamados de excepcionais.

tange a educação da pessoa com deficiência (PcD). Sujeito que demarcou temporalmente o início de uma discussão a partir de uma nomenclatura que os chamavam de excepcionais. Entretanto, no decorrer do tempo e dos avanços das lutas essa nomenclatura passou por mudanças e hoje no século XXI, ano de 2025, recebe a terminologia de pessoa com deficiência.

Para tanto, percebi o quanto foi necessário abordar a História da Apae de Belém como entidade filantrópica e instituição escolar. Instituição, que oferece serviços especializados há mais de sessenta anos no Pará, tendo como marca registrada em seus atendimentos especializados.

A motivação desta pesquisa ocorreu, a partir de minha identificação com o público-alvo da Educação Especial, por compor um dos grupos minoritários que, ao longo do tempo foi discriminado e excluído pela/na sociedade, em virtude de possuírem limitações em diversos aspectos humanos e, que na atualidade continua enfrentando situações adversas de preconceitos.

Nesse sentido, ao refletir sobre o mencionado grupo, decidi realizar aprofundar meus estudos sobre a instituição referenciada, porque além dessa identificação. Trago em minha história de vida, sendo uma estudante negra e de origem da classe menos favorecida, cuja trajetória educacional foi integralmente em escolas e universidades públicas. Portanto, faço parte de um grupo resistente que traz cicatrizes históricas de sofrimentos e injustiças. Vítimas de uma sociedade que, indubitavelmente, privilegia um grupo hegemônico, menosprezando outros, em razão de raça, etnia, condição social, entre outros. Privilégios estes, que fortalecem estereótipos, causando muitas situações de sofrimento para os demais grupos apontados pela literatura.

No que concerne à vida acadêmica, fui aprovada no processo seletivo em 2005, ingressando na Universidade Federal do Pará no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia e concluindo em 2008 aos quarenta anos. Sendo a primeira pessoa da minha família a obter graduação em uma universidade pública. O meu primeiro contato com a educação especial, deu-se ainda na graduação ao cursar a disciplina eletiva em Educação Inclusiva. Experiência em que tive oportunidade de conhecer as instalações do Instituto Felipe Smaldone, instituição especializada que foi inspiradora para que buscasse cursar uma especialização em Educação Inclusiva.

A busca por conhecimentos me levou a cursar dois cursos, que considero serem fundamentais para a escolha de objeto da investigação. Sistema de Garantia de Direitos da

Criança e Adolescente, curso realizado na UFPA, *campus Belém/PA*, no período compreendido de 01/04/2013 a 02/09/2014, trazendo como título da monografia, “História da Educação Especial: O Direito à Educação da criança com Deficiência Intelectual na perspectiva inclusiva, nas escolas de Belém/PA”. Pesquisa que investigou a garantia do direito à educação desse estudante na escola regular, que trouxeram em seus resultados, situações de violações do direito educacional, evidenciando um verdadeiro descaso com a educação do sujeito criança com deficiência intelectual.

Buscar fundamentos sobre a educação da PcD, me impulsionou a cursar a Educação Inclusiva, virtualmente pelo Centro Universitário Barão de Mauá, de Ribeirão Preto de São Paulo, no período de 09/03/2013 a 09/09/2013, com a pesquisa que abordou a “Relevância do AEE da Apae Belém para o desenvolvimento Infantil”. Os resultados obtidos foram positivos e apontaram a importância dos serviços especializados oferecidos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Apae de Belém para o desenvolvimento dessa criança.

As experiências profissionais serviram de alicerce e amadurecimento na área educacional, pois a princípio atuei na área administrativa de uma escola, mas logo após a graduação ingressei na docência em uma instituição escolar da rede privada. O sonho de conquistar uma vaga no serviço público tornou-se um dos meus principais objetivos profissionais, pois desejava oferecer melhores condições de vida para a minha família, procurando cabalmente aprovação nos concursos públicos. Este objetivo foi alcançado no concurso ofertado para a Secretaria de Estado de Educação do Pará realizado em 2008, sendo um divisor de águas na minha vida profissional e familiar, aprovada para o cargo de técnica em educação, nível superior.

Minha primeira lotação pela SEDUC/PA foi na Apae de Belém, onde participei da equipe técnica pedagógica, onde atuei no Programa de Apoio à Inclusão e Articulação com o Ensino Regular (PAIAER), sendo crucial para a escolha do tema. Ao encerrar o ciclo profissional na Apae de Belém, fui lotada na Coordenadoria da Educação Especial (COEES), no primeiro semestre de 2023, havendo a necessidade de solicitar a licença de aprimoramento em virtude de minha aprovação no processo seletivo de mestrado.

Retomando as atuações como técnica de apoio à inclusão pelo PAIAER, ressalto algumas das atribuições deste programa: realizar visitas às escolas, atender às famílias dos estudantes regularmente matriculados na instituição, além de apoiar a inclusão escolar. Atuei doze anos nesta instituição, realizando palestras, roda de conversas com a comunidade escolar, no intuito de sensibilizar quanto a inclusão da PcD, Além de mediar trocas

colaborativas entre os docentes das escolas e AEE da Apae, no sentido de apoiar e favorecer o processo de educação na perspectiva inclusiva.

Durante os atendimentos às mães, percebi entraves desde o processo de matrícula dos alunos, quando alguns gestores escolares resistem em efetivar as matrículas nas escolas de Belém. Desencadeando um sentimento de deceção e frustração nas famílias, que desejavam que seus filhos pudessem ter acesso à escolarização. Sinalizando que o direito de todos à educação, outorgado na Carta Magna, estava sendo negativado para esses cidadãos. por meio dos registros de relatos às mães atípicas, foi possível observar outros impasses enfrentados pelos estudantes da APAE de Belém nas escolas públicas, trazendo-me desconfortos como educadora atuante na Educação Especial.

Os resultados dessa prática pedagógica me permitiram constatar durante alguns diálogos com profissionais e comunidade escolar a existência de lacunas, quando uma parcela desses sujeitos tinha apenas um conhecimento superficial sobre a instituição pesquisada, bem como a respeito do público-alvo atendido e serviços oferecidos pela entidade. Destarte, as vivências com o público da Educação Especial foram estímulos para este estudo, porque considero a educação desses estudantes fundamental, mormente daqueles que têm comprometimentos cerebrais, assim como outros transtornos.

Tais situações adversas fomentaram o interesse pelo estudo em questão, uma vez que historicamente, são indivíduos que sofreram discriminações. Os impasses apontados na prática profissional, causaram-me incômodos que foram primordiais para a escolha da pesquisa sobre o processo histórico da Apae de Belém, criação e implantação da Escola Dr. Saint Clair Martins de 1982 a 2009.

Para tanto, no decorrer deste estudo foi necessário alterar o recorte temporal deste estudo após a qualificação, que a princípio era de 1962 para 1982, em virtude de ser o ano de criação da escola criada pela Apae de Belém. Que desde o início foi escola que firmou um convênio com a SEDUC e finalizou o trabalho de instituição escolar em 2009. Passando por mudanças em 2010 na área educacional, retomando suas atividades não mais como escola, mas como dinâmica de Centro de Atendimento Educacional Especializado Dr. Saint Clair Martins, oferecendo atendimentos diferenciados, com objetivos e proposta pedagógica de AEE, espaço não menos relevante para os estudantes com deficiência, mas que segue as orientações legais da Constituição brasileira de 1988 que apregoa esse atendimento para PCD como um direito em seu Art. 208, Inciso III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 2008).

Esta pesquisa utilizou a coleta de dados a partir do estudo histórico, no sentido de disponibilizar a adição de informações, para serem dialogadas e alcançasse resultados de possíveis contribuições, incoerências e/ou contradições. O levantamento histórico bibliográfico possibilitou identificar e trabalhar um conjunto de informações que deram suporte aos fatos históricos pertinentes ao objeto em questão.

Nesta perspectiva de compreensão e construção histórica, considero que esta investigação siga o trabalho na história da educação, pois segundo Bacellar (2006) é um “[...] cruzar fontes, cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências” (*apud* Costa; Melo; Fabiano, 2010, p.21). E a partir deste processo de procura por fontes históricas, percebo que buscar conhecimentos históricos, é construir pontes de diálogos com o passado com resquícios e influências no presente e consequentemente será possível identificar, refletir, dialogar com os autores por meio dos acervos encontrados, no sentido de compreender determinadas situações contraditórias nos dias atuais.

Concebo este trabalho como mais uma possibilidade de estudo, ferramenta que pode contribuir para conhecimentos históricos amazônicos, de uma instituição escolar que foi criada pela Apae de Belém e o quanto foi importante para a educação de seus educandos.

1.2 Delineando o objeto de estudo e a problemática

É importante buscar um estudo histórico da escola criada pela Apae de Belém, porque é uma instituição que faz parte de um movimento nacional com grandes alcances no Estado do Pará e que desenvolve atendimentos a PCD intelectual há mais de sessenta anos na educação especial no território paraense, desempenhando um papel primordial para o avanço da educação especial como outras instituições especializadas paraenses.

Nesta investigação busquei responder, a seguinte problemática: **Como se deu a criação e implantação da Escola em Regime de Convênio Dr. Saint Clair Martins pela Apae de Belém/Pa no período de 1982-2009?** .Para trazer um estudo que retorne na história e no tempo da criação desta escola.

Buscando alcançar o **objetivo geral** que consistiu em: **Analisa a criação e implantação da Escola Dr. Saint Clair Martins pela Apae de Belém/Pa no período de 1982-2009?**. No intuito de conhecer sua história como instituição escolar e a sua contribuição para a Educação Especial no Pará.

O estudo em concordância com os **objetivos específicos** que se propôs:

- a) **Descrever a História do movimento apaeano no Brasil até chegar em Belém, seus fundadores e para quem foi criada a Escola Dr. Saint Martins.** A fim de trazer dados deste Movimento da Apae e quais as personalidades que estiveram na construção deste momento histórico.
- b) **Constatar de que forma era organizada pedagogicamente a Escola Dr. S. C. Martins pela instituição Apae de Belém do Pará.**

Este estudo foi organizado a partir de cinco seções, da seguinte forma:

- 1^a seção - explana a introdução, trazendo o tema, objeto de estudo, problemática e as primeiras incursões bibliográficas. Onde realizo como aconteceu o meu encontro com o tema, mostro os resultados das busca realizada no Banco de dados da CAPES, entre outras.
- 2^a seção- discorre sobre a trajetória metodológica, trazendo levantamentos bibliográficos, fontes documentais e iconográficas, bem como as categorias de Análises.
- 3^a Seção - discorre apontamentos sobre a História da Educação Especial, instituições especializadas no Pará e a negligência do Estado com a educação da pessoa com deficiência mental, mostrando o quanto esses sujeitos foram injustiçados pelo poder público.
- 4^a Seção- traz a História da Apae no Brasil, mostrando como a instituição Apae chegou ao Brasil e quem foram os seus fundadores, que sem apoio-governamental, gradativamente se espalham por todo o país.
- 5^a Seção- apresenta Apae Belém como entidade filantrópica e educacional, discorrendo sobre os traços arquitetônicos, seus presidentes e a organização da ERC Dr. Saint Clair Martins, trazendo os resultados do estudo.

Finalizo trazendo as considerações finais, afirmando que a história da criação da ERC Dr. Saint Clair Martins, contribuiu para uma visibilidade maior desses sujeitos, tanto para que o Estado do Pará pudesse investir na educação local como para o crescimento das entidades Apae nos demais municípios paraenses. Mostrando a força que tem a mobilização da sociedade civil em prol de objetivos que sejam para o bem comum, sobretudo, daqueles que foram discriminados e excluídos historicamente das instituições educacionais.

1.3 Primeiras Incursões bibliográficas

A pesquisa foi desenvolvida, por meio de levantamentos históricos bibliográficos, em que busquei nos acervos como: teses, dissertações, sítios, bibliotecas físicas e virtuais, assim como em revistas e obras apaeanas que tratavam da história da Apae Brasil para compreender a História da Apae em nível nacional e local, ansiando saber como essa instituição filantrópica foi sendo construída no Estado do Pará como instituição escolar.

Os procedimentos metodológicos adotados pelo levantamento bibliográfico, segundo Zanella (2013, p. 36) permitem ao pesquisador “Procura-se cotejar dados e informações para detectar possíveis incoerências e contradições”. Nesta construção de sentidos, o estudo procurou analisar situações do passado sobre a criação da Escola Dr. Saint Clair Martins realizada pela Apae de Belém, no intuito de compreender sua trajetória educacional.

No decorrer da investigação, iniciei os primeiros passos metodológicos, por meio de um levantamento bibliográfico no Banco de Dados de pós-graduação em dissertações e teses locais, que abordassem sobre o objeto em questão, utilizei os descritores, História da Apae Belém, Educação Especial e História da Educação Especial. Todavia, até a data do levantamento realizado no sítio de base de pós-graduações locais acessados da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Universidade do Estado Pará (UEPA) e da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), não encontrei trabalhos que contemplassem o meu objeto de estudo na perspectiva histórica. Segue abaixo a tabela com os primeiros levantamentos de dados, de acordo com os descritores supracitados.

Tabela 1 – Levantamento quantitativo no Banco de Dados dos Programas de Pós-graduação do Pará, acessado em abril/2023.

| Programas | Período | Educação Especial | História da Apae de Belém | História da Ed. Especial |
|------------------------------|----------------|--------------------------|----------------------------------|---------------------------------|
| PPEB-UFPA | 2017-2022 | 11 | - | - |
| PPGED-UFPA (dissertações) | 1991-2017 | 27 | - | - |
| PPGED-UFPA (teses) | 2011-2022 | 08 | - | 01 |
| PPGED- | 2005- | 24 | - | - |

| | | | | |
|------------|-----------|----|---|---|
| UEPA | 2018 | | | |
| PPGE-UFOPA | 2011-2020 | 02 | - | - |

Fonte: Elaborado pela autora- 2023 de acordo com Bancos de Dados dos Programas de Pós-graduação locais.

Os dados coletados descritos na tabela 1 apresentam os trabalhos encontrados nos programas de pós-graduação (PPEB, PPGED- UFPA, PPGED-UEPA e PPGE-UFOPA), a partir dos descriptores: História da Apae de Belém, História da Educação Especial e Educação Especial. Esta tabela 1, mostrou a existência de um número maior de trabalhos sobre a educação especial no programa PPGED-UFPA com um total de 27 (vinte e sete) dissertações no período compreendido de 1991-2017, seguido do PPGED-UEPA com 24 (vinte e quatro) dissertações que abordavam a modalidade Educação especial, que correspondem ao período pesquisado de abril de 2023. Nesta oportunidade de pesquisa, encontrei dois trabalhos que se aproximaram, como segue o quadro 1.

Quadro 1 – Levantamento no Banco de teses e dissertações nos Programas de Pós-graduação do Pará – estudos mais próximos ao tema e objeto de estudo, acessado em abril de 2023.

| TRABALHO ACADÊMICO | PROGRAMA | AUTORA | ANO |
|---|------------|----------------------------------|------|
| História da Fundação Pestalozzi do Pará | PPGED-UFPA | Cibele Braga Ferreira Nascimento | 2018 |
| Inclusão do trabalho da PCD: um estudo na Apae de Barcarena | PPGED-UFPA | Janete Benjamin | 2013 |

Fonte: Elaborado pela autora - 2023 de acordo com Banco de teses e dissertações nos Programas de Pós-graduação do Pará

O quadro 1, apresenta duas produções científicas que se aproximaram da temática, a primeira uma tese de autoria de Cibele Braga Ferreira Nascimento, defendida em 2018 pelo PPGED/ICED/UFPA que trouxe a discussão sobre a “**História da Fundação Pestalozzi do Pará (1953-1975)**”: os discursos político-social e educacional na assistência à criança excepcional”, esta pesquisa de doutoramento aborda que a instituição Pestalozzi “foi a primeira a atender esse tipo de demanda na capital paraense” Nascimento (2018, p. 24), trazendo como objetivo geral “Analizar os discursos político-social e educacional acerca da infância da criança excepcional institucionalizada na Fundação Pestalozzi do Pará(FPP) no período de 1953-1975”. A partir dos seguintes resultados, afirmando que esta instituição.

[...] foi de grande relevância para a constituição da educação dos Excepcionais no Estado do Pará, pois configurou-se como polo de referência regional na formação de recursos humanos, na pesquisa, na assistência e no ensino da criança com deficiência intelectual contribuindo para a ressignificação da excepcionalidade, fortalecendo políticas educacionais, como as relacionadas ao financiamento da formação de professores (Nascimento, 2018, p.8).

Estes resultados apresentados pela autora, demonstraram a relevância da atuação da Fundação Pestalozzi no Estado do Pará como instituição que tem na sua história, legados de contribuição na educação da criança excepcional. Instituição que até os dias atuais, possui um convênio com a SEDUC/PA, de acordo com fontes documentais, disponibilizadas pela COEES.

Na segunda produção acadêmica, abordada no quadro 1, de Janete Benjamin, defendida em 2013 pelo PPGED/ICED/UFPA, a autora dialogou sobre a “Inclusão do trabalho da PCD: um estudo na Apae de Barcarena”, estudo que focou outra instituição da Apae que oferece serviços no Pará. Estudo que trouxe como objetivo geral “diagnosticar políticas públicas de formação para a inclusão no mercado de trabalho da pessoa com deficiência”, Apresentando os resultados de uma instituição que desenvolve trabalhos por meio três programas de formação profissional mantidos por doações da comunidade, funcionários e empresas: um programa de formação em serviço da empresa ALUBAR.

Benjamin (2013), coloca a ausência de política pública governamental e a inexistência de ações do poder público, no sentido de apoiar aos programas desenvolvidos pela Apae de Barcarena, mesmo que tais ações estejam legitimadas na Lei 8213/9 quanto a existência de política pública de formação em educação profissional para a PCD.

A autora acima citada, afirmou que nesta Apae, os programas são organizados e voltados para a formação profissional de seu público alvo e contam apenas com o apoio de uma empresa da iniciativa privada local, percebo nestes resultados o quanto o poder público o desrespeito com o processo de formação profissional destes sujeitos e sua postura inoperante.

As informações na tabela 1, comprovaram a lacuna de trabalhos científicos dos programas do norte que abordassem a História da Apae de Belém, instituição que atua a mais de seis décadas no Pará e que até o momento pesquisado não encontrei publicação que contemplasse essa instituição.

Durante o levantamento bibliográfico mostrado no quadro 1 apenas um trabalho que se aproxima do tema/ objeto, evidenciando a necessidade de incentivos à produção acadêmica de estudos históricos tanto locais como nacionais. Para o levantamento dos dados foram

utilizados os descritores: História da Apae de Belém e História da Educação Especial, sendo perceptível a escassez de estudos que contemplam o objeto pesquisado, justificando tais lacunas de produções acadêmicas, fortalecendo assim a necessidade deste estudo.

O resultado do levantamento realizado no Banco de Dados no Catálogo da CAPES, abrangeu 400 trabalhos por ordem da Plataforma como indica o Quadro 2

Quadro 2 – Levantamento no Banco de Dados da CAPES de Teses e Dissertações, realizado em Abril/2023.

| TRABALHO | AUTOR(A) | UNIVERSIDADE | ANO |
|--|----------------------------------|----------------------------|------|
| História da Educação Especial no Brasil: discursos presentes na criação e constituição das primeiras instituições | Marcela Alves de Abreu | UFRJ | 2017 |
| História da Educação Especial produzidos a partir de materiais publicados em jornal paulista 1997 | Keijani da Silva Santos | UFSCAR | 1997 |
| História da Fundação Pestalozzi do Pará (1953-1975): os discursos político-social e educacional na assistência à criança excepcional | Cibele Braga Ferreira Nascimento | UFPA | 2018 |
| A História da Educação Especial na Apae da Cidade de Machado/MG | Dirce Alves Silva | Universidade São Francisco | 2013 |

Fonte: Elaborado pela autora -2023, de acordo com o Banco de Dados CAPES 2023.

Ademais, quanto à investigação na Plataforma da Capes, realizada num quantitativo de 400 produções acadêmicas, realizada em abril de 2023, a partir dos descritores História da Educação Especial, foram encontrados quatro trabalhos, conforme quadro 2, apenas uma produção abordava e se aproximava do objeto de estudo. Reitero o trabalho encontrado foi mesmo relacionado no quadro 1, autoria de Cibele Braga Ferreira Nascimento. Logo, posso afirmar que na Plataforma da CAPES não encontrei trabalho que abordasse a Apae de Belém na perspectiva histórica.

Este resultado, constatou a existência de lacunas sobre o objeto investigado nas academias do Estado do Pará, assim como não revelou maiores interesses nessas produções, o que pode reverberar na invisibilidade da PCD e contribuir para o fortalecimento do processo de exclusão da história educacional desses sujeitos que durante anos, buscam por seus espaços educacionais.

Busco “[...] desvendar as injunções de uma problemática vencida no passado, mas ainda presente hoje, é chamar a si a possibilidade de intervir no presente e no futuro” (Vieira;

Peixoto; Khoury, 1989, p. 43). Nesse cenário de perspectivas e possibilidades trago para discussão, a questão da história da educação da PCD intelectual como forma de intervir positivamente e desconstruir barreiras impeditivas nas escolas..

Este estudo disponibilizará reflexões, que contribuirão para dar visibilidade à história da criação da Escola Dr. Saint Clair Martins pela Apae de Belém, além de desconstruir ideias de capacitismo³, as quais se perpetuam em escolas e na sociedade quanto ao público alvo. Além de que trará uma compilação teórico-metodológica para o Programa de Pós-Graduação da Escola Básica (PPEB), sobretudo para linha de História da Educação Básica, que iniciou suas primeiras produções acadêmicas e consolidações de estudos históricos locais.

Dessa forma, trago um arcabouço teórico sobre o processo histórico desta entidade que atua no Pará, e com estes pretendo dispor dados a Coordenadoria de Educação Especial (COEES), no sentido de disponibilizar conhecimentos sobre a temática e dar suporte teórico para as futuras formações continuadas da classe do magistério das escolas da educação básica da rede estadual de ensino, desenvolvidas pelo Núcleo de Formação e Assessoramento (NAFOR).

Além de ser relevante para a Apae de Belém, consistirá na primeira publicação sobre a história de criação da ERC Dr. S.C.Martins, proporcionando um ponto de partida de produções acadêmicas históricas, contribuindo para a construção do passado e para o processo histórico institucional de uma entidade que criou a ERC Dr. Saint Clair Martins, priorizando a educação de seu público-alvo. Cabendo ressaltar que a história da educação da PCD no Brasil, teve fortes influências europeias. Segundo Jannuzzi (1992) e Mazzotta (2011), desde o período imperial. Influências que foram cruciais e reverberaram em movimentos de luta em prol da causa da PCD, resultando na criação desta escola e suas congêneres como as Apaes.

³ Capacitismo-Chourinard, 1997, p.380 “uma combinação de ideias, práticas institucionais, sociais que pressupõe a integridade corporal, construindo uma marginalização das pessoas com deficiências”(apud Martins, 2017, p.73).

2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

O estudo foi construído a partir do desejo de realizar mais um sonho de ingressar no mestrado, foi então que realizei a elaboração de um primeiro projeto apresentado ao processo seletivo PPEB que, em princípio trazia como título “HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA APAE BELÉM: de Escola Especial à Atendimento Educacional Especializado (2007- 2012)”, me possibilitando a aprovação e ingresso neste curso *stricto sensu* e que gradativamente no decorrer do curso passou por alterações, no sentido de propiciar uma melhor produção, problematização, qualidade e compreensão dissertativa.

As discussões durante as disciplinas de Ateliê 1º e 2 ministradas pelas professoras Maria José Aviz do Rosário e Clarice Nascimento de Melo, foram importantes para que surgissem novas contribuições, no sentido de trabalhar textos e autores que trouxeram base para o meu amadurecimento como pesquisadora.

Para tanto, chegando à qualificação, apresentei o estudo voltado para “História da Educação Especial da Apae de Belém: de 1962 a 2009”. Momento ímpar do mestrado, onde houve contribuições e sugestões da banca examinadora, possibilitando a construção de uma escrita acadêmica com mais clareza na produção do conhecimento. Logo, atendendo às sugestões no momento da qualificação, foi necessário um recorte no período do estudo, que demarcou a criação da ERC Dr.S.C. Martins.

2.1 A Pesquisa Histórica da Educação

A dissertação foi desenvolvida na pesquisa histórica de uma instituição escolar, porque uma vez que trata o passado numa perspectiva de descobrir, no presente, questões que foram abordadas de maneira retrógrada. Isso, porque “O que se busca no passado é algo que pode até ser perdido nesse passado, mas que se coloca no presente como questão não resolvida (Vieira; Peixoto; Khoury, 1989, p . 43)”. Este estudo histórico buscou compreender os fatos desse passado com o intuito de compreender a realidade presente sobre o fenômeno educacional, a partir do objeto de estudo, sendo desafiada a desbravar “mares” desconhecidos, permeados de contradições que, para *Febvre* (1985)

A História faz-se com documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem: mas ela pode fazer-se sem documentos escritos, se não os houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens [...] Numa palavra, com tudo aquilo que pertence ao homem, depende do homem, serve ao

homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (*apud* Melo, 2010, p. 14).

A pesquisa histórica disponibiliza uma diversidade de fontes, sejam escritas ou não, oferecendo ao pesquisador possibilidades de encontrar materiais que poderão auxiliá-lo durante o estudo investigativo. Além disso, o historiador a partir de sua incursão procura fontes documentais, podendo encontrar outras como fotografias, que podem estar carregadas de representatividade do/sobre o objeto estudado e contribuir para um desvelar de conhecimentos que enriquecem sua produção textual.

Corroborando com o estudo histórico, Prodanov (2013, p. 36) conceitua como uma investigação que tem como foco os “acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje”. Partindo desse pressuposto, busquei estudar a criação da ERC Dr.Saint Clair Martins, pois traz conhecimentos que foram analisados, no sentido de compreendê-los historicamente e refletir sobre a sua influência no presente para a PcD intelectual. Esta instituição escolar, desvelada como objeto desta pesquisa e faz parte do conjunto de escolas que contribuíram para a educação de seus estudantes.

No que se refere ao período de desenvolvimento dos estudos sobre as instituições escolares, Nosella e Buffa (2009), asseveram que os estudos sobre as instituições escolares, são afirmados que estes se desenvolveram, sobremaneira, a partir dos anos 1990 de forma esporádica, porém há controvérsias de que surgiram muito antes desse período.

Esta pesquisa é mais um elemento que contribuirá para a compreensão histórica da instituição escolar e dos serviços educacionais especializados oferecidos para o seu público alvo. Para compreensão da história da ERC Dr. Saint Clair Martins, foi necessário conhecer detalhadamente como um espaço que oferece serviços gratuitos, e sua criação ocorreu em um período histórico em que a “educabilidade de tais pessoas ficava reduzida à iniciativa da área médica e, geralmente aconteciam em instituições religiosas ou filantrópicas [...]” (Fialho e Mendes, 2018. p.3). Logo, esta pesquisa acrescentará na medida que comprova que os acontecimentos históricos que permeavam a sociedade, refletiam a história da educação especial, além de explanar sobre a educação especial

Com a promulgação da Política Nacional de Educação na Perspectiva Inclusiva em 2008, houveram avanços para a educação da PcD que reverberam consideravelmente na organização e funcionamento de instituições de ensino, a partir da perspectiva inclusiva, principalmente da Apae de Belém.

A escola pertence ao movimento apaeano, que se organiza como uma rede de serviços em todo o território nacional, trazendo como bandeira, a luta em defesa do seu público alvo. Fomentando a inclusão desse sujeito nos diversos âmbitos da sociedade trazendo como missão “Promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária” (FENAPAEs, 2014). Percebo a missão apaeana desafiadora como instituição, tem uma missão que se propõe a defender os direitos da PcD, num país que tem uma legislação que precisa ter materialidade na vida desses sujeitos e assim possa usufruir de seus direitos, independentes de suas deficiências.

Para que o estudo alcance seus objetivos, utilizei a abordagem histórica, na perspectiva de análise dialética, em que:

Pensar a história como toda experiência humana entendida sempre como experiência de classe que é de luta, e valorizar a natureza política dessa luta, significa considerar então a história real é construída por homens reais, vivendo relações de dominação e subordinação em todas as dimensões do social, daí resultando processo de dominação e resistência. (Vieira; Peixoto; Khoury, 1989, p.17)

Experiência humana que perpassa o tempo, espaço e gerações cujos projetos de vida escolar foram renegados por um sistema opressor que aniquila os direitos da PcD. Concordo com os autores acima, pois comprehendo o processo histórico da ERC Dr. S.C.Martins, desde sua criação, ocorreu por meio de experiências humanas de pessoas comprometidas com a causa da PcD intelectual que lutavam por atendimento educacional. Grupo minoritário, protagonizou uma luta de classe, que durante a história foram excluídos de seu processo escolar, mesmo com os avanços apontados pela literatura, os impasses continuam existindo. Por isso, trago a pesquisa como “um campo de possibilidades no qual os sujeitos são atuantes e portadores de projetos diferenciados.[...]” (Vieira; Peixoto; Khoury, 1989, p. 43). Projetos de vida de um grupo que merece respeito como ser humano, que necessitava sair da condição de “invisibilidade” na sociedade, bem como ser respeitado na sua singularidade como sujeito que constrói sua história. Logo, o estudo traz possibilidades para outros olhares, novas percepções e concepções sobre a história da educação especial.

Para dar consecução ao processo investigativo partiu-se do questionar a HEE no decorrer do período do estudo e como discorreu a luta da PcD por espaços escolares em uma sociedade que passa por “metamorfoses” com o passar do tempo, em virtude de

acontecimentos políticos, econômicos e sociais. Mas concordo que “O ser humano só se torna verdadeiramente humano pela educação” (Kant, 1996, p . 14). Uma educação que respeite a todos(as), independente de cor, raça, condição social e limitações sejam elas de qualquer natureza.

Dessa forma, a partir do percurso histórico e investigação documental, comprehendo que é essencial analisar um documento na perspectiva histórica e perceber que o “documento é sempre portador de um discurso que, considerado, não pode ser visto como algo transparente” (Melo, 2010, p. 18), pois o pesquisador deve compreender o que está descrito nas “entrelinhas” da fonte e questioná-la e não somente considerar o discurso previamente elaborado como algo determinante e acabado Isto é, analisá-lo criteriosamente para não interpretá-lo superficialmente. De acordo com Rüsen(2007), a pesquisa

[...] começa no momento em que adquirimos a consciência histórica, de alguma maneira, todos os seres humanos são históricos e vivem historicamente, mas só temos consciência de nossa historicidade quando acontece algo em nossa vida prática que exige a remissão ao passado. (*apud* Teixeira *et al.*, 2014, p.10)

Partindo deste princípio como ser histórico e pesquisadora, a princípio coletei dados pertinentes para a investigação, pois o tempo histórico consiste na vivência do tempo como espaço de possibilidades (Teixeira *et al.*, 2014). Para tanto, a sociedade é fruto do processo histórico, onde tempo e espaços são imprescindíveis nesta construção de movimento. Nesse sentido, a História da criação e implantação da ERC Dr. S. Martins pela Apae de Belém, apresentou avanços graduais, a partir da dedicação de pessoas que lutaram por uma educação em que a PCD tivesse também acesso.

O estudo histórico é compreendido como:

[...] campo de possibilidades, em que os diferentes sujeitos têm diferentes formas de pensar o real e, portanto, formas diferentes de intervir no real, deverá se propor a recuperar as várias propostas em jogo e as razões da vitória de uma delas sobre as outras, o que significa trazer à tona também as causas perdidas. Para nós isto é recuperar a relação, o movimento, a contradição. (Vieira; Peixoto; Khoury, 1989, p 27)

Para estes a pesquisa histórica, possibilita a intervenção do real, a partir de um trabalho que responda à problemática levantada, apontando outras formas de pensar e compreender a história de criação da ERC Dr. S.C.Martins pela Apae Belém. No que concerne à análise textual, está embasada na perspectiva dialética, de Marx (2003) e Freire (2005), ao considerar que a educação deve ser um ato libertador, numa construção dialética e não de uma relação contraditória entre opressores e oprimidos, quando há negação de direitos

quanto à oportunidade do saber para um grupo em detrimento a outro. A história da educação foi construída a partir de rupturas conceituais e transformações de mentalidade na sociedade. O movimento positivista, idealizado por Comte, abordado por Faustino e Gasparin (2001, p. 159), é concebido como:

[...] harmonia e a convivência pacífica de todos os sujeitos, sujeitos, independentemente da classe e do papel desempenhado na sociedade, conduziria a humanidade ao bem público e à felicidade individual, a partir do momento em que cada um compreendesse sua função no “corpo” social.

Trata-se de um Movimento que traz uma concepção de sociedade composta por sujeitos passivos, não questionadores e muito menos críticos, reverberando na história da educação. A partir de uma postura desigual do poder público, quando deixa de oferecer serviços educacionais à população, ignorando ou fazendo-se ignorar do poder transformador que a educação tem para todos, independente de suas diferenças.

2.2 - O Levantamento Documental e *lócus* de pesquisa

A princípio esta subseção teve como objetivo essencial apresentar as fontes documentais compiladas, compreendendo fonte como:

[...] uma metáfora, pois o sentido primeiro da palavra designa uma bica d’água, significado esse que é o mesmo nas línguas que originaram esse conceito, no francês [...]. Todos se inspiram no uso figurado do termo fons (fonte) em latim, da expressão “fonte de alguma coisa”, no sentido de origem, mas com significado novo. Assim como das fontes d’água, das documentais jorraram informações a serem usadas pelo historiador.(Funari, 2006, p.85)

Partindo deste pressuposto, as fontes são possibilidades de descobertas que trazem informações, sobretudo históricas a respeito do objeto de estudo. Pois, coletar fontes históricas é “Todo conceito histórico, constituído, em determinado momento do processo histórico, por homens reais, concretos, com interesses, valores também reais, concretos” (Vieira; Peixoto; Khoury, 1989, p. 19). Onde, debrucei-me nos documentos à procura de dados que trouxessem concretamente a história da criação da ERC Dr. Saint Clair Martins.

Neste texto, utilizei levantamento documental (escritos e iconográficos), relevantes para a coleta de dados. Compreendo fonte documental como “uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente”(CERTEAU, 2002, p.34), haja vista que “uma vez que interpretar é um exercício difícil,

até mesmo arriscado a medida que projeta o pesquisador para o interior dos fatos, dados e informações” (Costa, Melo, Fabiano, 2010, p. 21).

A ata de fundação da Apae Belém desempenhou um papel importante por seus registros da primeira reunião, sessão onde os presentes decidiram fundar em Belém esta entidade que já desenvolvia atendimentos pelo Brasil, comprovando o quanto essas pessoas foram importantes para esta fundação e, posteriormente culminou na criação da escola supracitada. Esquinsani (2007, p.104), acrescenta que as atas são.

[...] elaboradas para/em a partir das reuniões, podem ser qualificadas, enquanto registros formais de um encontro promovido por um órgão, associação, entidades ou um grupo de sujeito, tanto com seus pares, quanto subordinados, visando deliberar assuntos de interesse comuns ou passar informações.

Tais registros fizeram parte da criação da Apae de Belém que teve alcance em grande parte do Estado do Pará, disponibilizando diversos serviços especializados, tanto educacional como de outros, num contexto social excluente e que prevalecia a filantropia em detrimento aos raros serviços públicos educacionais direcionados para a PCD intelectual.

No estudo foram utilizadas fotografias, concebida como fonte que “[...] deixou de ser mero instrumento ilustrativo da pesquisa para assumir o *status* de documento, matéria-prima fundamental na produção do conhecimento sobre determinados períodos da História, acontecimentos e grupos sociais” (Sônego, 2010, p. 113). Constituindo-se fontes importantes na construção de conhecimentos, poderão ser utilizadas por outros pesquisadores, podendo trazer outros olhares.

Além de contribuir como fonte documental iconográfica, a fotografia quando não é utilizada apenas como uma simples ilustração no texto, no sentido de reforçá-lo, mas traz informações e mensagens que, quando sistematizadas, podem oferecer subsídios na construção de conhecimentos, sobretudo históricos.(Sônego, 2010). Fonte que poderá transmitir mensagens e serem interpretadas, a partir do olhar do pesquisador.

Cabe observar, que:

desde a sua invenção, está associada à ideia de realidade, de comprovação do real, prova de que os fatos captados e fixados no instantâneo aconteceram e da maneira como ali estão, um documento, portanto, de prova incontestável. Contudo, sabe-se que uma fotografia não representa a total veracidade dos fatos e uma visão neutra da realidade, devido, justamente, à interferência subjetiva de quem registra os acontecimentos (Sônego, 2010, p. 116).

A fonte fotográfica, vem propiciar uma reflexão e uma análise criteriosa sobre as imagens disponibilizadas, a partir dos fatos históricos do estudo em questão, uma constatação da realidade educacional, num contexto de escassez escolar, mormente para a PCD intelectual.

Após o levantamento documental, posso inferir que até o momento da pesquisa não encontrei produção acadêmica que abordasse a história da criação da ERC Dr. S.C. Martins pela Apae Belém, sendo necessário buscar fontes documentais nos locais elencados posteriormente. Elegeu-se preliminarmente, responsáveis pela normatização do ensino da esfera estadual, seguido também nos arquivos públicos e privados. No que tange aos documentos escritos, foram levantados nos locais abaixo discriminados.

01-Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC), a partir de suas Coordenadorias e setores internos previamente selecionados como *lócus* da pesquisa, a saber: a Coordenadoria de Documentação Escolar (CODOE), a Secretaria de Ensino da Educação Básica (SAEB), local que não têm informações. A Coordenadoria de Educação Especial (COEES), que “[...] é responsável por definir, implantar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações da Educação Especial no Estado do Pará” (COEES, 2019, p. 6). Coordenadoria de relevância para a rede estadual de ensino, que durante a pesquisa foi constatado que está estruturada em 2024 por meio de núcleos de trabalhos, a saber: Núcleo de Avaliação Educacional Especializado - NAEE, Núcleo de Programas, Projetos, Planejamento e Convênios - NUPPLAC e o Núcleo de Formação e Assessoramento- NAFOR. Nas duas primeiras não obtive êxito, haja vista de que dentre essas duas a CODOE, responsável pelas documentações escolares paraenses, não pode auxiliar neste estudo, dando negativa sobre a existência de documentos de uma escola que foi criada a partir de um contrato com a Seduc, entretanto, inexistem documentos nesta coordenadoria sobre a ERC Dr. Saint Clair Martins.

Na COOES, coordenadoria relevante para Educação Especial, foram disponibilizados fontes que auxiliaram nesta pesquisa, como o relatório de acompanhamento⁴ com informações sobre as instituições especializadas que atuam no Estado do Pará, bem como tive acesso a um dos Termos de Convênio entre a SEDUC/PA e Apae de Belém, sendo positivo para os dados coletados.

02- Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará (CEE/PA)- conceituado como um órgão normativo, consultivo e fiscalizador, responsável em estabelecer normas estaduais

⁴ Relatórios de Acompanhamento- Gestão 2023, Termo de Convênio SEDUC/PA e APAE Belém

aplicáveis à Educação Básica no Sistema de Ensino do Pará. Dentre um dos *locus*, da pesquisa fui informada sobre a inexistência de documentações que discorreram sobre a instituição, objeto deste estudo no marco temporal da pesquisa. Diante da negativa, fiquei a questionar. Como este órgão não pode contribuir com informações e nem possuir documentos em seus arquivos sobre a ERC Dr. Saint Clair Martins, haja vista ser responsável em emitir credenciamento e autorização para que as instituições escolares paraense possam funcionar legalmente.

03- Arquivo Público do Estado do Pará - local onde não alcancei êxito, pois obtive negativa de fontes concernentes à história do meu objeto de estudo. Percebo esta lacuna neste espaço em relação a criação de uma escola que teve uma história na educação da PCD intelectual no Pará.

04- Secretaria Municipal de Educação de Cultura - na busca por fontes neste espaço, não obtive informações.

05- Federação das Apaes do Estado do Pará (FEAPAEs-PA)- instituição que tem como missão “promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o ‘Movimento Apaeano’ perante os órgãos estaduais, público e privado [...]” (Fenapaes 2023, p. 276). Federação que desenvolve um trabalho que dá suporte para as ações das Apaes no Estado do Pará, sendo fundamental acessar seu arquivo e que me permitiu acessar documentos internos que discorriam sobre as Apaes paraenses.

06- Apae de Belém- Na oportunidade, após algumas idas a instituição foco deste estudo. Em princípio fiquei no aguardo da Carta de Anuênciam do Instituto de Diagnóstico, Pesquisa e Ensino da Apae de Belém (IDIPE)⁵, órgão responsável pelo fomento à pesquisa e ao envio por meio de sistematização e difusão do conhecimento e desenvolvimento de novas tecnologias para a melhoria do atendimento e promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual (Fenapaes, 2011)”, para então iniciar a pesquisa nesta entidade.

A carta de anuênciam, foi datada e autorizada em 18 de outubro de 2023, segue nos apêndices deste estudo, apresentou o primeiro título do projeto - HISTÓRIA DA

⁵ IDIPE- é mantido pela Apae de Belém e tem por objetivo, oferecer procedimentos de diagnóstico importantes para a prevenção de patologias que possam causar a deficiência intelectual e múltiplas.(Fenapaes, 2011)

EDUCAÇÃO ESPECIAL DA APAE DE BELÉM: de Unidade Especializada para Atendimento Educacional Especializado, mas que foi alterado no decorrer da pesquisa.

Durante este estudo, a busca e os encontros com as Fontes Documentais e iconográficas foram relevantes, pois ao manusear a cópia da Ata da fundação, o Projeto Político Pedagógico, Relatórios da COEES, o Termo de Convênio (SEDUC/APAE Belém), o livro da Fenapaes - História do Movimento das Apaes a nível nacional, assim as revistas: 50 anos Apae de Belém: uma trajetória de amor e luta pela inclusão, Mensagem da Apae (2013), Mensagem Apae 60 anos (Brasil), imagens fotográficas entre outras.

I - Ata de Criação, a primeira fonte documental acessada, desempenha um papel importante na história institucional da Apae de Belém. Apresentando seus fundadores e trazendo um registro significativo a nível local de um espaço de prestação de atendimentos para a PCD. Este documento resultou de um movimento de luta nacional que alcançou repercussão e notoriedade social, os quais foram explanados ao longo do texto. Certamente, será uma fonte que poderá ser refletida a partir do contexto histórico e do processo de luta em prol de atendimentos educacionais para os excepcionais. (Jannuzzi, 2004)

II- Projeto Político Pedagógico de 2004 - segundo Veiga *et al* (2001, p. 45), “representa um desafio em busca de novas trilhas para a escola. Considerando o ato de trilhar significa percorrer [...], e que a escola, como instituição social, realiza uma ação intencionalizada comprometida com a educação da criança, jovem e adulto”. Logo, este PPP possui 35 páginas, importantíssimo para o desenvolvimento das atividades escolares da escola especial criada pela Apae de Belém, que teve vinte e sete anos de funcionamento como instituição escolar. O PPP apresentou os aspectos de: identificação institucional (escola), missão institucional, histórico da escola, objetivos, princípios norteadores, organização escolar, entre outros que foram cruciais para esta instituição.

III- O Projeto APAE Educadora - documento que possui doze páginas e discorre sobre as ações desenvolvidas a partir do Programa maior Águia, desenvolvido pelo movimento das Apaes no Brasil, mostrando como deveria ser organizada, a diretriz de educação, tendo como base os princípios norteadores das legislações vigentes.

IV- Termo de Convênio entre Seduc e Apae de Belém – documento fundamental nesta parceria firmada, apresentando pontos relevantes nesta construção histórica.

V- As revistas do movimento das Apaes - Revista- 50 anos Apae de Belém: uma trajetória de amor e luta pela inclusão, Mensagem da Apae (2013), publicadas pela FEAPAES/PA, bem como a Mensagem Apae 60 anos (Brasil), publicada pela Federação Nacional das Apaes no Brasil, trouxeram dados fundamentais.

VI- O livro “História do Movimento Apaeano”- 2^a edição, publicado em 2023 pela editora Divas, sendo revisado pela Apae Brasil. Publicação que contou com o apoio da FENAPAES e do Instituto Apae Brasil de ensino e pesquisa.

VII- Fotografias - as imagens fotográficas mostram a realidade da escola como por exemplo alguns estudantes e uma das professoras, entre outros.

Partindo do pressuposto, estas foram as fontes encontradas que serão discutidas e analisadas a partir das categorias trazidas na próxima seção.

2.3 Categorias de Análises

O fenômeno educacional revela uma problemática de dualidade na estrutura social onde “[...] de um lado uma estrutura social incapaz de promover o desenvolvimento das classes subalternas, mas ao mesmo tempo contraditória, porque carrega consigo os portadores dos *fermentos da transformação* e de uma nova concepção de mundo” (Cury 1989, p. 126). Logo, no intuito de compreender a história da criação da escola especial, concordo o autor supracitado, quando concebe o processo educacional transformador e que não deve ser analisado apartado das relações sociais.

Trago um refletir com base em categorias, que apenas têm sentido quando levadas em consideração no momento da práxis social humana, onde Cury (1989, p. 26) conceitua como sendo “[..] categorias como expressão conceitual, dão conta de uma certa realidade de forma mais abrangente possível. Essa expressão não é neutra e se revela comprometida com uma determinada visão de mundo”. Percebidas metodologicamente, a partir de um desvelar da realidade em que “a dialética como processo e movimento de reflexão do próprio real não visa apenas conhecer e interpretar o real, mas por transformá-lo no interior da luta de classe” (Cury, 1989, p. 26).

Saber que historicamente a educação contemplava a classe privilegiada e hegemônica, negando o saber às pessoas com deficiências concebidas como incapacitadas, diante de um sistema capitalista que privilegia a produção de mão-de-obra que gerasse lucro para a classe dominante e nesse contexto de dominados e dominantes se desenvolve uma luta de classes, pois toda a “história tem sido de luta de classe” (Marx, 2014). Luta que mobilizou pais, responsáveis, profissionais por atendimentos educacionais para o público alvo da educação especial, numa conjuntura social de desigualdade em que o Estado que ao invés de promover políticas educacionais que garantisse a educação desse público, mantinha uma

postura com raras ações que pudessem garantir escolas para a PcD e contribuindo para a continuidade do processo de exclusão.

Partindo deste pressuposto, analisei dialeticamente a criação da escola, objeto deste estudo, criada na década de 1980, necessitando um revisitar o cenário político, econômico e social, para compreender a criação da ERC Dr. Saint Martins e analisá-la a partir de uma construção de sentidos da própria realidade embasada na perspectiva dialética de Marx (2003), a partir das categorias, contradição, desigualdade Social e Estado, porque é asseverado que “Os homens fazem a sua própria história, mas não fazem segundo a sua livre vontade, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2003, p. 15).

A contradição precisa estar inserida na pesquisa histórica, uma vez que o fato de se tratar de fontes documentais, elas não podem ser concebidas, muito menos analisadas numa visão positivista. Por isso, busquei embasamento na categoria contradição, pois “[..] as contradições podem transparecer no real e no pensar, pois a capacidade reflexiva do homem, aliada às situações histórico-objetivas de uma época, pode transformar a capacidade de dissimulação e ocultação em uma realidade” Cury (1989, p.22). Compreender o fenômeno educacional, a partir deste “olhar” crítico, refletir as entrelinhas de uma fonte documental e levantar outras questões sobre o objeto estudado. Marx (2003) e Freire (2005), dialogam sobre a contradição existente numa luta entre classes, a partir de um sistema opressor que historicamente têm desumanizado as pessoas.

A desigualdade, categoria que se perpetua na sociedade, fruto de um sistema econômico opressor, responsável pelas diversas mazelas ocorridas na sociedade. Ocasionalmente a miséria, exclusões sociais e educacionais, assim como a negação de direitos conquistados por meio de lutas, onde privilegia a classe burguesa em detrimento a classe trabalhadora. Este estudo, comprovou que a história da PcD, evidencia essa desigualdade que reverbera nas instituições de ensino, quando deixa de oferecer serviços educacionais para o público-alvo da educação especial. Nesse sentido há necessidade de uma rebeldia indispensável, concebida por Freire (1996, p. 79), sendo:

A rebeldia enquanto denúncia, precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação [...].

Nesta construção de rebeldia, anunciada pelos movimentos de pais dos indivíduos com deficiência, insatisfeitos com a falta de espaços escolares para seus filhos. Tomaram

atitudes que implicaram na “mudança do mundo”, asseverada por Freire (1996). Buscando por meio do processo de dialetização, externa suas posições no que tange a inexistência e desigualdade instalada na sociedade.

Quanto à categoria Estado, que representa o poder público historicamente mostrou-se e/ou mostra-se com uma postura de desigualdade e descaso com a educação, um direito social que deveria ser prioridade para todos, sobretudo da PCD. Um Estado que utiliza do seu “poder” para sobrepor-se a população que vive um contexto de abandono de políticas públicas e de parcos investimentos educacionais.

Nesse sentido, trago a colocação de Freire, pois é “a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais [...] contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura” (Freire, 1996, p. 103). Partindo desse pressuposto, a história da educação da PCD comprova que as lutas travadas pelos movimentos sociais não foram em vão, mas mostraram a força que temos como sociedade civil.

Portanto, “É como homens que os oprimidos têm de lutar e não como “coisas”. É precisamente porque reduzidos a quase “coisas” na relação de opressão em que estão, que se encontram destruídos” (Freire, 1987, p. 55). Concordo com este autor, pois como seres humanos, pensantes, críticos e que almejam por uma sociedade de fato democrática, não devemos recuar, porém, lutar por uma educação menos excludente e que valorize seus educandos, independentes de suas peculiaridades.

A categoria **contradição**, é percebida quando essa classe de sujeitos, faz parte de uma sociedade preconceituosa, que as exclui mesmo que na época da Constituição de 1934, no artigo 149, assegura a educação como direito de todos. Em consonância com a Carta Magna de 1988, em seu Art. 205, a educação constitui-se “[...] direito de todos e dever do Estado [...]” (BRASIL, 2008). Direito negado, pouco garantido na história da E.E. estes indivíduos deixando uma grande parcela fora das instituições escolares.

A **Desigualdade**, que se perpetua historicamente na sociedade é constatada, quando se observa que apenas uma pequena parcela dessas pessoas tinham acesso ao processo ensino-aprendizagem. Fator que os inferioriza e demonstra que a educação era destinada prioritariamente para aqueles que não possuem deficiência. Criando assim, uma barreira a ser vencida por meio de mobilizações contrárias a essa postura, impregnada no contexto educacional e pelo poder público.

Para Marx (1996, p.140), “a pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria e analisar as várias formas de evolução e rastrear a sua conexão íntima. Só depois de concluído

esse trabalho é que se pode expor detalhadamente o movimento real". Levando em consideração, essa colocação, assim como as conexões realizadas de acordo com a postura da categoria Estado, como representante político com poder de decisões. Constatou que a sua inoperância e descaso, consiste num jogo de poder excludente. Quando não reconhece que a PCD, merece respeito como ser humano e necessitando ser escolarizada.

3 APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS NO PARÁ E A NEGLIGÊNCIA DO ESTADO COM A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL

Esta 3^a seção, abordará a história da educação especial, construída por meio de inquietações e engajamento de pais e pessoas que defendiam o atendimento educacional para a PCD mental, trazendo os pontos de partida destes atendimentos que iniciou no império, que tinha uma população com um número expressivo de analfabetos e parcas escolas.

Mostrará que o atendimento à criança considerada “anormal” no Brasil, inicia com os métodos médico-pedagógico e psicopedagógico, porém aponta a negligência do poder público, quanto a assistência iniciando desde a infância. Situações de descaso que será abordado que no Pará estes sujeitos condenados ao abandono pelo Estado passando por situações desumanas.

A história da educação especial foi um processo realizado por meio intempéries, reivindicações, debates da sociedade civil, bem como de pais destes sujeitos e de diversas pessoas que ansiavam por uma sociedade mais justa e menos excludente e que objetivavam favorecer uma educação que pudesse contemplar o público da educação especial.

Em Nova Iorque, a insatisfação pela escassez de atendimentos direcionados a PCD, propiciou em 1940, a mobilização do pai de uma criança com deficiência cerebral, o qual publicou um anúncio que iniciou uma organização de pais destas crianças, no intuito de fundarem a *New York State Cerebral Palsy Association*. Mobilização fundamental para que os pais arrecadarem e levassem fundos, tanto para os centros de atendimento quanto para a pesquisa. A partir desse movimento, houve estímulo para que as organizações governamentais publicassem uma nova legislação de contribuição para recursos, no intuito de investir em pesquisa, treinamento profissional e tratamento (Mazzotta, 2011).

A mobilização de pais das crianças com deficiência mental ocorreu apenas em 1950, sobretudo daquelas que tinham pequeno comprometimento, pois estavam excluídas das escolas. Nesse sentido, esta mobilização foi essencial para a criação da *National Association*

for Retarded Children (NARC). “A NARC exerceu grande influência em vários países, tendo sido a inspiradora da criação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs - no Brasil.”, onde fora criada por um casal de pais (Mazzotta , 2011, p. 25, grifo nosso).

Para Jannuzzi (1985) e Mazzotta (2011), no Brasil a educação especial foi impulsionada pelas ideias liberais, no final do século XVIII e início do século XIX. Tais ideias estavam presentes em alguns movimentos, destacando a Inconfidência mineira, em 1789, na conjuntura Baiana, em 1817, sendo composto por um grupo de profissionais: médicas, advogados, professores, alfaiates e outros, representando uma espécie de liberalismo limitado pela aceitação da escravidão. A educação primária essencial para o povo, foi discutida em assembleia, porém foi relegada ao esquecimento, sendo válido ressaltar que influenciou no surgimento de instituições para crianças com deficiência, entretanto, percebo a ausência de interesse do poder público (Estado) com esses sujeitos.

A Roda de Expostos facilitou a entrada de algumas crianças com anomalia, outras eram abandonadas por seus pais nas Santas Casas de Misericórdia, no início do século XIX e, provavelmente, as Santas Casas de Misericórdia, exerceram papel importante na educação da PcD (Jannuzzi, 1985). Compreendo que o abandono de suas famílias seja uma mazela que fazia parte na vida dessas crianças.

Dentre os muitos pensamentos presentes na sociedade brasileira, Gaio e Meneguetti (2007) acrescentam que a valorização do pensamento científico, mais incisivamente, a partir do século XIX, penetra no discurso educacional de forma marcante e significativa por volta do início do século XX. Marcos como a primeira Constituição do Brasil de 1824, que sinalizava o direito das pessoas com necessidades especiais, foram fundamentais nessa trajetória da educação especial, porém apenas por volta de 1857 a discussão acerca disso foi se desenvolvendo.

3.1 Criação de instituições especializadas e escolares

Mazzotta (2011) e Jannuzzi (1985) asseveraram que, o atendimento escolar no Brasil para a PcD, teve sua gênese precisamente em 12 de setembro de 1854, quando D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, sob o Decreto Imperial nº 1.428, de 12/09/1854, no Rio de Janeiro.

Destinava-se ao ensino primário e alguns ramos do secundário, ensino de educação moral e religiosa, de música, ofícios fabris e trabalhos manuais. O regime era de

internato. [...] forma de recolhimento de crianças em lugares específicos já vinha sendo consagrada entre nós desde os tempos coloniais pelos jesuítas, nos aldeamentos dos índios, retirados das aldeias para aprenderem por meio de regras, orações, costumes cristãos sistematizados, outra forma de organização da vida de acordo com as crenças europeias. (Jannuzzi, 2004, p. 11)

Por conseguinte, o IMC passou a ser denominado de Instituto Nacional dos Cegos (INC) em 24 de janeiro de 1891, sendo alterado para o atual Instituto Benjamin Constant (IBC), a partir do Decreto nº 1.320. A criação do IMC contou com a influência, sobremaneira, de José Álvares de Azevedo, cego, brasileiro, que chegou ao Brasil em 1851, depois dos seus estudos no Instituto dos Cegos de Paris. Impressionado com o abandono dos cegos, José Álvares de Azevedo tomou a iniciativa de traduzir e publicar o livro de *J. Donndet – História do Instituto Meninos Cegos de Paris*, obra que despertou interesse no Dr. José F. Xavier Sigaud, médico da família imperial.

O interesse foi grande que fez o dr. *Sigaud* entrar em contato com José A. de Azevedo, no sentido de que este alfabetizasse a sua filha cega, *Adèle Marie Louise*. O resultado desta alfabetização foi positivo, o que contribuiu para que o Dr. *Sigaud* despertassem a atenção do então Ministro do Império, Conselheiro Couto Ferraz, logrando êxito, ocasionando o interesse de D. Pedro II em criar o primeiro Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1854 (Mazzotta, 2011 e Jannuzzi, 2004). Os registros mostram que o interesse em criar essa instituição especializada não foi buscando especificamente atender aos interesses da população, mas um interesse que alcançava apenas aos cegos, porém uma ínfima parcela dessas pessoas. Constando-se a desigualdade de oportunidades educacionais para os demais deficientes.

Mazzotta (2011) e Jannuzzi (2004) observam a segunda instituição especializada - Imperial Instituto de Surdos-Mudos (ISM), criada por D. Pedro II, após três anos da fundação do IMC, sob a Lei nº 839 de 26 de setembro de 1857, no Rio de Janeiro. Esta instituição possuía classes especiais focada na alfabetização, baseada nos níveis de capacidade intelectual, bem como nas etiologias para cegos, surdos, deficientes mentais, dentre outros.

Outrossim, é apontada que a criação das duas instituições foram resultados de influências próximas a D. Pedro II. A criação do ISM contou com a influência e esforços do prof. Ernesto *Hüest*, francês e diretor do Instituto de *Bourges*, que chegara ao Rio de Janeiro no final de 1855, educador que foi influente, sendo apresentado ao Marquês de Abrantes, que o levou ao Imperador D. Pedro II. *Hüest* discorre sobre os seus planos no Brasil, ressaltando que um deles seria o de criar uma escola para “surdos-mudos” no território brasileiro. O

referido professor alcançou seus objetivos, pois D.Pedro II acolheu os seus planos, dando oportunidade para que lecionasse para dois alunos do então Colégio Vassimon.

Esfôrços que foram significativos e reconhecidos pelo imperador, que, chegando em outubro de 1856, passou a ocupar todo o prédio da escola, originando o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, que, após cem anos de fundação, sob a Lei nº 3. 198 de 6 de julho, passou a se denominar de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (Mazzotta, 2011). Posso inferir que as duas instituições foram fortemente influenciadas, por indivíduos que não pertenciam a classe menos favorecida, mas que procuravam desenvolver atividades (Oficinas) com este alunado, visando qualificação para o trabalho.

O ISM, desde o início, era um estabelecimento educacional organizado no sentido de proporcionar “educação literária e profissionalizante” para meninos surdos-mudos, dentro da faixa etária de 7 a 14 anos. Decorrido um certo tempo, estas instituições, passaram a trabalhar com oficinas para a aprendizagem de ofícios de tipografia e encadernação para os meninos cegos e de tricô para as meninas, assim como oficinas de sapataria, encadernação, pautação e douração para os meninos surdos. A criação desses Institutos foi crucial, suscitando discussões sobre a educação dos sujeitos da Educação Especial, culminando no 1º Congresso de Instrução Pública realizado em 1883, abordando as temáticas: sugestão de currículo e formação de professores para cegos e surdos (Mazzotta, 2011).

De acordo com Jannuzzi (2004, p. 12), nem “[...] a educação popular, e muito menos a dos ‘deficientes mentais’ era motivo de preocupação por parte do Império”, também assevera que, no início da República, a atenção continuava sendo direcionada para cegos e surdos, privilegiando o IMC e ISM, tendo apoio de seu protetor, o Ministro do recém Ministério da Instrução, correios e telégrafos, Benjamin Constant, tendo reformado o IMC e, em sua homenagem, teve o seu nome nele gravado.

Nota-se que a preocupação com a educação da PCD, foi direcionada primeiramente aos sujeitos cegos e surdos-mudos, não havendo preocupação com aqueles que possuíam as demais deficiências, mostrando a desigualdade educacional. Entretanto, o interesse do poder público foi de oferecer “profissionalização” e/ou oficinas para que aprendessem e pudessem produzir para a sociedade, uma sociedade desigual onde os interesses dos governantes não eram favoráveis à população.

Lanna Júnior (2011), acrescenta que “A cegueira e a surdez foram, no Brasil do século XIX, as únicas deficiências reconhecidas pelo Estado como passíveis de uma abordagem que visava superar as dificuldades que ambas as deficiências traziam, sobretudo na educação e no trabalho” (*apud* Nascimento 2018), isto é, com o passar do tempo, com o

advento da República, houve preocupação em criar instituições voltadas para demais deficiências. Perceba que o ensino direcionado para os sujeitos com deficiência trazia uma perspectiva de preparação para a produção de mão de obra para o trabalho.

A literatura mostra que a população no Império era iletrada, tendo um percentual de 85% de analfabetos. As escolas eram escassas e apenas em 1874 aparecem duas instituições para a deficiência mental, precisamente no final do Império. A primeira instituição especializada para sujeitos com deficiência mental, foi criada em Salvador, na Bahia - o Hospício Juliano Moreira (1874), instituição especializada, que iniciou com a assistência médica para esse público. A segunda instituição foi de ensino regular, a “Escola México”, criada em 1887, no Rio de Janeiro, para atender deficientes mentais, físicos e intelectuais, ambas sob a dependência administrativa do Estado (Jannuzzi, 1985 ; Mazzotta, 2011).

Todavia, Mazzotta (2011) afirmou que existem informações insuficientes sobre o tipo de assistência prestada, mormente para caracterizar-se como educacional, cogitando a hipótese de se tratar de uma assistência médica a crianças com deficiência mental, não sendo um atendimento educacional.

No que se refere ao deficiente mental, surgiram trabalhos consideráveis que repercutiram no Brasil, se destacando os estudos do Dr. *Deiré M. Bourneville*, neurologista, pesquisador de doenças mentais e nervosas infantis, seus trabalhos exercearam influências consideráveis no Brasil, tanto na área da medicina quanto no Pavilhão *Bourneville*, pois *Bourneville* “[...] lutara pela laicização dos hospitais, pela aprovação de um fundo para a criação de um serviço especial para crianças anormais e pela regulamentação e implantação de classes especiais para crianças anormais nas escolas de Paris” (Jannuzzi, 2004, p. 16).

Silva (2009), analisa em seu texto “Medicina, educação e psiquiatria para a infância: o Pavilhão-Bourneville”, como um Pavilhão Escola *Bourneville* que foi criado no início do século XX, no Rio de Janeiro, o primeiro a realizar atendimento à criança ‘anormal’ no Brasil, adotou o método médico-pedagógico, com “[...] uma resposta aos muitos protestos e denúncias que vinham, desde fins do século XIX, se abatendo sobre a assistência dada às crianças que se encontravam internadas no Hospício Nacional de Alienados (HNA)” (Silva, 2009, p. 197). Esta afirmativa, traz a flexão do quanto a PcD, desde a tenra idade foi negligenciada, tanto no que se refere a assistência médica, quanto na educação.

Segundo Müller (1998), em 2 de fevereiro de 1902, foi publicado no Jornal do Comércio, diversas denúncias de irregularidades ocorridas no Hospício na administração de Dias Carneiro, entre tais denúncias foram de que crianças e adultos viviam misturados e que se encontravam muitas vezes em “completa nudez”, destacando que crianças doentes

andariam junto aos adultos, além da falta de equipamentos, itens básicos como lençóis, camas para os pacientes, entre outros. Tais denúncias resultaram na substituição de Dias Carneiro por Antonio Dias Barros, em 12 de julho de 1902. (*apud* Silva, 2009).

O HNA, sob a nova gestão de Dias Carneiro, revelaram avanços e melhorias, porém com uma gestão curta e permeada de denúncias públicas, tais como: desvios de verbas, a permanência da precariedade, que originou em uma sindicância, a qual apontou a necessidade de uma “[...] intervenção imediata sobre o HNA para a remoção das crianças para um outro local, onde viria a ser um pavilhão anexo à lavanderia do Hospício” (Silva, 2009. p. 198).

Tal sindicância resultou na demissão de Dias Barros, para que fosse nomeado, em 26 de março de 1903, Juliano Moreira, médico, que solicitou verba ao governo para realizar reformas e implantar um novo modelo de atendimento às crianças do Hospício, sendo tal “[...] necessidade suprida por meio do decreto nº 1.1.32 de 22 dezembro de 1903, assinado pelo presidente Rodrigues Alves, que reorganiza a assistência a alienados no país e incluía no corpo médico do Hospício um pediatra” (Silva, 2009, p. 198). Consta, ainda, no relatório de 1904-1905, na gestão interina de Afrânio Peixoto do HNA, que a referida legislação consolidou propostas e o planejamento de Juliano Moreira, no que tange à assistência e educação dos atrasados e débeis, percebo, assim, um entrelaçar entre Educação e Saúde, bem como a preocupação deste médico com a educação da PCD, ou seja, daqueles que foram/são esquecidos da sociedade.

Gilberta Jannuzzi (2004) aponta, neste início da HEE, duas vertentes no Brasil que tiveram fortes influências: a vertente médico-pedagógica, pois Mendes (2010) afirma que “mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas escolares[...]"(*apud* Jannuzzi ,1992, p 59) e a vertente Psicopedagógica sendo “que não independe do médico, mas enfatiza os princípios pedagógicos” (Mendes, 2010, p. 96 (*apud* Jannuzzi (1992).

De acordo com Mazzotta (2011), chegando à metade do século XX, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, sendo apenas um da esfera federal e os demais estaduais, que prestavam algum serviço de atendimento escolar especial aos deficientes mentais. Quanto às instituições que prestavam atendimentos a deficientes visuais, assevera as seguintes: o Instituto Benjamin Constant, o Instituto de Cegos Padre Chico (escola residencial), à Fundação para o Livro do Cego no Brasil. Para atendimento auditivo, é observado o Instituto Santa Terezinha, Escola Municipal de Educação Infantil e de 1º grau para Deficientes Auditivos Helen Keller, Instituto Educacional São Paulo (IESP). No que se refere ao atendimento a deficientes físicos, pontua a Santa Casa de Misericórdia de São

Paulo, Lar-Escola São Francisco, Associação de Assistência à Criança Defeituosa – AACD, fundada em 14 de setembro de 1950.

Para tanto, observou o surgimento das instituições, assim como entidades filantrópicas criadas para o atendimento da pessoa com deficiência intelectual ganhando repercussão, diante da inércia estatal, ignorou a sua responsabilidade em oferecer serviços educacionais, permitindo que esses sujeitos sofressem em vista dessa postura de desprezo, contribuindo com a permanência da desigualdade. Injustiça histórica que tem acompanhado a população vulnerável na sociedade capitalista.

Em relação ao atendimento de deficientes mentais, surgiram o Instituto Pestalozzi de Canoas, criado em 1926, as Sociedades Pestalozzi de Minas Gerais, criada em 1935, a Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro, criada em 1948, a Sociedade Pestalozzi de São Paulo, fundada em 1952, assim como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Rio de Janeiro (1954), APAE de São Paulo, criada em 1961 (Mazzotta, 2011).

A partir desse contexto de criações de diversas instituições, que lutavam por atendimentos educacionais para a PCD, foi criada uma Política Educacional a partir da promulgação a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, que referenciava em seu título X, trazendo nos artigos 88 e 89, a educação de excepcionais. Cabendo ressaltar que, apenas em 1970 apresenta um órgão específico que regulamenta sua política educacional.(Jannuzzi, 2004). Neste ínterim, seguem-se as criações de mais duas instituições, criadas em Minas Gerais, a Instituição de Educação Emendativa da Fazenda do Rosário, criada em 1964, instituição particular, localizada na zona rural. Uma outra instituição mineira, surgiu em 1972, direcionada ao público-alvo da educação especial foi a Educação Emendativa Doutor Lage, portanto gradativamente surgem instituições direcionadas a PCD.

No que concerne ao Ensino Emendativo,⁶foi abordado por Jannuzzi (2004), que a partir de 1930, sendo uma expressão empregada pelos educadores envolvidos com a educação de deficiente que durou até o final da década de sessenta e início de setenta, ganhando notoriedade e designado um termo que compôs as escolas para a PCD.

Jannuzzi (2004), comenta sobre a existência de uma ambiguidade nas mensagens presidenciais, no que se refere a natureza dos atendimentos para esses sujeitos que, ora sob a responsabilidade da educação e ora era percebido como sendo de competência de trabalho, em virtude de disponibilizarem serviços educacionais que abarcavam atividades de

⁶ Ensino Emendativo-(...)de *emendare*(latim), que significa corrigir falta. Tirar defeito, traduziu o sentido diretor desse trabalho educativo em muitas das providências da época (Jannuzzi, 2004, p.60)

(sapatarias, encadernações e outros). Serviços que serão explanados no decorrer desta dissertação como componentes da instituição escolar criada pela Apae de Belém.

Partindo desse pressuposto, outra menção sobre a ambiguidade apontada por Jannuzzi(2004), diz respeito a atuação para com a PcD, que ora consideravam tema médico, moral e filantrópico, ora os serviços eram considerados de ordem educacional. Isto é, havia uma indefinição dos serviços oferecidos ao público da educação especial.

3.2 História da Educação Especial no Pará, atendimentos e o descaso com a educação da pessoa com deficiência mental

A HEE no Brasil sofreu fortes influências europeias, pois, durante o Império, surgiram as primeiras Instituições voltadas para cegos e surdos. O Pará, também, acompanhou as influências internacionais e nacionais, refletindo na criação de instituições pioneiras direcionadas para o atendimento a esse mesmo público - cegos e surdos (Nascimento, 2018). Entretanto, a princípio o atendimento para esses sujeitos foram negligenciados tanto no que se refere a atendimento educacional quanto clínico, pois a realidade local mostrava que:

Perambulavam pelas ruas da Província do Grão-Pará, loucos, pessoas com deficiência mental e física, alguns exercendo a mendicância. Em alguns casos eram presos ou internados na Santa Casa de Misericórdia, mais especificamente, no Hospital da Caridade, e posteriormente enviados para o Hospício do Tucunduba (Farias, 2019, p. 42).

Os registros comprovam o descaso que o poder público tinha com a PcD, não sendo tratados com dignidade, muito menos com humanidade. Estavam abandonados às mazelas das ruas, sendo rotulados como marginais, condenando-os a permanecerem em condições degradantes, uma desigualdade histórica que se estende ao longo dos tempos. Quando estes recebiam os mesmos tratamentos direcionados aos “criminosos”, sendo considerados pelo poder público como casos de polícia. Percebo, o quanto o Estado negligenciou esses sujeitos, pois eram entregues a sua própria sorte, quando não disponibiliza atendimentos necessários direcionados à saúde destes e lhes ofereciam tratamentos desumanos, e quanto aos serviços direcionados à educação, estes sujeitos continuavam na condição de exclusão e invisibilidade.

Farias (2019) assevera o caos instalados na Província do Grão-Pará, sendo calamitoso em que se encontrava o Hospício do Tucunduba, com um grande quantitativo de internos, necessitando que a Santa Casa de Misericórdia acionasse, administrativamente, a Província para tomar providências quanto ao sustento e vestimentas dos desafortunados da

saúde. Para Vianna (1902), com o expressivo número de pessoas internadas no hospício, o novo presidente da província, o médico Francisco da Silva Castro (1863 a 1865), realizou uma série de reformas, ampliando o Hospital da Caridade, reservando dois cômodos para os ditos “doidos”, servindo como um manicômio em miniatura,(apud , Farias 2019).

Os olhares se voltavam para “[...] um alento e, em resposta positiva aos anseios de urbanidade da época, a província passou a assumir as despesas com o Hospício dos Lázarus, que abrigava oitenta e duas vítimas da lepra” (Farias, 2019, p. 82). Tendo em vista, que a principal preocupação da época não consistia em abrigar e prestar assistência no sentido de propiciar o bem-estar do povo adoecido, tampouco das pessoas com deficiências, mas seria uma forma de “limpar” a cidade, mascarando-a e menosprezando a realidade daqueles que pertenciam a classe menos favorecida, adoecida em virtude das pestilências que assolavam a população, pautados na teoria higienista da época.

Além da situação caótica que se encontrava esta província, devido ao aumento na demanda de pessoas que necessitavam de abrigo e assistência. O governo provincial, que havia tomado para si a responsabilidade do Hospício do Tucunduba, repassa esta responsabilidade à Santa Casa, que implanta o Hospício dos Alienados, em 10 de março de 1872, reclusos do Hospital da Caridade. Na fazenda do Tucunduba, além do Hospício dos Leprosos, a enfermaria dos acometidos pela epidemia da varíola, agora o Hospício dos Alienados.

Imagen 1- Prédio do Hospital dos Lázarus



Fonte: Casa de Osvaldo Cruz (Disponível em : <https://basearch.coc.fiocruz.br>), 2023.

Nesse sentido, Bueno (2016) afirma que:

o isolamento se dava de forma a garantir a proteção do meio social diante das manifestações individuais perturbadoras da nova ordem social, ou como expressa Castel (1998), uma forma de tratar as questões sociais, produzir justamente por essa ordem sob a égide do pensamento moderno e se justificava em razão da visão de irreversibilidade da conduta normal, prescrita pelo pensamento médico orientado pela perspectiva eugênica e da força da hereditariedade. (*apud* Farias, 2019, p. 83).

Segundo Farias (2019), até meados do século XX, o Hospital dos Alienados era o único albergue do Pará que estaria voltado para os sujeitos tidos “loucos”. Chegando no Estado Novo, em 1937, o Hospício dos Alienados, que posteriormente foi Hospital Juliano Moreira, apontava o desenvolvimento na perspectiva de outro tratamento para a loucura no Pará, rompendo com o padrão do simples “asilar”, gestado por meio de orientações psiquiátricas e inovações terapêuticas. Farias (2019) assevera, que representou o momento em que a loucura foi concebida como *status* de alienação, não se distinguindo dos diferentes tipos de comprometimento de ordem psicológica como dos indivíduos com deficiência.

Imagen 2- Prédio do Hospício Juliano Moreira



Fonte: Fragmentos de Belém (Disponível em <https://fragmentosdebelem.tumblr.com>), 2024.

Lobo (2015), afirma que as crianças consideradas “anormais” eram enviadas para o hospício e não frequentavam a escola. A história de descaso a PCD por parte do Estado em Belém, ocorre desde a infância, em que não recebiam um atendimento humanizado, muitos menos frequentavam as escolas em virtude de suas deficiências.

Nascimento (2018, p. 91), infere que houve influência da história nacional sobre a história local, no que concerne ao surgimento das primeiras instituições educativas voltadas para as crianças com deficiências no Estado, sendo para atender cegos e surdos. De acordo com Farias (2019, p.11).

Muito da história da Educação especial do Estado do Pará não está em documentos escritos, e sim em fontes orais, algumas disponíveis para contar uma história antes que as luzes se apaguem”, destacando a participação de professoras que foram atuantes na institucionalização da educação especial no Estado do Pará foi fundamental para dar inteligibilidade histórica.

Para Farias (2019), a HEE paraense está para além dos documentos escritos, ressaltando a relevância das fontes orais abordadas em seu estudo que contou com a participação das professoras consideradas pioneiras na Educação Especial no Estado do Pará, que foram enviadas pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) para realizar cursos de formação continuada em Educação Especial no Estado de Guanabara, atual Rio de Janeiro. Constatou, que a partir dessa iniciativa o poder público passa a direcionar atenção para os educandos com deficiência, ao convocar as educadoras para se qualificarem na educação especial.

O estudo de Farias (2019), apontou a primeira professora a ser convocada pelo Estado do Pará, Blandina Alves Torres, para participar do curso de especialização, em 1953, na Fundação Pestalozzi do Brasil, influenciando significativamente, pois foi a fundadora da Fundação Pestalozzi do Pará, em 1958. Educadora que ao retornar deste curso, formou um grupo responsável pela criação da FPP. Farias (2019), elenca os nomes de outras professoras pioneiras da E.E. paraense, mencionando: Nazaré Cristo Barbosa Nascimento, Adiles Araci Alves Monteiro, Cordélia Raiol Nunes Maciel e Geni Gabriel Amaral.

E a partir dessas convocações, analiso o início de uma postura estatal que começa a se preocupar com a educação da PCD paraense apenas em 1953, quando procurou capacitar uma equipe de educadoras e que após cinco anos, teve influência na criação da FPP, depois de longos anos de descaso e abandono educacional da PCD. Segue abaixo na imagem 3 a professora Blandina Torres, personalidade que se destacou na HEE no Pará

Imagen 03- Professora Blandina Alves Torres

:



Fonte: Nascimento (2018)

A imagem 3, apresenta uma das educadoras que por meio de seus conhecimentos e esforços, contribuiu para a Educação Especial no Pará, após receber formação que lhe respaldou em atuar e contribuir para a criação da instituição Pestalozzi, instituição que continua atuando no solo paraense e oferecendo serviços especializados.

Neste ínterim, surge a segunda convocação realizada pelo Estado, a professora Nazaré Cristo Barbosa Nascimento, convocada para realizar o curso no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, em 1953. Esta educadora, no seu retorno após este curso, assumiu o primeiro cargo de educação especial como a primeira diretora da Assessoria de Educação de Excepcionais (Farias, 2019). Nazaré Nascimento, faz parte da HEE no Pará que teve participação na história da Apae de Belém.

Imagen 04: Professora Nazaré Cristo Barbosa Nascimento



Fonte: Farias (2019)

A imagem 4 mostra a professora paraense, Nazaré Nascimento como a segunda educadora convocada pelo Estado, que se aprimorou na formação em E.E. no Instituto Benjamin Constant , sendo relevante para a história da educação da PcD.

A HEE no Pará, destaca outras professoras que contribuíram para o avanço educacional, pontuados nos estudos de Farias (2019) como da professora Marli Almeida Fontenele de Castro, foi a primeira professora a assumir uma turma de atrasados especiais em uma escola regular em Belém no ano de 1964. Também foi a primeira diretora do Departamento de Educação Especial (DEES) em 1989, esses registros mostram os avanços direcionados à educação da PcD no território paraense.

Dando prosseguimento aos nomes de mulheres que deixaram legados da E.E. no Pará, destaco Maria Eliena Melo Mercês, professora que ingressou nas primeiras equipes de Triagem e Avaliação da educação especial. O estudo mostra o quanto foi importante para a história da educação da PcD, o papel desempenhado pela mulher no Estado do Pará e suas contribuições para a Educação Especial.

Neste sentido, Nascimento (2018) e Farias (2019) asseveram que a primeira Escola de Cegos do Pará, foi criada sob o Decreto de Lei nº 1300 de 07 de dezembro de 1953, na gestão do então, governador Zacarias de Assumpção. Posteriormente, em 1956, esta escola foi renomeada como Escola José Álvares de Azevedo, sendo a primeira Instituição

Especializada paraense, homenageando um dos principais idealizadores da educação de cegos no país. Criação fortemente influenciada pelo contexto nacional, iniciado no Império

A criação da Escola José Álvares de Azevedo foi resultado da dedicação das professoras Nazaré Nascimento e Adiles Monteiro, a partir do curso de especialização realizado por essas profissionais no Instituto Benjamin Constant, em 1953, desta feita influenciaram na criação da Escola José Álvares de Azevedo. Neste ínterim, cabe ser observado que esta instituição escolar, além de ter contado em seu quadro de diretores, a professora Nazaré Nascimento, no período compreendido de 1953 a 1965, reassumindo o cargo de 1975 a 1976.

Imagen 5: Professora Adiles Araci Alves



Fonte: Rocha e Oliveira (2023)

Acima segue a imagem 5, mostra Adiles Araci Alves, mulher que compôs a equipe de convocação pelo Estado, para participar do curso em Educação Especial, deixando o seu nome escrito na história da educação da PCD, mormente daqueles que possuíam a cegueira.

A Educação Especial, gradativamente, avança no Pará com o surgimento da segunda instituição escolar que surgiu trazendo contribuições para esses sujeitos, a Escola de Surdos-Mudos “Prof. Astério de Campos”, criada em 1960, foi resultado da dedicação das educadoras Cordélia Maciel e Geni Amaral, resultado similar à fundação da Escola anterior, fruto do curso de especialização realizado pelas professoras paraenses (Nascimento, 2018). A história de criação das Escolas e Instituições especializadas no Pará, foi um processo que

deu seus primeiros passos na década de 1950, contando com o apoio de quatro mulheres que a partir de seus conhecimentos, contribuíram para o avanço educacional da PCD paraense.

Atualmente, ano de 2024, as duas instituições compõem o quadro de Unidades Educacionais Especializadas da SEDUC/PA e são regidas pela Coordenadoria da Educação Especial. A pesquisa realizada nesta coordenadoria, comprovou que a COEES, desenvolve suas atividades nas instalações da Escola Estadual Visconde de Souza Franco, local onde obteve os dados contidos nos quadros abaixo sobre às Unidades Educacionais Especializadas e Instituições conveniadas com a SEDUC/PA.

Quadro 3 – Unidades Educacionais Especializadas do Estado do Pará e localidades - SEDUC/PA

| UNIDADES EDUCACIONAIS ESPECIALIZADAS | |
|--|-----------------------|
| UNIDADES | LOCALIDADES |
| 01- UEES Prof. Astério de Campos | Belém |
| 02 UEES Prof. José Álvares de Azevedo | Belém |
| 03- UEES Profª Yolanda Martins e Silva | Belém |
| 04- UTEES Icoaraci | Belém |
| 05- UEES Geovanni Emmi | Santa Izabel do Pará |
| 06- UEES José Tadeu Duarte Bastos | Santarém |
| 07- UTEES Marli Almeida Fontenelle de Castro | Santo Antonio do Tauá |
| 08- UTEES de Abaetetuba | Abaetetuba |

Fonte: Coordenadoria de Educação Especial (2024).

Acima o quadro 3, faz alusão às Unidades Educacionais Especializadas paraenses e suas localidades num total de oito, a saber: a UEES Prof. Astério de Campos, UEES prof. José Álvares de Azevedo, UEES Profa Yolanda Martins e Silva e UTEES Icoaraci, criada em 22 de agosto de 1974, atendendo as deficiências (surdez, DI, física entre outras), as quatro unidades localizadas na Região Metropolitana de Belém. Ademais, outra unidade, UEES Geovanni Emmi está localizada em Santa Izabel do Pará, UEES José Tadeu Duarte Santos,

localizado em Santarém, UTEES Marli Almeida Fontenelle de Castro localizada no município de Santo Antonio do Tauá, criada em 25 de setembro de 1992 por Raimunda Soledade dos Santos Barreto, atendendo como pessoas com (deficiência físico-motor, auditivo-surdez, mental, visual, múltiplas deficiências e intelectual) e a última elencada é a UTEES de Abaetetuba, localizada no município de Abaetetuba, criada em 01 de fevereiro de 1993, atendendo o alunado com deficiências, Transtorno Global do desenvolvimento e Altas Habilidades. Todas estas unidades, são administradas e organizadas de acordo com as diretrizes da SEDUC/PA, contando com o grupo de profissionais desta secretaria.

Quadro 4 – Instituições Conveniadas no Estado do Pará – SEDUC/PA

| INSTITUIÇÕES CONVENIADAS |
|---|
| 01- APAEs – Abaetetuba, Bragança, Barcarena, Belém, Bragança, Capanema, Eldorado dos Carajás, Moju e Santarém |
| 02- Associação Milton Pereira de Melo (ACREDITAR) |
| 03-Centro Educacional Ronaldo Miranda (CEROM) |
| 04- Centro Integrado de Educação Especial (CIEES) |
| 05- Serviço de Atendimento Básico Reabilitação (SABER) |
| 06- Fundação Pestalozzi – ERC Lourenço Filho |
| 07- Preventório Santa Terezinha |

Fonte: Arquivo Coordenadoria de Educação Especial- 2024.

Além das Unidades acima relacionadas, o quadro 4 apresenta as instituições que funcionam no Pará, que não se constituem unidades educacionais estatais, mas que possuem contratos de convênios com a SEDUC/PA e possuem servidores desta secretaria lotados em seus espaços, como as Apaes dos municípios de Abaetetuba, Bragança, Barcarena, Belém, Bragança, Capanema, Eldorado dos Carajás, Mojú e Santarém. Comprovando que o Movimento das Apaes no Pará possui uma relação de parceria por meio de uma Instrução Normativa de Convênio entre estas instituições e a Secretaria de Estado de Educação do Pará, possuindo servidores lotados em suas instituições, como professores, serventes, merendeiras e auxiliares administrativos (Coees, 2024).

Este mesmo quadro, aponta as demais instituições especializadas que são conveniadas com a SEDUC/PA, tais como: Associação Milton Pereira de Melo (ACREDITAR), Centro Educacional Ronaldo Miranda (CEROM), Centro Integrado de Educação Especial (CIEES), Serviço de Atendimento Básico Reabilitação (SABER), Fundação Pestalozzi – ERC Lourenço Filho e o Preventório Santa Terezinha, todas estas instituições situadas em Belém/PA. Os dados comprovam uma maior participação do Estado, a partir da parceria viabilizada pelos convênios acima descritos,

Diante dos quadros 5 e 6, percebo que a Secretaria de Estado de Educação local, possui uma diversidade de instituições que prestam serviços educacionais, no que tange a modalidade educação especial. Entretanto, foi uma construção realizada por meio de muitas lutas que no decorrer do tempo foram paulatinamente tendo avanços na sociedade. No que tange a pessoa com deficiência intelectual, Mazzotta (2011, p. 26) afirma:

Por volta de 1950 os pais de crianças com desenvolvimento mental retardado começam a se organizar. Até então tais crianças, principalmente, as retardadas mentais “treináveis”, eram excluídas da escola, em virtude da existência de leis e regulamentos obstaculizadores.[...]. A NARC exerceu grande influência em vários países, tendo sido a inspiradora da criação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Brasil.

Tanto no Brasil como no Pará, a mobilização da sociedade civil foi relevante, para que alcançasse seus ideais, que seriam benefícios do bem comum. Freire (1999, p. 17) sustenta que “O movimento da educação, foi uma das formas de mobilização adotada no Brasil”. demonstrando que a reivindicação realizada pela sociedade civil, em virtude da ausência de recursos e serviços para a PCD intelectual, sobretudo na educação são históricos. Logo, a fundação da Apae demonstrou de:

forma concreta, a força da mobilização coletiva, tornando-se uma entidade de extrema importância para a educação dos excepcionais no Brasil e no Pará, uma vez que tinha como pressuposto o financiamento de tratamentos e pesquisas voltadas à demanda excepcional (Nascimento, 2018.p. 96).

Diante do exposto, comprehendo que a instituição APAE possui um legado na HEE nacional e local, a partir do empenho em mobilizar a sociedade e pais da PCD, em defesa e garantia de direitos desses sujeitos. Uma outra instituição de relevância na HEE foi a criação do Movimento Pestalozzi no Brasil em 1926, fundando-se o Instituto Pestalozzi em Porto

Alegre no Rio Grande do Sul. Este Movimento inicia a partir dos princípios de Johann Heinrich Pestalozzi , considerado o “Pai da psicologia moderna” (Nascimento, 2018).

Consta na Revista do Professorado do Pará (1994), Pestalozzi⁷, como:

[...] Humano, na mais simpática e na mais real significação do termo. Procurou acentuar o aspecto de humanidade na escola [...] assimilou as grandes ideias educacionais da Renascença, e criou seu belo sistema educativo. Fundou o intuicionismo na pedagogia experimental. Foi orientador prático do ensino intuitivo. Foi com sua intuição que encarou seriamente, através das realizações luminosas, o problema da educação popular. (*apud* Nascimento, 2018. p, 96)

Pestalozzi, é um nome relevante para a história da Educação Especial, contribuído a partir de seus princípios humanitários na educação, essenciais na construção de uma escola que pensasse na educação e assistência às crianças com deficiência intelectual. Tendo o seu nome utilizado para identificar instituições de atendimento a PCD intelectual no país e, mais especificamente, no Pará (Nascimento, 2018).

Diante das fontes documentais posso asseverar que a Fundação Pestalozzi e Apae Belém “escreveram” seus nomes na história da Educação Especial nacionalmente e no Pará, sendo instituições que continuam na atuando na modalidade educação especial, mas atualmente a Apae Belém, atua como um AEE.

A seção seguinte, mostrará parte da História da instituição Apae e seu surgimento no Brasil e quando chegou às terras paraenses.

⁷ Pestalozzi - Stpetart, (2010) “seu nome está vinculado a todos os movimentos de reforma da educação do século XIX(*apud* Nascimento, 2018, p. 96)

4 - HISTÓRIA DA APAE

O movimento apaeano no Brasil, tem uma história que retrata a luta pela garantia de direitos em prol de seu público-alvo. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém entidade filantrópica, reúne um grupo de pais e amigos que historicamente desejavam a escolarização para a PcD, resultado de uma “força da mobilização coletiva, tornando-se uma entidade de extrema importância para a educação dos excepcionais no Brasil e no Pará” (Nascimento, 2018. p. 95). Haja vista que o fenômeno educacional foi negado para esses sujeitos e sobretudo, para aqueles que possuem deficiência intelectual.

Outrossim, o Movimento de Apaes no Brasil, teve suas “raízes históricas e culturais do fenômeno “deficiências” sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito que por muito tempo transitaram por processos excludentes, e até mesmo de extermínio (Fenapaes, 2023. p. 21)”. Extermínios e discriminações registradas na literatura, sendo estigmatizados como anormais e incapazes, num contexto de injustiças e ausência de instituições escolares que pudessem receber a PcD e cumprir o seu papel social como instituição formadora de cidadãos.

A história desses sujeitos foi delineada por exclusões, este movimento dá seus primeiros passos na contramão dessas injustiças que acometiam o público alvo da educação especial. Além disso, aponta a ausência do Estado na promoção de políticas públicas sociais, que garantisse a inclusão dessas pessoas. (Fenapaes, 2023).

4.1 - História da Apae no Brasil

A História das APAEs no Brasil, abordada pela Revista da Apae Brasil, apresenta a História do Movimento das APAEs, descrevendo como um movimento que se destaca no país na década de 50, época em que chegou ao Brasil *Beatrice Bemis*, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma pessoa com Síndrome de Down, trazendo consigo a experiência de ter participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações de pais e amigos, que tinham os mesmos anseios e por atendimentos especializados para a PcD. Que ao chegar ao Brasil, admirou-se por não existir no Brasil, as mencionadas associações.

Beatrice motivou um grupo composto por pais, amigos, professores e médicos da PcD, fundando a primeira Associação de Pais e Amigos do Excepcionais do Brasil no Rio de Janeiro no dia 11 de dezembro de 1954. Mostrando o quanto foi importante sua participação

como mãe de uma PCD, para que no Brasil surgissem as Apaes, que a princípio teve como foco, oportunizar educação para as crianças com deficiência intelectual, afirmativa contida em uma das fontes documentais.

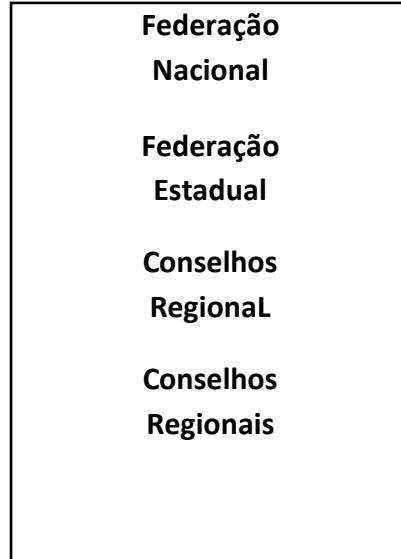
A primeira reunião do conselho deliberativo institucional ocorreu em março de 1955, na sede da Sociedade Pestalozzi do Brasil, na qual esta instituição colocou à disposição parte de um prédio para que instalassem uma escola para crianças com deficiências, conforme desejo do professor *La-Fayette Côrtes*. Os dados comprovam que houve uma relação histórica entre a Apae e a Sociedade Pestalozzi.

A primeira APAE, criada no Rio de Janeiro passou a contar com sede provisória, tendo criado duas classes especiais, com cerca de vinte crianças. A escola desenvolveu-se chegando ao ponto que seus alunos tornaram-se adolescentes e necessitavam de atividades criativas e profissionalizantes, surgindo a primeira Oficina Pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes no Brasil, tendo a iniciativa da professora Olívia Pereira.

Gradativamente, o movimento Apaeano vai crescendo, de 1954 a 1962, surgiram outras APAEs e no final de 1962, doze das dezessete APAEs localizadas no Brasil, estavam em São Paulo, observa-se o quanto se expandiu no estado de São Paulo. Houve a primeira reunião nacional de dirigentes Apaeanos, pela primeira vez no Brasil discutia-se a questão da PCD com um grupo de famílias, que trazia, para o Movimento, suas experiências como pais de deficientes, bem como técnicos da área.

Percebo que o Movimento apaeano se organizava alcançando demais Estados, surgindo a necessidade de criar um organismo nacional, que cogitaram a princípio, a possibilidade de se criar um Conselho ou uma Federação, prevalecendo a criação da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES), fundada em 10 de novembro de 1962 inicialmente em São Paulo e com o decorrer do tempo, houve a aquisição de uma sede própria, transferida para Brasília. A FENAPAES é caracterizada como “[...] uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional com duração indeterminada, congregando como filiadas as APAEs e outras entidades congêneres, tendo sede e fórum em Brasília-DF” (Fenapaes, 2014, p. 10).

Quadro 05 - Estrutura do Movimento Apaeano



Fonte: Fenapaes (2011)

O quadro 05, mostra a ordem da Estrutura organizacional das Apaes, apresentando a supremacia exercida pela Federação Nacional das Apaes, em seguida vem a Federação Estadual, logo após traz os Conselhos Regionais institucionais que gerenciam as unidades Apaes locais.

As Apaes no Brasil, se expandiram para outras capitais e depois para o interior dos Estados Unidos. Em 2014, haviam duas mil e cento e vinte e cinco Apaes espalhadas pelo Brasil, constituindo-se um Movimento filantrópico do Brasil e do mundo na sua atuação.(Revista Apae, 2013)

Quadro 06– As três APAES pioneiras fundadas no Brasil

| APAE | ESTADO | DATA DA FUNDAÇÃO |
|----------------|----------------|------------------|
| Rio de Janeiro | Rio de Janeiro | 11/12/1954 |
| Brusque | Santa Catarina | 14/09/1955 |
| Volta Redonda | Rio de Janeiro | 09/04/1956 |

Fonte: Revista Apae 60 anos(2013)

O quadro 6 apresenta as três Apaes pioneiras do Brasil, a primeira Apae foi inaugurada no Rio de Janeiro em 11 de dezembro de 1954, marcando o início de um crescimento da instituição, a segunda instituição apaeana foi criada em Brusque no Estado de Santa Catarina. Seguida da terceira Apae, criada em Volta Redonda, sendo

duas instituições criadas no Estado do Rio de Janeiro, onde o espaço de criação de uma instituição para outra, era de um ano para o outro.

Nesse sentido, o movimento de pais e amigos dos excepcionais se organizava e começava a expandir-se pelo território brasileiro em um contexto social em que eram ínfimas as instituições que ofereciam atendimentos educacionais para a PcD intelectual. O poder público pouco investia em serviços educacionais, mormente para o público-alvo da Educação Especial.

Quadro 07– APAES fundadas nos demais Estados brasileiros

| ESTADO | APAE | DATA DA FUNDAÇÃO |
|---------------------|----------------|-------------------------|
| Acre | Rio Branco | 31/07/1981 |
| Alagoas | Maceió | 20/08/1964 |
| Amazonas | Manaus | 04/05/1973 |
| Amapá | Macapá | 27/09/1966 |
| Bahia | Salvador | 03/10/1968 |
| Ceará | Fortaleza | 28/08/1965 |
| Distrito Federal | Brasília | 22/08/1965 |
| Espírito Santo | Vitória | 27/05/1965 |
| Goiás | Goiânia | 15/05/1969 |
| Maranhão | São Luís | 10/03/1971 |
| Minas Gerais | São Lourenço | 01/06/1956 |
| Mato Grosso do Sul | Campo Grande | 10/06/1967 |
| Mato Grosso | Cuiabá | 06/10/1967 |
| Pará | Belém | 30/11/1962 |
| Paraíba | João Pessoa | 23/03/1957 |
| Pernambuco | Recife | 27/10/1961 |
| Piauí | Teresina | 04/06/1968 |
| Paraná | Curitiba | 06/10/1962 |
| Rio de Janeiro | Rio de Janeiro | 11/12/1954 |
| Rio Grande do Norte | Natal | 31/10/1959 |
| Rondônia | Vilhena | 12/02/1981 |
| Rio Grande do Sul | São Leopoldo | 07/08/1961 |

| | | |
|----------------|-----------|------------|
| Santa Catarina | Brusque | 14/09/1955 |
| Sergipe | Aracaju | 27/08/1967 |
| São Paulo | Jundiaí | 07/08/1957 |
| Tocantins | Araguaina | 22/01/1986 |

Fonte: Elaborada pela autora -2024 (Fenapaes, 2023).

Outrossim, o quadro 7, mostra o crescimento do movimento das Apaes a nível nacional, iniciado no Rio de Janeiro, se expandindo para os demais Estados do Brasil, tornando-se uma entidade que possui uma história de luta pela garantia dos direitos de seus atendidos. Ressalto, que a criação do Movimento apaeano somente foi possível, a partir da iniciativa e descontentamento de uma mãe de uma PCD, assim como um grupo de pessoas que percebiam o potencial naqueles indivíduos que foram negligenciados e até marginalizados quando desprovidos de frequentarem as escolas.

Quadro 8 – Regionais das Apaes no Estado do Pará

| 1 ^a . Regional | 2 ^a . Regional | 3 ^a . Regional | 4 ^a . Regional | 5 ^a . Regional | 6 ^a . Regional | |
|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|--|
| Belém | Abaetetuba | Altamira | Castanhal | Conceição do Araguaia | Anapu | |
| Ananindeua | Barcarena | Itaituba | Santa Izabel | Floresta do Araguaia | Canaã dos Carajás | |
| Marituba | Igarapé-Miri | Novo Progresso | São Domingos do Capim | Redenção | Eldorado dos Carajás | |
| Breves | Mojú | Santarém | Capanema | Santana do Araguaia | Itupiranga | |
| | Tomé-Açu | | Bragança | Ourilândia do Norte | Marabá | |
| | | | | Tucumã | Parauapebas | |
| | | | | Íão Félix do Xingu | Rondon do Pará | |
| | | | | | São Geraldo do Araguaia | |
| | | | | | Tucuruí | |
| | | | | | Jacundá | |

Fonte: Relatório Fenapaes

Destarte, o quadro 8 apresenta as Regionais das Apaes, distribuídas em 35 municípios que abrangem o Estado do Pará, comprovando a expansão do movimento em terras paraenses, descritas até junho de 2024 nos registros acessados da Apae.

5 APAE DE BELÉM-PARÁ COMO ENTIDADE FILANTRÓPICA E EDUCACIONAL, OS TRAÇOS ARQUITETÔNICOS, SEUS PRESIDENTES E A ORGANIZAÇÃO DA ERC DR. SAINT CLAIR MARTINS

Esta seção, traz o cerne desta investigação, mostrando que a Apae de Belém como entidade filantrópica, passou a oferecer serviços gratuitos ao seu público de atendimento direcionado a pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Mas somente no início da década de 1980, criou a sua escola Dr. Saint Clair Martins, oferecendo a educação formal. Organizada para prestar serviços na Educação, Assistência Social e Saúde e que na atualidade na área educacional, oferece serviços de AEE.

Outro ponto abordado nesta seção, traz de maneira sucinta os traços arquitetônicos, assim como mostra quem foram seus presidentes desta entidade e organização pedagógica da ERC Dr. Saint Martins e o Projeto da APAE EDUCADORA.

De acordo com Magalhães (2004, p. 133-134), para discorrer sobre uma instituição escolar é necessário.

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição [...] é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-as na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência.

Segundo essa concepção de estudo histórico, faz-se necessário a abordagem da realidade educativa institucional, compreendendo-a de forma ampla a partir de seu espaço geográfico, sujeitos envolvidos, contextos históricos o qual estava inserido, bem como, analisando-a dentro do sistema educacional e com isso analisar e poder compreender a instituição escolar, que faz parte da educação como “um constructo humano, constituído por mudanças, processos e percursos de formação no nível de saberes, capacidades (técnicas), comportamentos e valores, práticas e atitudes [...]” (Magalhães, 2004, p. 32).

Nesta perspectiva, comprehendo que a história da criação da ERC Dr. Saint Clair Martins pela Apae de Belém, foi relevante e desvelou um momento histórico em que a educação da PCD intelectual era escassa, tendo seus sujeitos invisibilizados pelo poder

público. Tal criação evidencia que por meio de movimentos sociais podemos mostrar a força do povo e mostrar o quanto o fenômeno educacional é transformador.

No que tange às instituições escolares regulares, Nosella e Buffa (2009, p. 29) acrescentam que “as pesquisas sobre as Instituições Escolares elencam nos educadores o nível de responsabilidade pelos seus atos e estimulam nos leitores o gosto pelos estudos da história local e nacional”. Cabendo observar, que estes autores, se reportam às instituições escolares de ensino regular.

Este estudo, consiste como mais uma produção acadêmica que desvela sobre uma instituição escolar, que possuía um público-alvo com D.I, com peculiaridades e que possuíam limitações. Pesquisar instituições escolares, segundo Nosella e Buffa (2009. p.116) “representam um tema de pesquisa significativa entre os educadores, particularmente no âmbito da história da educação”, porque são “estudos realizados quase sempre nos programas de pós-graduação em educação, privilegiam a instituição escolar [...]”.

Partindo do pressuposto de que o “estudo das Instituições Escolares e/ou instituições educativas poderá acrescentar conhecimentos históricos à história da educação, se além de revelar as minúcias das singularidades escolares, inserir a compreensão e a explicação dela na totalidade histórica” (Sanfelice, 2009. p. 198). Concebo que discorrer sobre o objeto de estudo como instituição escolar é primordial para a produção acadêmica, pois trago as peculiaridades de uma entidade que tem uma história educacional pautada no respeito ao seu público alvo como cidadãos que devem ter o direito educacional garantido, assim como todas as pessoas.

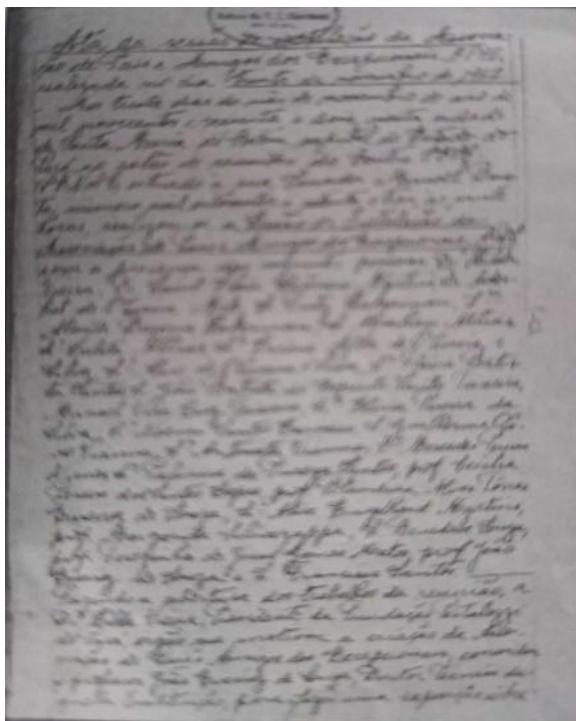
5.1 Apae de Belém como entidade filantrópica

A criação da entidade filantrópica foi resultado de movimentos de lutas internacionais de pais que não aceitavam a exclusão de seus filhos das instituições de ensino e contaram com a participação de personalidades e profissionais da sociedade civil, que insatisfeitos com o descaso do Estado, a discriminação e preconceito com estes sujeitos, não mediram esforços, mobilizarem-se e por meio de lutas em que buscavam atingir os seus ideais - escolas para a PCD. As conquistas históricas desses sujeitos foram alcançadas pela mobilização dos próprios sujeitos, que passaram a se organizarem, surgindo o Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos em 1954. (Jannuzzi, 2004).

E no Pará, a organização e mobilização da sociedade civil, partiu do entendimento que numa sociedade com um Governo Estatal, que desconhecia as suas próprias deficiências,

quando não tomava medidas que assegure o direito desses sujeitos, pois a educação é assegurada como direito de todos, desde a Constituição de 1934 para todos, sem distinção. Tanto para a PCD , como aqueles indivíduos que não possuem deficiências. Um Estado que privilegia um grupo em detrimento a outro, permitindo com isso a desigualdade e exclusão de oportunidades educacionais da PCD.

Imagen 6 Reprodução da Ata de fundação da Apae de Belém⁸



Fonte: Revista Apae de Belém (2013)

A imagem 06, consiste numa reprodução da Ata de fundação da instituição, fonte documental que constitui um grande legado institucional, Segue nos anexos desta dissertação a sua transcrição. Ata que contém o registro de instalação da Apae de Belém, sendo um marco para a educação especial de seu público-alvo contando com a presença das seguintes pessoas:

Drª Hilda Vieira, Dr. Saint Clair Leôncio Martins, Dr. Aderbal de Oliveira Melo, sr. Fritz Haherman, Sra Alaide Bezerra Haherman, sr. Abrahan Athias, Srª Lalita Athias, Srª Cirene Alba de Oliveira e Silva, Srª Alice de Oliveira e Silva, srª Flávia Batista Santos, sr. João Batista do Espírito Santo Teixeira, Manoel Vera Cruz Teixeira, Srª Elvira Pereira da Silva, Srª Noeme Santos Carneiro, sr. Guilherme Olavo Vianna, srª Antonieta Vianna, srª Mercedes Pereira Nunes, srª Palmira da Pureza Santos, profª Cecília Pereira dos Santos Lopes, profª Blandina Alves Torres Queiroz de Souza, srª Alice Engelhard Martins, profª Margarida Schivazappa, Srª Benedabe Souza, profª

⁸ Ata de Fundação - transcrição encontra-se no anexo

Terezinha de Jesus Gomes Matos, prof. João Queiroz de Souza e Sr. Francisco Santos.(ATA DA REUNIÃO, 1962, p. 1)

As personalidades elencada foram significativas para o início de um trabalho institucional voltado para a PCD intelectual paraense, ressalto a participação da Drª Hilda Vieira, presidente da Fundação Pestalozzi do Pará, órgão que motivou a criação da Apae, que na ocasião convidou o professor João Queiroz de Souza, diretor técnico daquela Instituição para participar da referida reunião, sendo que este professor havia participado da 1ª Reunião Nacional das Apaes, representando o Pará e durante a sessão de instalação desta Apae, participou trazendo os dados estatísticos sobre a proporcionalidade de Apaes no Brasil, que a princípio tinha a finalidade para prestar assistência à Criança com deficiência.

Essa ata de instalação, trouxe dados históricos relevantes de uma entidade filantrópica que fez a diferença no atendimento especializado no Pará. Durante essa reunião, foi criada uma diretoria provisória, sendo indicado para presidente o Dr. Aderbal de Oliveira Melo, indicação aceita por unanimidade. Além de apontarem outros membros para exercerem as seguintes funções: o Sr. Benadabe Souza como secretário, Fritz Hakerman, Antônio Vidigal, dr. Edson Franco, srª Lalita Athias, srª Cirene Alves de Oliveira e Silva, e um representante do Governo do Estado que seria indicado posteriormente como Vogais.

O presidente, Dr. Aderbal de Oliveira Melo, propôs a criação da Comissão de Relações Públicas, indicando os cronistas sociais, os srs. Guaraci Brito, Ubiratan Aguiar, Carlos Mendonça, Regina Pesu Cardoso e Roberto Jares. Outra proposição do presidente, foi que o prof. João Queiroz de Souza e a profª Blandina Alves fossem assessores técnicos da Diretoria Provisória.

Na sessão, o Dr. Saint Clair Martins, diretor técnico da FPP, sugeriu que assinassem o livro de presença e todos fossem considerados sócios fundadores desta organização recente, sendo encerrado pelo presidente que agradeceu pela confiança que lhe foi depositada, assim como marcada para às terças-feiras à noite as próximas reuniões da Diretoria Provisória no Centro SESC-SENAC ata que foi redigida por Blandina Alves Torres e transcrita por Irena Alba de Oliveira e Silva.(Ata de Reunião, 1962)

.A Revista Apae, fonte de informações, informa que em 1979, a direção da Apae de Belém buscou apoio das autoridades governamentais, entidades privadas e comunidade em geral, no intuito de obter aquisição e reforma do prédio institucional, onde desenvolviam seus atendimentos especializados e educacionais, abrigando o centro de atendimento especializado e órgãos diretivos da entidade. Observo que o Estado, representado pelas autoridades governamentais, foi procurado pelos representantes da instituição, ou seja, pressupõem-se

de que havia um entendimento do papel do Estado em relação à garantia de direitos sociais destinados a todas/os.

A Revista destaca que no período de 1962 a 1981, o trabalho da Apae de Belém estava voltado para a defesa dos direitos da PCD, antes da criação da ERC Dr.Saint Clair Martins, mas com ações que prestavam apoio aos alunos do Instituto Pestalozzi. Somente em 1982, a APAE implantou a ERC Dr. Saint Clair Martins em Belém, firmando convênio com a Seduc, iniciando suas atividades educacionais e sociais. (Revista Apae, 2013).

Outro avanço da entidade foi a implantação do centro de reabilitação, atual Centro Multidisciplinar da Saúde (CAMS), ocorrido em 1986 que traz como objetivo - prestar atendimentos por meio de equipe multidisciplinar com assistência nas áreas: médica, psicossocial, pedagógica, fisioterapia e fonoaudiologia. Atendimentos que permitem a integração social e profissional de seu público alvo, além de atividades de educação física, desporto e lazer.

Diante dos registros obtidos pela Revista Apae, 2013, observo que desde sua criação como entidade filantrópica de 1962 a 1981, suas atividades estavam voltadas para a defesa de direitos, não contando com apoio governamental. Para tanto, poucas foram as ações do Estado para garantir a escolarização da PCD.

Percebi o crescimento da instituição, dando espaços para a criação de outros espaços de atendimentos, que surgiram no intuito de auxiliar o trabalho junto a PCD, dentre estes posso citar o Centro Multidisciplinar de Saúde, que vem apoiar os atendimentos destes sujeito, surgindo somente 1986, após vinte e quatro anos de existência da Apae de Belém e nove anos após a criação da ERC Dr. S. C. Martins. A expansão da Apae de Belém, propiciou, além dos serviços educacionais, passou a oferecer atendimentos terapêuticos, buscando sempre seguir a sua missão institucional, a de defesa e garantia de direitos de seu público-alvo.

Cabe observar que a Apae de Belém, sempre contou com seus esforços próprios e com o apoio financeiro de doações e campanhas, desenvolvendo ações que apoiavam os alunos da Fundação Pestalozzi de 1962 a 1981. Segue abaixo, a imagem do casal fundador da Apae de Belém, personalidades que participavam diretamente das ações da Fundação Pestalozzi, mostrando o quanto estavam engajados na luta em prol dos direitos da PCD em Belém do Pará, enquanto que o Estado, que deveria garantir esse direito social, tinha uma postura que reforçava a desigualdade se perpetuasse na sociedade.

Imagen 7: Saint Clair e Alice Martins, fundadores da Apae de Belém



Fonte: Revista Apae de Belém, 2013.

Na imagem 7, está o registro do casal, Saint Clair Martins e Alice Viana, personalidades dedicadas e que tiveram influência e participação na educação da PCD, tanto na história da entidade objeto deste estudo, quanto na “ampliação e consolidação da Fundação Pestalozzi do Pará” (Nascimento, 2018, p. 167).

A instituição Apae de Belém iniciou suas atividades, provisoriamente, no escritório do Dr. Saint Clair Martins, um dos fundadores da entidade. Dr. Saint Clair, além de fazer parte da história apaeana de Belém, possui participação direta na Fundação Pestalozzi do Pará, período em que a Apae de Belém funcionava prestando apoio às ações pedagógicas da referida fundação Pestalozzi. Somente em outubro de 1979, a direção da entidade conseguiu adquirir o prédio localizado na avenida Generalíssimo Deodoro, consagrando-o como sua sede própria.

5.2 Traços Arquitetônicos na história da Apae local

A instituição adquiriu em 1979 o prédio mostrado na imagem 8, após dezesseis anos de fundação da Apae de Belém. Trata-se de um prédio listado como patrimônio histórico tombado do Estado do Pará, localizado na Avenida Generalíssimo Deodoro, 413, bairro Umarizal. A estrutura arquitetônica foi tombada por meio de ato realizado pelo Departamento de Patrimônio histórico artístico e cultural e representa a Arquitetura eclética do Pará, correspondente ao ciclo econômico da borracha. A caracterização predial coincide com o processo de constituição e organização da Educação Especial no Brasil, uma vez que “a

educação de deficientes’, ‘educação dos excepcionais’, ou da “educação especial” na política brasileira vem ocorrer somente no final dos anos cincuenta e início da década de sessenta do século XX” (Mazzotta, 2011,p 169).

Imagen 8 Prédio da Apae de Belém



Fonte: Revista Apae de Belém (2013)

A imagem 8, retrata o prédio comprado pela entidade - Apae de Belém, onde atualmente funciona a administração da instituição. A partir da aquisição, a instituição necessitou realizar a recuperação e reforma do prédio, surgindo a necessidade de promover várias campanhas promocionais, no intuito de arrecadar verbas necessárias para a melhoria predial e, portanto, oferecer um serviço de qualidade para os seus atendidos, esta reforma iniciou no final de 1981, sendo inaugurada no ano seguinte. Em 1982, a entidade inicia suas atividades como “Escola Apae-Belém”, a partir de um convênio realizado com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), do Estado do Pará.

A Apae de Belém prosseguiu com as construções visando melhor atender a PCD que era o seu público-alvo (pessoas com deficiência intelectual e múltipla). Em janeiro de 1989 foi construída uma maloca para que os alunos da instituição pudessem desenvolver atividades

recreativas, no entanto, a entidade já havia planejado desde 1987 construir um Centro de Reabilitação.

Na história da Apae de Belém, consta que, em 1989, o engenheiro Carlos Lobo, o então diretor de patrimônio institucional, apresentou o projeto arquitetônico para a construção desse Centro. Por ser uma entidade filantrópica e contar com parcos recursos, necessitou realizar diversas ações para a obtenção de fundos destinados ao financiamento da construção. Segue abaixo, na imagem 9, a maloca provisória de atendimento da instituição.

Imagen 9- Maloca provisória utilizada pela Apae de Belém



Fonte: Revista Apae, 2013

A partir da imagem 09, observa-se uma maloca de madeira, construída provisoriamente onde eram atendidos as PCD intelectual. Constatando, a dificuldade enfrentada por esta entidade filantrópica que, iniciou seus atendimentos a princípio sem apoio do Estado, que continuava a menosprezar a educação destes indivíduos. Contando somente com o apoio de doações e Campanhas para arrecadar recursos para a melhoria dos serviços ofertados a PCD intelectual. Cabendo inferir que, os atendimentos nesta maloca, ocorreram enquanto se levantavam recursos para a construção do prédio que comportasse todos os serviços (Educação, Saúde e Assistência Social).

Para tanto, uma outra ação é observada, que tinha como meta arrecadar fundos para a melhoria da sede da Apae de Belém, ocorrendo em 06 de março de 1989, com o lançamento da campanha publicitária, “Não cruze os braços” produzida pela Norte Propaganda, com o objetivo de ajudar no financiamento da construção do Centro de Atendimento. Diversos esforços foram realizados pela instituição para arrecadar verbas, dentre as ações, a saber: Feiras de mel, festivais do sorvete em praças, passeios fluviais, shows musicais, peças teatrais, gincanas, chás benéficos do Hilton Hotel e a gincana realizada em 15 de maio pelo Colégio Moderno, entre outras programações, todas administradas pela diretora social institucional, a srª Glória Souza.

A Apae de Belém vai conquistando mais parcerias, destacou-se a mais nova realizada junto ao Ministério da Previdência, por meio de um convênio assinado em 16 de novembro de 1989, que, naquela época, viabilizou novos recursos para a obra, verba repassada pelo antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência (INAMPS). Portanto, a instituição contou com uma grande mobilização da comunidade para conseguir as verbas necessárias para realizar a obra. (Revista Apae, 2013)

5.3 Apae de Belém e seus presidentes

Os registros mostram que o primeiro presidente foi Aderbal de Oliveira Melo, escolhido durante a sessão de fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em 1962, registrado na Ata. Essa gestão estava voltada para a organização e a estruturação da instituição, além da realização de campanhas de arrecadação de verbas para apoiar ações assistenciais da Fundação Pestalozzi.

O segundo presidente a assumir a Apae de Belém foi Guilherme Olavo Viana, gestão compreendida de 1968 a 1970, que deu continuidade às ações de arrecadações para o apoio às atividades pedagógicas da Fundação Pestalozzi, haja vista que a instituição objeto de estudo não desenvolvia trabalhos direcionados para a educação da própria entidade, entretanto, prestavam apoio a instituição Pestalozzi. (Revista Apae, 2013).

O terceiro presidente eleito foi o sr. Nelson Alves Cunha para gestar o biênio de 1974 a 1976, reeleito para dar continuidade entre 1977 a 1979. Presidente que destacou-se por sua atuação na aquisição do prédio sede, situada na avenida Generalíssimo Deodoro, dando continuidade às campanhas para arrecadação financeira destinada à reforma do prédio.

O quarto presidente, Merivaldo Paiva, eleito para o biênio 1981 a 1983, destacou-se sendo o presidente que inaugurou o prédio sede da instituição, pela implantação da Escola da Apae de Belém e assinatura do convênio com a SEDUC. Foi reeleito para seguir sua gestão de 1984 a 1986. Segue, na imagem abaixo, dos presidentes que foram pioneiros da instituição. Apresento, a partir da imagem 9, os quatro primeiros presidentes da Apae de Belém.

Imagen 10- Os primeiros presidentes da Apae de Belém



Fonte: Revista Apae de Belém (2013)

Seguindo a ordem da presidência institucional, cabe ressaltar a contribuição de Nazaré Cristo Barbosa Nascimento, para a história da Apae de Belém, como gestora, advogada e educadora, que teve seu mandato a partir de 1986, prorrogado até 1989. Mulher que tem seu nome registrado na História da Educação Especial paraense como uma das pioneiras na História da Educação Especial do Estado do Pará, constatados nas pesquisas de Farias (2019) e Nascimento (2018), que discorreram sobre a Educação Especial no Pará.

Imagen 11- Educadora Nazaré Cristo Nascimento



Fonte: Revista Apae de Belém, 2013.

A imagem 11, mostra Nazaré Cristo, educadora que participou ativamente da história da Apae de Belém. Os registros históricos, contidos na Revista Apae de Belém 50 anos, trazem considerações significativas desta educadora, como uma pessoa que se dedica à entidade desde 1968, trazendo, para si, o adjetivo de indispensável, por ser uma das “mulheres voluntárias semeadoras da Apae no Pará”. Sendo considerada nesta fonte como uma enciclopédia viva da história da entidade.

Nesse sentido, a educadora é considerada uma das primeiras conselheiras apaeanas. Nazaré Nascimento, além de ter composto a equipe de professoras pioneiras na HEE do Estado do Pará, foi a segunda professora convocada pelo Estado para realizar curso no Instituto Benjamin Constant.(Farias, 2019).

Nazaré Nascimento lembrou das primeiras reuniões realizadas em 1966, na sala empresarial de Saint Clair Martins, afirmou que o trabalho mais importante da Apae é o de a “sensibilização”, iniciada em 1968, quando foi vice-presidente. Para esta educadora, “sensibilizar é uma ação ainda maior que a conscientização”, pois corrobora afirmando que “Sensibilizando as pessoas, você consegue um comprometimento maior por parte da comunidade e dos governos”.(Revista Apae, 2013, p. 4).

Para tanto, Nazaré Nascimento continua recordando que somente nos anos de 1980, o governo do Estado do Pará passou a se dedicar às pessoas DIM e autistas, acrescentando que não havia política de Governo para as crianças com deficiência. Tal colocação corrobora, no

sentido de permitir afirmar que havia desigualdade por parte do poder público do Estado contra esses sujeitos. Partindo deste pressuposto, analiso a postura estatal que negligencia, não somente a educação para a PcD, mas observo a falta de compromisso em favorecer políticas públicas que beneficiassem a criança com deficiência no Pará.

A imagem 12, comprova a participação e influência da educadora Nazaré Nascimento na construção histórica da Apae de Belém, estando ao lado da sr^a Alice Martins, esposa do Dr. Saint Clair Martins e Guilherme Viana, duas personalidades que têm seus nomes registrados na Ata de criação da Instituição Apae de Belém.

Imagen 12- Sr^a. Alice Martins, Guilherme Viana e a educadora Nazaré Cristo Nascimento



Fonte: Revista Apae de Belém (2013)

Partindo do pressuposto, as fontes documentais trazem registros do quanto a educadora referenciada contribuiu para a instituição Apae de Belém. Mostrando na imagem 11, o seu envolvimento com dois dos fundadores da entidade apaeana de Belém. Vale ressaltar que, esta contribuiu, assim como sua atuação e influenciou na criação da primeira escola de Cegos do Pará, atual UEEES Prof. José Álvares de Azevedo, onde exerceu o cargo de diretora em 1953, consistindo um marco na história da educação especial do Pará. O movimento de mobilização da sociedade civil, deu-se a partir da ausência de espaços educacionais para a PcD, bem como por inquietações da mãe de uma PcD e de pessoas e profissionais que defendiam esta causa.

A trajetória histórica da Apae de Belém, constatada na Revista Apae (2013), discorre sobre mais um profissional e voluntário que contribuiu para esta história. Trata-se do Dr. Luiz Augusto Machado dos Santos, médico e professor da Universidade Federal do Pará, que esteve à frente da presidência durante dois mandatos consecutivos, compreendendo de 1990 a 1993 e 1993 a 1994, atendendo ao convite realizado pela então presidente Nazaré Nascimento em 1987, para integrar a diretoria da Apae de Belém.

Imagen 13- Presidente, Dr. Luiz Augusto Machado



Fonte: Revista Apae de Belém (2013)

A imagem 13, registra o Dr. Luiz Augusto Machado, profissional da área da saúde que presidiu, foi um grande colaborador na história da Apae de Belém, bem como atuou como médico, atendendo ao público desta instituição.

Neste contexto de presidentes(as), encontrei a figura de outras mulheres, entre estas, a sr^a Laura Nazareth de Azevedo Rossetti que presidiu de 1995 a 1997 e de 1998 a 1999, tornando-se apaeana, após o atendimento a uma criança com deficiência, durante seu último ano do curso de Medicina. Na ocasião foi informada sobre os serviços oferecidos pela Apae local, fato que a levou a conhecer o casal Saint Clair e Alice Martins (personalidades que foram referências para a instituição). Esteve na construção do legado institucional especializado à frente da presidência da Apae de Belém. Marcando a sua gestão, montando o

primeiro laboratório de informática que no início tinham três computadores, manipulados pelas crianças com programas adequados para o público infantil.

Imagen 14- Presidenta, Laura Rossetti



Fonte: Revista Apae de Belém(2013)

A imagem 14, retrata Laura Rossetti, mais uma mulher que contribuiu como voluntária na história da Instituição como presidente da Apae de Belém, compondo a equipe administrativa da entidade.

Ainda entre as personalidades que participou/participa na atualidade 2025 na organização institucional, no quadro presidencial, segundo a Revista Apae 2013, o Dr. Emanoel Ó de Almeida Filho, advogado e conceituado colaborador apaeano, que será mostrado posteriormente na imagem 16.

Os presidentes são constituídos, a partir de eleições que contaram com a gestão de mais uma mulher, a sr^a Clélia Clívia Lobato da Silva (2005 a 2007), que contribuiu ao entrar na Apae de Belém a partir de 1982, quando recebeu o convite do dr. Nelson Cunha, que a princípio foi membro do Conselho Fiscal. Segue na imagem 15, a presidenta mencionada.

Imagen 15- Presidenta, Sr^a Clélia Silva



Fonte: Revista Apae, 2013

Ademais, segue o retorno à presidência o Dr. Emanoel Ó de Almeida Filho, gestão que compreende sua gestão que compreendeu de 2008 a 2010 e reassumindo de 2010 à 2013. Tendo renunciado à presidência em 2012, para se candidatar a vereador de Belém, logo reassumindo em seu lugar em 2012, Dr. Luiz Augusto Machado dos Santos.

Imagen 16-Presidente, Dr. Emanoel O' de Almeida Filho



Fonte: Revista Apae de Belém (2013)

A imagem 16, registra o Dr. Emanoel Ó de Almeida Filho, advogado e grande colaborador no que se refere a educação da PcD. A Revista da Apae de Belém, afirmou que seu pai era o sr. Emanoel O' de Almeida, outra personalidade desta entidade filantrópica, considerado como baluarte da instituição. Por ter dedicado grande parte de sua vida ajudando a Apae de Belém e defendendo as pessoas mais necessitadas.

A fonte documental, assevera que em 1965, o sr. Ó de Almeida, foi voluntário colaborador no Instituto de Cegos, atual UEES prof. José Álvares de Azevedo, época em que tinha como diretora a professora Nazaré Nascimento, que na oportunidade o apresentou ao dr. Saint Clair Martins. Tendo sido convidado pelo Dr. Saint Clair Martins para que integrasse a Apae de Belém.(Revista Apae, 2013)

O Dr. Emanoel O' de Almeida, passou a contribuir nas atividades da instituição como integrante de seus órgãos consultivos e intensificando a luta em defesa dos direitos da PcD, especialmente o público-alvo da Apae de Belém, pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla.

Imagen 17- Emanoel O' de Almeida, considerado o baluarte da Apae de Belém



Fonte: Revista Apae de Belém (2013)

Consta na imagem 17, o vereador de Belém, Emanoel Ó de Almeida, que contribuiu para que fossem obtidos recursos com o poder público e com a iniciativa privada, além de conseguir autorização para o uso de espaços públicos para a realização de eventos, que tinham o intuito de captação de recursos, dando início ao projeto de construção do atual prédio de quatro pavimentos, onde atualmente funciona o Centro Multidisciplinar de Saúde (CAMS) e o

CAEE Dr. Saint Clair Martins da Apae de Belém. Posteriormente, conseguiu firmar convênio com o Ministério de Previdência e Assistência Social, construindo o prédio da instituição.

A revista Apae 50 anos, discorre sobre o relato do Dr. Emanoel Ó de Almeida Filho “Na minha concepção o casal Saint Clair Martins e o meu pai, são os grandes baluartes desses 50 anos da Apae de Belém. A Apae só é hoje o que é, com a participação efetiva dessas três personalidades que sempre tiveram disposição em ajudar a todos que administraram a instituição. É o que os tornam especiais para o Movimento Apaeano, é que, tanto o casal Saint Clair Martins e Alice Martins quanto Emanoel Ó de Almeida, nunca, ocuparam a presidência da Apae, mas mantiveram seus nomes relacionados ao crescimento da instituição por causa da ação voluntária que tiveram em ajudar na busca de melhorar” (Feapaes, 2013)

Atualmente, a instituição tem o reconhecimento da sociedade civil, porque contou com um grupo de pessoas que lutou pelos direitos da PCD intelectual e múltipla, os quais somam-se ainda Guilherme Olavo Viana, Meirivaldo Paiva, Nelson Cunha, Nazaré Cristo Nascimento, dentre outros que eram prestigiados e respeitados pelo povo belenense e paraense. Assim, o maior legado deixado pelos voluntários, foi o amor à causa, ao movimento apaeano (Feapaes, 2013)

O Estatuto Social da Apae (2009), dispõe no Art. 3º, que “[...] o dia 11 de dezembro, é considerado como Dia Nacional das Apaes (Lei nº10.242 de 19 de junho de 2001, e deverá obrigatoriamente ser comemorado com o hasteamento da bandeira da Apae.”. Além de constar que a instituição deve “promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, visando a inclusão social da PCD” (Estatuto Social Apae, 2009).

Além disso, esta instituição especializada conta com o apoio da Federação das Apaes do Estado do Pará, foi fundada em 30 de maio de 1993, na cidade de Capanema. E para que houvesse a fundação da FEAPAES foi necessário que ocorresse a realização de uma Assembleia Geral Ordinária na sala do Centro Comunitário São Francisco de Assis, onde de forma unânime, decidiram a favor da sua criação. Atualmente, a Feapaes funciona em prédio próprio, localizado na Avenida Alcindo Cacela nº 465, bairro do Umarizal em Belém/Pará.

5.4 História Apae de Belém

Uma Apae integra o conjunto de entidades de terceiro setor, denominada de Associação Civil, entidade filantrópica, criada por um grupo de pais de excepcionais, de

natureza privada. Considerada de Utilidade Pública Federal, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, filiada à FENAPAEs e Federação das APAEs do Estado do Pará. É uma instituição de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo, pesquisa, desporto e outros, entretanto, sem fins lucrativos e com duração indeterminada. (Fenapaes, 2023).

A fundação da Apae Belém em novembro de 1962, proporcionou um crescimento nos demais municípios do Estado do Pará. O quadro 9, mostra a cronologia de fundação das Apaes paraenses.

Quadro 9 - Cronologia de fundação das Apaes no Estado do Pará

| Nº | MUNICÍPIO PARAENSE | DATA DA FUNDAÇÃO |
|----|-----------------------|-------------------|
| 01 | Belém | 30/11/1962 |
| 02 | Santarém | 04/02/1977 |
| 03 | Bragança | 13/12/1980 |
| 04 | Castanhal | 28/01/1981 |
| 05 | Abaetetuba | 29/06/1983 |
| 06 | Barcarena | 23/01/1989 |
| 07 | Capanema | 15/06/1991 |
| 08 | Tucuruí | 15/12/1992 |
| 09 | Altamira | 25/03/1994 |
| 10 | Conceição do Araguaia | 25/02/1996 |
| 11 | Moju | 14/06/1996 |
| 12 | Parauapebas | 17/08/1996 |
| 13 | São Domingos do Capim | 17/04/1997 |
| 14 | Redenção | 27/08/1997 |
| 15 | Itaituba | 27/09/1997 |
| 16 | Marabá | 14/03/1998 |
| 17 | Floresta do Araguaia | 20/02/1999 |
| 18 | Rondon do Pará | 20/06/1999 |
| 19 | Ananindeua | 06/11/1999 |

| | | |
|----|-------------------------|------------|
| 20 | Igarapé-Miri | 16/06/2003 |
| 21 | Tucumã | 23/06/2003 |
| 22 | Ourilândia | 15/11/2004 |
| 23 | Eldorado | 05/04/2005 |
| 24 | São Geraldo do Araguaia | 15/10/2005 |
| 25 | Novo Progresso | 18/10/2005 |
| 26 | Marituba | 29/11/2006 |
| 27 | Itupiranga | 27/04/2007 |
| 28 | Tomé-Açu | 09/06/2007 |
| 29 | Santana do Araguaia | 18/10/2007 |
| 30 | Santa Izabel do Pará | 20/03/2009 |
| 31 | Canaã dos Carajás | 25/02/2015 |
| 32 | São Félix do Xingu | 15/12/2017 |
| 33 | Breves | 04/07/2018 |
| 34 | Jacundá | 30/07/2020 |

Fonte: Fenapaes, 2023

O quadro acima mostra que este movimento ampliou-se consideravelmente suas instituições, oportunizando para esses municípios serviços que levassem em consideração suas realidades locais. Em algumas localidades, ofertavam apenas na área da assistência social e que gradativamente buscavam ampliar para as demais áreas, inclusive a educacional.

A partir do quadro 9, posso depreender que a primeira Apae criada foi a de Belém (1962) e para que a segunda Apae do Pará foi criada após quinze anos, no município de Santarém(1977), demonstrando um espaço de tempo um pouco longo, que pode ser criada a hipótese desta instituição ser de caráter filantrópica e necessitava de investimentos para que fosse criadas novas Apaes. No entanto, a partir da criação da segunda instituição, as demais apaes foram se expandindo em menor espaço de tempo e com isso, expandido seus atendimentos para a PCD que aos poucos pode ter acesso aos atendimentos especializados e educacionais.

A expansão do movimento apaeano mostrou o quanto esta entidade conseguiu alcançar as demais localidades. Dispondo até a data da pesquisa de 35 Apaes no Pará, no

entanto, sua última publicação registra a existência de 34 Apaes. O quadro 9, mostra a criação das Apaes nos municípios paraenses, a partir de uma organização cronológica de criação, apontando Belém como o primeiro município a criar uma Apae no Pará (1962). Em seguida, vem Santarém como segunda localidade a fundar uma Apae, em 04 de fevereiro de 1977.

O terceiro município a receber uma instituição apaeana foi Bragança, criada em 13 de dezembro de 1980, expandindo-se pelos demais territórios paraenses. Além de sua expansão no Estado, Nascimento (2018, p. 96), afirmou que a “Apae teve grande importância na evolução da Fundação Pestalozzi do Pará”, a partir de financiamento de serviços e pesquisa na instituição.

A história desta entidade filantrópica, apresenta como finalidade, a promoção e a articulação de ações de defesa de direitos, orientação e apoio às famílias, cujo objetivo essencial é propiciar a melhoria da qualidade de vida de seu público. É apontada pela literatura como uma das pioneiras dentre as instituições especializadas que prestam serviços para seu público-alvo.

Para o desenvolvimento de suas atividades, a Apae de Belém disponibiliza atendimentos por meio da tríade: Educação, Assistência Social e Saúde, seguindo as instruções de seu movimento nacional, cuja a sua missão é “Promover o bem-estar, a proteção e o ajustamento social das pessoas com deficiência intelectual, onde quer que se encontrem” (Fenapaes, 2014). É uma organização social que cresce e conta com 2.249 unidades, distribuídas a nível nacional e 35 unidades que prestam serviços em solos paraenses, estando distribuídas e organizadas em seis regionais locais, assim como nos demais estados brasileiros.

A Revista “50 anos Apae Belém: Uma trajetória de amor e luta pela inclusão” apresenta como entidade filantrópica, que desenvolve um trabalho incansável, buscando a promoção do bem estar, a proteção e a inclusão social das pessoas com deficiência intelectual, múltipla (DIM), assim como dos sujeitos com Transtorno do Espectro Autista(TEA). Para tanto, foi fundada pelo casal Saint Clair Leôncio Martins e Alice Engelhard Martins, pais de quatro filhos em que seu quarto filho nasceria com Síndrome de Down, inconformados ao procurarem por tratamento nos Estados Unidos, foram orientados a fundar uma instituição que pudesse prestar assistência a pessoas com deficiência. Chegando em Belém, iniciaram uma campanha de sensibilização, buscando apoio para a fundação da referida entidade. Alcançando êxito nesta campanha, contaram com o apoio de professores, pais, técnicos, amigos e voluntários, a saber de: Margarida Schwazzapa, Hilda Vieira e João (Blandina)

Queiroz, entre outros abnegados que poderiam lutar em prol desta causa, isto é, pessoas da sociedade civil e sem apoio do poder público.

5.5 Apae de Belém e a criação da Instituição Escolar - ERC Dr. Saint Clair Martins

A história da criação da sua instituição escolar, reforça a colocação de “que as melhores pesquisas ocorrem quando a instituição escolar escolhida tem um significado social reconhecido, ou seja, quando [...] é respeitada pela sociedade, devido a sua tradição, [...]” (Noselha ; Buffa, 2009, p. 24), logo o respeito perpassa também em prestar apoio para a instituição que, durante anos, exerce um papel social oferecendo atendimentos educacionais especializados.

Este estudo investigou a criação e implantação da ERC Dr. Saint Clair Martins pela Apae de Belém, que construiu historicamente um legado por fazer parte de um movimento nacional que durante a sua longa trajetória de atendimentos especializados possui outras Apaes espalhadas pelo Brasil que atua há 66 anos. No Estado do Pará até o presente estudo, a Apae de Belém possuía 61 anos de prestação de serviços à PCD intelectual e múltipla. Luta árdua por espaço escolar que inicia na década de sessenta, mas se concretiza apenas em 1982, sendo um marco de um trabalho que possibilitou se organizar como instituição escolar do Pará.

A mobilização de pais, profissionais e sociedade civil foram “pontes” para a fundação da Apae de Belém. Movimentos que defendiam a oferta de serviços educacionais para a PCD intelectual, devido suas escassez. Tais movimentos fizeram toda diferença na vida desses sujeitos que passaram a contar com mais uma instituição no Pará, surgindo a ERC Dr. S. C. Martins, um espaço educacional que funcionou no período de 1982 e finalizou seus serviços como escola especial em 2009. No entanto, a partir de 2010 reorganizou seus atendimentos passando a oferecer serviços especializados não mais como escola, mas como Centro de Atendimento Educacional Especializado Dr. Saint Clair Martins.

A escassez de instituições escolares para a PCD, comprovou no período pesquisado (1982-2009), o quanto a desigualdade foi reforçada pelo poder público, quando este não viabilizou acesso à educação desse público. Havendo a necessidade de serem criadas entidades filantrópicas como as Apaes e a FPP, no intuito de minimizar a exclusão escolar instalada na sociedade. Situação contraditória, por mais que houvesse dispositivos legais que asseguram o direito educacional, a exemplo a LDBEN 9394/96, as Políticas Educacionais, que asseguravam a educação como “direito de todos”.

A História Escolar da ERC Dr. S.C.Martins se difere em alguns aspectos da história das demais instituições do sistema educacional por sua peculiaridade, apontada nas fontes como escola especial. Oriunda de um Movimento Nacional com diretrizes próprias, mas que segue as diretrizes das legislações brasileiras, assemelhando-se em alguns aspectos a Instituição Pestalozzi desde seu público-alvo, como de personalidades que estiveram presentes na fundação das entidades mencionadas.

A ERC Dr. Saint Clair Martins, passou a funcionar em regime de convênio com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), em abril de 1982 a partir do Termo de Convênio, assinado em 26 de março de 1998, que estabeleceu algumas cláusulas de responsabilidade tanto administrativa como pedagógica para a aprovação da parceria entre as partes envolvidas, entre estas cláusulas caberia a escola: funcionar por meio de programas especializados na área de Deficiência Mental, compreendendo trezentos educandos que seriam encaminhados pelo então Departamento de Educação Especial (DEES/SEDUC).

O Termo de convênio, apresenta a contrapartida contida entre as cláusulas que caberiam das obrigações da SEDUC: colocar à disposição seus servidores, de acordo com o número de dependências, áreas cobertas e/ou livres, seguindo as orientações da portaria de lotação anual de professores desta secretaria. Em seguida, o estudo mostrará como se deu a organização da escola criada pela Apae de Belém.

5.5.1 A Organização da ERC Dr. Saint Clair Martins

O Projeto Político Pedagógico de 2004 da ERC “Dr. Saint Clair Martins”, mostrou que a instituição escolar tinha como porta de entrada, a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, cujo objetivo era preparar o aluno para integrar na Educação Fundamental, potencializando suas habilidades para que pudesse participar da Educação Básica e Educação Profissional. O PPP estava pautado no Projeto Apae EDUCADORA, que atendia crianças ‘portadoras de necessidades educativas especiais’ no Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Profissionalizante.

Esta instituição escolar da Apae de Belém funcionava nos turnos matutino e vespertino, oferecendo na época, a Educação Básica. Devido à crescente demanda por atendimentos, na gestão da presidente Nazaré Nascimento, houve a necessidade de que realizassem a construção do novo prédio, haja vista que a procura cresceu no intuito de alcançar melhoria no espaço escolar, quanto para alcançar um quantitativo maior de alunos.

Para tanto, iniciaram no dia 16 de novembro de 1989, a construção da Instituição escolar da Apae de Belém, financiada com os recursos do Ministério da Previdência e Assistência Social, articulação realizada pelo Conselheiro da instituição, Emanoel O' de Almeida. A inauguração da nova sede ocorreu no dia 29 de novembro de 1991, durante a presidência do Dr. Luiz Augusto Machado dos Santos, nomeado como Centro de Habilitação Dr. Saint Clair Martins, homenageando seus fundadores, sob a direção escolar da professora Marlene Figueiredo Magalhães. Observo, que a construção deste novo prédio, contou com o apoio de recursos públicos, bem como do empenho da Apae de Belém por meio de doações, enquanto entidade filantrópica.

A ERC Dr. Saint Clair Martins, localizada na zona urbana de Belém, funcionando nos turnos: manhã: 7h30 as 11h30 e tarde: 13h30 as 17h30, oferecendo a Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação Profissional e outros Projetos educacionais. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Belém que lutavam por atendimentos educacionais, uma vez que Fundação Pestalozzi atendia uma pequena parcela do público alvo da educação especial e a demanda crescia a cada dia.

A articulação sobre a criação da Escola ocorreu em 1981, iniciando suas aulas em março de 1982, organizada como instituição escolar, pois desde a sua criação já oferecia serviços de defesa de direitos. Consta nos registros que a sua primeira diretora escolar foi a professora Isa Feio de Paiva, mais uma colaboradora da história apaeana local. Segue abaixo na imagem 15 da mencionada diretora, sendo o início de um trabalho educacional.

Imagen 18: Isa Feio, primeira diretora da instituição escolar da Apae de Belém

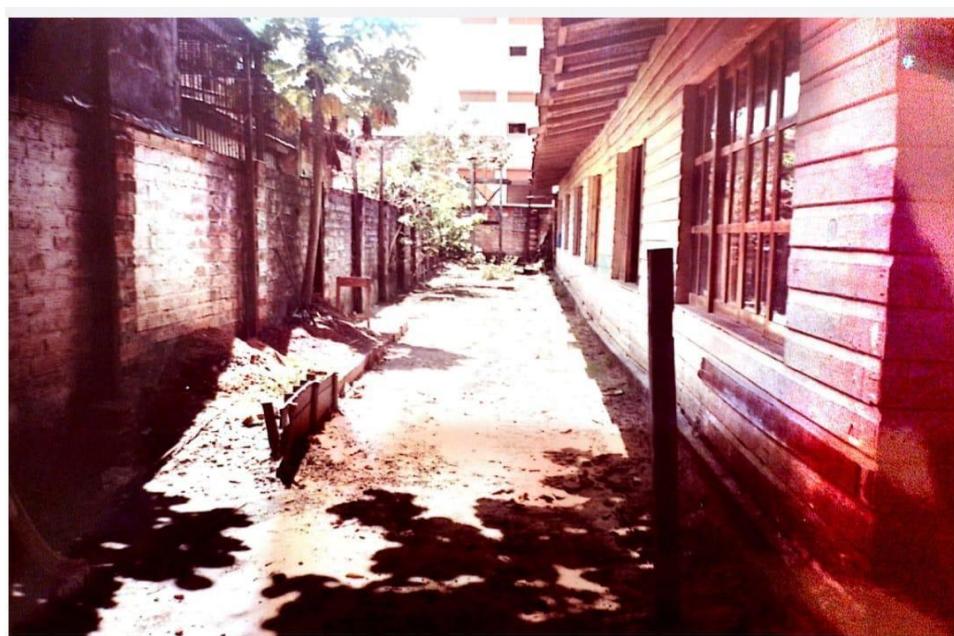


Fonte: Arquivo da Apae Belém

Acima temos a imagem 18, mostrando a primeira diretora da Instituição escolar da Apae de Belém, que segue um trabalho educacional especializado, sempre respeitou o estudante com deficiência intelectual.

Na história da instituição, objeto deste estudo, consta que as instalações da escola, em princípio funcionavam num prédio de madeira localizada atrás do prédio da Associação. Em virtude do espaço físico não comportar a demanda de alunos, a Diretora Executiva da Apae, presidida pelo professor Meirivaldo Jonair de Paiva, resolveu construir um prédio que comportasse um maior número de alunos, professores e técnicos, de maneira mais confortável e apropriada para a finalidade (PPP, 2004). Compreendo a luta desse movimento desafiador, pois seu público-alvo, é constituído de sujeitos que foram marginalizados e que sofrem preconceitos, além de terem seus direitos negados pelo Estado. Vítimas de um sistema desigual e que a exemplo deste estudo, iniciaram a escolarização num espaço improvisado em virtude de um “desgoverno” estatal que não oferecia instituições escolares adequadas. Mas por meio deste estudo, foi possível perceber que a entidade Apae de Belém, não desistiu de seus ideais de luta, porém buscou articular e arrecadar recursos para que construísse um prédio onde pudesse comportar melhor seu alunado.

Imagen 19- Antiga instalação da Instituição escolar



Fonte: Arquivo Apae de Belém (2023)

A imagem 19, retrata parte da antiga instalação da instituição escolar da Apae de Belém. Constatando por meio deste fotografia, local provisório em que os alunos recebiam os serviços educacionais, à medida que fui buscando nas fontes documentais, encontrei a relação de diretor(as) que contribuíram para a educação da PCD, dentro do recorte temporal, a saber: sr^a Isa Feio de Paiva, Maria das Dores, Ana Tereza Barcelar Dowich, Delma Rodrigues, Marinete de Souza, Marina Portugal, Maria Elizabeth da Silva Ferreira, Maria Helena Monteiro, Rosangela da Costa, Marlene Figueiredo Magalhães, Terezinha Melo, Franklin e Kátia Simone Campos.

Gradativamente, a instituição escolar avançou e em 1999 a FENAPAEs implantou o Projeto Águia, sendo este um projeto nacional apaeano que definia as ações, competências e atribuições de cada instância do Movimento Apaeano. Na oportunidade, propôs um Eixo Referencial, para que cada Apae pudesse definir suas ações pedagógicas, conforme sua realidade, porém mantendo uma unidade filosófica.

A ERC Dr. Saint Clair Martins após passar por novas mudanças, contou com uma estrutura física que passou a possuir uma área construída de 1.200 m, que estavam distribuídos em quatro pavimentos, com 17 (dezessete) salas de aula e 5(cinco) destinadas a profissionalização e projetos específicos, tendo um total de 22 (vinte e duas) salas com capacidade para alunos com deficiência mental. Outrossim, será elencado os recursos materiais da instituição escolar: 1(uma) quadra de esporte coberta, 1(uma) piscina, 1(um) pátio com brinquedos para recreação, 1 (uma) brinquedoteca, 1(uma) sala de leitura, um laboratório de informática e um (um) depósito para merenda escolar, 1(um) Auditório para 60 (sessenta) pessoas e ainda 2(dois) vídeos cassetes e 2 (dois) televisores.

Abaixo, consta na imagem 20, uma turma de alunos na sala de leitura, utilizando as novas instalações do prédio.

Imagen 20: Alunos na sala de leitura no prédio novo

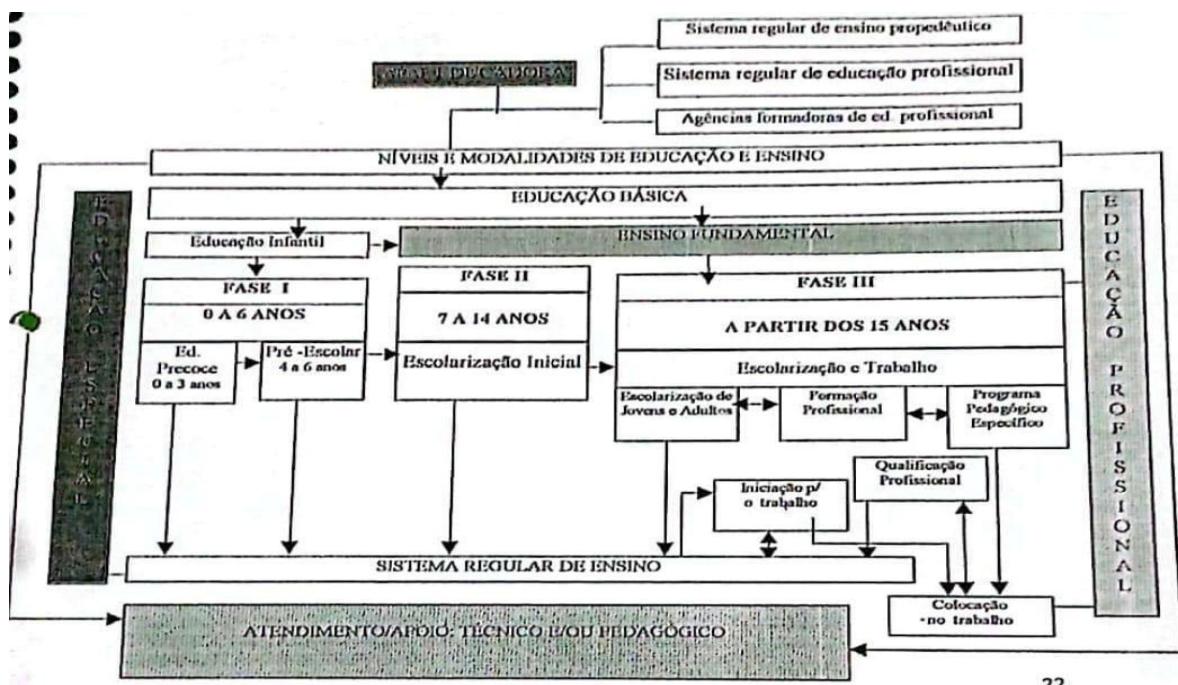


Fonte: Arquivo Apae Belém (2023)

No espaço da secretaria a escola contava com 1(um) computador e 1 (uma máquina elétrica, 3 (três) salas para a Coordenação pedagógica, 1(uma) sala de serviço social, 1(um) de psicologia, 1(uma) de fonoaudiologia, 1 (um) consultório médico, 1 (uma) sala de recepção e a sala da Direção. Possuindo 11(onze) ar condicionados instalados em algumas salas. A escola possuía 8(oito) banheiros distribuídos, sendo 2(dois) por andar.

A ERC Dr. Saint Clair Martins, oferecia à comunidade ações educacionais diferenciadas, inovadoras, adaptando suas práticas aos anseios e necessidades de seus educandos. Segue o organograma institucional na imagem 21.

Imagen 21- Organograma da ERC Dr. Saint Clair Martins



Fonte: Projeto Político Pedagógico da instituição escolar da Apae Belém (2004)

A Organização curricular da instituição em questão estava organizada em **Níveis e Modalidade de Ensino, e Programas Educacionais**. Os dados constataram que o trabalho pedagógico, teve como embasamento os Parâmetros Curriculares Nacionais, a partir de 1998 que abordam onde:

[...] as áreas do conhecimento com possíveis desdobramentos, ressignificativos, afastando-se de uma perspectiva fechada de conteúdos [...], em que o mais importante é o que os alunos constroem nas suas relações com o conhecimento [...] o desenvolvimento dos saberes, habilidades e competências”(Fenapaes, 2013).

I.Educação Infantil primeira etapa da educação básica, traz como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos em seus aspectos: físicos, psicológicos, intelectual e social, sendo complementado pela ação da família.

- **Educação Precoce**, de 0 a 3 anos e 11 meses de idade, compreendia o desenvolvimento de atividades educacionais, atendimentos específicos e terapêuticos. Este Programa se desenvolveu em parceria com a família e sua operacionalização obedecia às orientações teóricas metodológicas, pautadas no conhecimento de teorias sobre o desenvolvimento infantil e processos de aprendizagem, bem como na abordagem de crianças de risco com necessidades

especiais. Programa desenvolvido pelo professor com o apoio da equipe técnica, composta por um ou mais dos seguintes profissionais da saúde, a saber: médico, psicólogo, terapeuta ocupacional ou fisioterapeuta.

- **Educação Pré-Escolar-** compreendia de 4 a 6 anos. II- O Ensino Fundamental era desenvolvido em duas fases:

 1. **Escolarização Inicial** desenvolvia-se em um período com duração de até 7 anos, destinada aos educandos “portadores de deficiência mental” e outras associadas a faixa etária de 7 a 14 anos, cuja a finalidade era o desenvolvimento de conteúdos e objetivos que correspondem à primeira fase do ensino fundamental. Cabendo mencionar que os encaminhamentos de alunos para o ensino regular eram realizados por meio de transferência, acompanhada de histórico escolar e ficha de avaliação de desempenho. A terminalidade específica prevista na LDB nº 9394/96, era fornecida pela escola regular que receberia o aluno.

Segue abaixo na imagem 22, a professora Marlene Magalhães, com um grupo de alunos da instituição escolar. Ressalto que a mencionada educadora, contribuiu na história da Apae de Belém como diretora da instituição escolar, tendo o seu nome na equipe de diretoras da ERC Dr. Saint Clair Martins.

Imagen 22: Profª Marlene Magalhães e parte de sua turma da ERC Dr.Saint Clair Martins



Fonte: Arquivo Apae de Belém (2023)

2. **Da Escolarização e profissionalização** caracterizava-se pelo 2º ciclo de ensino fundamental (educandos, a partir de 15 anos de idade), desenvolvido por meio de 03 programas: **EJA, Formação Profissional e Programas Pedagógicos Específicos**, os conteúdos e objetivos definidos eram de atuação interdisciplinar e terminalidade específica, considerando o desenvolvimento de habilidades e competências acadêmicas e de trabalho.

1. **Da Escolarização de Jovens e Adultos** - desenvolvendo objetivos e conteúdos propedêuticos correspondente a I e II fase do ensino fundamental, por meio de currículos adaptados e significativos para a vida do educando. Nesta fase, era a escola que oferecia ao aluno(a) o Certificado de conclusão de estudos até o nível em que conseguisse chegar. O documento deveria expressar a partir das áreas do conhecimento, as habilidades e competências atingidas pelos educandos.
2. **Da Formação Profissional** - Destinava-se a educandos com deficiências, a partir dos 15 anos e compreende 3(três) etapas: I. Iniciação para o trabalho, II- Qualificação para o trabalho e III- Colocação no trabalho.

Etapa para a preparação para o trabalho- era realizada a Avaliação diagnóstica, que buscava identificar na pessoa em questão, seu tipo e grau de deficiência, seus problemas emocionais e neurológicos, assim como as suas dificuldades: escolares, nas atividades de vida diária e vida prática, de relacionamento familiar entre outras. A equipe de Avaliação era formada por uma assistente social, médico e psicólogo.

Imagen 23 : Alunos em atividades na Oficina de vassouras



Fonte: Arquivo Apae de Belém (2023)

As atividades desenvolvidas pelos alunos acima, imagem 23 retrata como desenvolviam atividades na confecção de vassouras.

Avaliação para o trabalho- programa para medir fatores gerais e específicos de empregabilidade. Os fatores gerais são: desenvolvimento social, personalidade de trabalho, aparência, hábitos de trabalho, tolerância física etc. Os fatores específicos são: aptidões, os interesses, as habilidades, as destrezas, a possibilidade, a inteligência entre outros.

Qualificação para o trabalho- etapa constituída de dois programas: O Treinamento profissional e Habilitação Profissional.

Colocação no Trabalho- para a implantação desses programas era necessário ter profissionais qualificados. Tratam-se de programas que envolvem essencialmente contato da equipe da Instituição com empresas, visitas a empregadores para estimular a abertura de vagas e para o preenchimento de vagas para os aprendizes.

3.3.Programas Pedagógicos Específicos- destinam-se a educandos a partir de 15 anos, com significativas alterações no processo de desenvolvimento da aprendizagem e adaptação social. Desenvolvido dentro de um currículo funcional que trabalhavam conhecimentos e habilidades que poderiam ser usadas pelo estudante para que fossem úteis em diferentes ambientes por meio do tempo.

A investigação mostrou que os Programas direcionados para o alunado acima de 15 anos, estavam organizados objetivando qualificá-los para o trabalho. Onde o currículo estava voltado grande parte em torná-los “produtivos”, visão capitalista e contraditória onde a preocupação seria econômica sendo desumanizante, que Freire(2005,p. 30) acrescenta “A desumanização, não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que roubam”.

No entanto, o PPP aborda que o objetivo primordial era tratá-los como pessoa, respeitando a idade que possuíam e buscando: ouvir seus desejos, respeitar o que gostavam de fazer, ao mesmo tempo que se mostravam limites, direitos e deveres. Educando para a vida e ensinando o que era útil para o seu cotidiano. A fonte pesquisada também mencionou que era importante desenvolver habilidades compatíveis com a idade, ensinar uma alternativa de comunicação; ensinar atividades de vida; ensinar como funciona o contexto social, mostrando limites e consequências. Áreas do conhecimento (Língua Portuguesa, matemática, estudos sociais e da natureza).

A instituição escolar da Apae de Belém, em 2004 contava com a Equipe de professores composta por 28 (vinte e oito) docentes, a equipe técnica: 01(um) terapeuta ocupacional, 2 (dois) fisioterapeutas, 1 (uma) fonoaudióloga, 1(uma) Diretora, 2(duas) assistentes sociais, 1 (uma) coordenadora pedagógica, 1 (um) médico e 1(uma)psicóloga. A equipe de secretaria de apoio contava com 2(dois) datilógrafos, 1(uma) secretária, 1 (um) Agente de portaria, 1 (um) agente administrativo, 2 (dois) Auxiliares de secretaria, 1 (uma) merendeira), e 2(dois) vigias. Durante a pesquisa foi possível acessar o quadro que apresenta o perfil dos profissionais de 1999, quantitativo e origem desses profissionais.

Quadro 10: Perfil de Profissionais da instituição escolar (1999)



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BELÉM
 Avenida Generalíssimo Deodoro, nº 413 - Fone 223-2246 - 241-2955 - 241-1644 - Belém-Pará
 Filiada à Federação Nacional das APAEs nº 012- Registrada no CNSS-MEC nº 59.556/66
 Utilidade Pública Federal: Decreto nº 9.404 - 20/04/87
 Utilidade Pública Estadual: Decreto Estadual nº 4.463 - 08/06/75
 Utilidade Pública Municipal: Decreto Municipal nº 6.696 - 03/10/69
 CGC/MF nº 04975561/0001-67

Perfil de Pessoal – 1999

| Categoria | Existentes | Órgão de Origem |
|------------------------|------------|-----------------|
| Alunado | 220 | Seduc |
| Professor | 025 | Seduc |
| Médico | 002 | Seduc / Sespa |
| Assistente Social | 003 | Seduc / Seteps |
| Psicólogo | 002 | Seduc |
| Pedagogo | 003 | Seduc |
| Fonoaudiólogo | 001 | Apae |
| Terapeuta Ocupacional | 001 | Apae |
| Fisioterapeuta | 002 | Sespa / Apae |
| Agente Administrativo | 005 | Seduc / Câmara |
| Escrivente Datilógrafo | 002 | Seduc / Apae |
| Secretário | | Seduc |
| Inspetor de Aluno | 001 | Seduc |
| Servente | 008 | Seduc / Apae |
| Porteiro | 002 | Apae |
| Merendeira | 001 | Apae |
| Vigia | 004 | Seduc |
| Zelador | 001 | Apae |

Fonte: Arquivo Apae de Belém

Neste sentido, trago o quadro 10 mostrando o perfil de pessoal do ano letivo de 1999, a imagem acima apresenta que a instituição escolar tinha 220 alunos lotados pela SEDUC e logo abaixo segue os profissionais que desenvolviam atividades laborais, a saber: 25 (vinte e cinco) professores (SEDUC), 02 (dois) médicos, sendo que um lotado pela SEDUC e outro pela Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), 03 (três) Assistentes sociais (SEDUC/ Secretaria Executiva de Trabalho e Proteção Social -SETEPS), 02 (dois) psicólogos (SEDUC), 03 (três) pedagogos (SEDUC), 01(um) fonoaudiólogo (Apae), 01 (um) terapeuta Ocupacional (Apae), 02(dois) fisioterapeutas (SEDUC/Apae), 05 (cinco) Agentes Administrativos (SEDUC/ Câmara Municipal), 02 (dois) escreventes datilógrafos (SEDUC), 01(um) Inspetor de aluno (SEDUC), 08(oito) serventes (SEDUC/Apae), 02(dois) porteiros (SEDUC), 01(um) merendeira, 04(quatro) vigias (SEDUC), 01(um) zelador (Apae) e o cargo de secretário não foi especificado o quantitativo, porém (SEDUC).

A partir dessas informações, constatei que a instituição desenvolvia atividades com os servidores públicos da Seduc, bem como de profissionais de outros órgãos em 1999, demonstrando que além de contar com a equipe de funcionários contratados pela Apae de

Belém, articulou e passou a contar com parcerias de órgãos públicos, que cediam seus funcionários, tais como: SEDUC, SETEPS, SESPA, Câmara Municipal entre outros.

2. Projeto Apae EDUCADORA

Durante este estudo, foi possível constatar que em 1999, a Federação Nacional das Apaes implantou o Projeto Águia e, acoplado a este, trouxe a proposta de unificação deste projeto com as ações pedagógicas “APAE EDUCADORA: A ESCOLA QUE BUSCAMOS”. Destarte, o PPP discorria que a então Escola em Regime de Convênio (ERC) Dr. Saint Clair Martins, ofertava desde a Educação Infantil (0 a 6 anos), Ensino Fundamental (7 a 14 anos), Programa de Habilidades Básicas (alunos com severos comprometimentos) e Educação Profissional (alunos acima de 15 anos), tendo como metas a serem atingidas:

- a. A inclusão dos alunos em escolas regulares;
- b. Inclusão no mercado de trabalho, competitivo autônomo, formal ou informal;
- c. Autonomia para que o aluno tornar-se um cidadão útil a si mesmo e para a sociedade. Instituição organizada com 200 dias letivos.

A implantação do Projeto APAE Educadora foi organizado por meio de ciclos de ensino adaptado nas instituições do Movimento Apaeano, havendo a necessidade de redimensionar o seu papel diante da sociedade com o intuito de melhorar o atendimento oferecido ao seu público alvo. O projeto introduziu a educação infantil, o ensino fundamental (primeiros anos), a educação profissionalizante e a educação de jovens e adultos (EJA). Tomando por base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 prevê que:

Art. 23 “a educação básica organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar” (Brasil, 1996)

O Movimento das Apaes, embasou o Projeto Apae educadora na LDB/96, no artigo supracitado, que cria possibilidades diferenciadas de organização na Educação Básica. Passando a desenvolver atividades educacionais, por meio de ciclos de ensino. Além de conceber “O atendimento organizado em ciclos favorece a ideia de totalidade, uma vez que privilegia a abordagem de conteúdos de forma interdisciplinar descaracterizando a fragmentação do conhecimento” (Fenapaes, 2023. p. 1).

Os ciclos de ensino, identificam-se como:

estratégia utilizada pelos sistemas de ensino como opção para explorar as possibilidades pedagógica que vão desde o atendimento ao ritmo do próprio aluno, aos diferentes estilos de ensinar, bem como no redimensionamento da prática pedagógica do professor e na reorganização temporal, considerando que a organização do tempo, se efetiva pelas etapas de desenvolvimento da formação humana e não, por meio dos conteúdos programáticos(FENAPAES, 2023, p. 3)

Do ponto de vista pedagógico, valorizava-se o aspecto formativo, considerando o aluno como Centro de ação pedagógica. A duração das atividades ocorreria sempre que pudesse trazer benefícios para os alunos. No que concerne a introdução de ciclos de ensino, é ressaltado que poderia ter durações diferentes, levando em consideração os resultados em benefícios dos alunos. Além disso, a unidade básica de organização do trabalho escolar, era caracterizado por progressão continuada, buscando otimizar as situações de aprendizagem.

O Projeto Apae Educadora apresentava como objetivo geral:

Atender os alunos portadores de deficiência, por meio de ciclos de ensino, oferecendo-lhes oportunidades educacionais que possam garantir o desenvolvimento de suas competências e habilidades, a fim de contribuir para desenvolver plenamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades (Femapaes, 2023, p. 5).

A duração prevista do ciclo de ensino se desenvolvia em 07 anos letivos (Fase II), considerando os conteúdos da 1^a e 2^a fase do ensino fundamental. Tendo o Currículo de ciclos, conduzido por competências fundamentais de Língua Portuguesa: expressão oral, leitura, escrita e produção de textos. Matemática: sistema de numeração, números naturais, sistemas de medidas, geometria e operações.

No que se refere a Avaliação, a Fenapaes, concebe como:

- Meio para refletir sobre as ações executadas;
- Estabelecimento da progressão continuada para avaliar o desempenho do aluno;
- Avaliar o “saber-fazer”, por meio de avaliação certificativa, considerando-a como balanço, que deve ser realizado constantemente do aluno;
- Avaliação formativa para validar conhecimentos e competências adquiridas.

Na organização do projeto havia a Comissão de Professores do Ciclo de Ensino, que tinha como finalidade analisar o desempenho global do aluno nos aspectos: afetivo, perceptivo-motor, social e cognitivo, durante o processo ensino-aprendizagem, procurando

envolver todos os professores. Esta comissão era composta por: diretor da escola, coordenador pedagógico e outros profissionais do processo.

Para tanto, a ERC Dr. S.C.Martins, utilizava como Registros Administrativo-Pedagógicos do Ciclo de Ensino, os seguintes instrumentos:

01- Ficha Perfil da turma (FIP)- devendo ser preenchida e atualizada durante o ano letivo pela secretaria/ direção do estabelecimento de ensino;

02- Ficha Individual de Acompanhamento do aluno (FIAA)- devendo ser preenchida pela Secretaria do Estabelecimento no início e final de cada ano letivo;

03- Ficha Individual de transferência (FIAT)- preenchida pela secretaria da escola.

04-Histórico Escolar - preenchido pela secretaria da instituição escolar, quando solicitado transferência do educando, após a conclusão do ciclo;

05- Diário de Classe- preenchido pelo professor regente de classe, ao longo do ano letivo, contendo: informações, resumo dos conteúdos/atividades desenvolvidas, bem como o demonstrativo do desempenho individual do aluno no ciclo de ensino;

06- Ficha de Avaliação de Desempenho do aluno (Boletim escolar)- preenchido pelo professor, contendo o desempenho do aluno, evidenciado por meio dos conceitos, contando a avaliação de desempenho referente às áreas de conhecimento e processo de formação. Documento preenchido em uma única via para que seja entregue aos pais e/ou responsáveis do aluno.

Os dados coletados, constataram que para que fosse criada a instituição Apae, houve uma série de reivindicações em defesa pela educação da PCD, externadas por meio de lutas históricas de um grupo de pessoas que discordavam da realidade contraditória, desigual e descaso por parte do Estado para com estes sujeitos.

Os resultados deste estudo apontaram que a escola Dr. S.C. Martins foi criada pela entidade Apae de Belém para a pessoa com deficiência intelectual e múltipla, tendo enfrentado diversos desafios entre quanto à melhoria de suas instalações. Após ter realizado uma série de ações de arrecadação, somente em 1991 conseguiu inaugurar o novo prédio. Demonstrando avanços para oferecer mais serviços educacionais, aumentando o número de alunos matriculados para 300 alunos, 200 dias letivos como as demais escolas de ensino regular. Ademais, mostrou que a luta do movimento da Apae contribuiu para desinvisibilizar nas escolas essas pessoas, favorecendo o avanço da educação da PCD intelectual tanto a nível nacional como local, invisibilizados historicamente nas escolas. Além de mostrar a força que tem uma mobilização social para a construção de uma sociedade menos excludente e que garanta a educação como “direitos de todos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por um retorno ao passado, retomo ao enxerto introdutório deste estudo da abordagem histórica de (des) esperanças na educação da PcD, segmento minoritário ao qual me identifiquei pelo percurso histórico desfavorável de sofrimento e injustiça, pontuado no início deste estudo. Foi possível perceber que esses sujeitos vivenciaram situações desumanas, numa conjuntura de sociedade que os excluía do ato de viver, em virtude dos parcisos serviços especializados e educacionais, fundamentais para todos.

A investigação trouxe como problemática: Como se deu a criação e implantação da Escola em Regime de Convênio Dr. Saint Clair Martins pela Apae de Belém/PA no período de 1982-2009? Os documentos comprovaram que primeiramente foi necessário ser fundada a entidade Associação de Pais e Amigos dos Expcionais em Belém, a partir da iniciativa da sociedade civil em 1962. Não contando com ações governamentais e somente após vinte anos da fundação da entidade supracitada, é que foi criada e implantada a ERC Dr. Saint Clair Martins em 1982, prestando homenagem em seu nome a um dos fundadores da entidade filantrópica Apae Belém, logo a criação de uma espaço escolar para a PcD, representou um avanço na educação especial no Pará.

A ERC Dr. S.C.Martins, contou com a parceria da Secretaria de Estado de Educação do Pará que juntas desenvolveram um trabalho voltado para PcD intelectual e múltipla. Tendo a SEDUC, disponibilizado servidores públicos como: coordenadores pedagógicos, professores entre outros profissionais necessários para o funcionamento da escola, devido a assinatura do termo de convênio, constatando a presença de investimentos públicos na escola.

Nesse sentido, a escola em questão possuía peculiaridades, diferenciada das demais escolas regulares, oferecendo atendimentos educacionais e de saúde, pois era uma extensão dos serviços oferecidos pela Apae de Belém que teve papel relevante na educação de seu alunado..

Ressalto que, a ERC Dr. Saint Clair Martins funcionou no período de 1982 a 2009 como instituição escolar que oferecia atendimentos educacionais especializados, desenvolvendo atividades por meio de Programas que abarcavam desde a Educação Infantil e Ensino Fundamental à escolarização de Jovens e Adultos, assim como a Formação Profissional, que preparava estes sujeitos para sua inserção no mercado de trabalho.

Percebo a preocupação em preparar a pessoa com deficiência para o mercado de trabalho; para uma sociedade que os excluía, além da desigualdade social enraizada na

realidade brasileira e um Estado que gradativamente, iniciava ações que levassem em consideração a PcD.

Diante da compilação das fontes documentais e iconográficas, foi possível alcançar o objetivo geral em analisar a criação e implantação da Escola Dr. Saint Clair Martins pela Apae de Belém, no período de 1982-2009. A investigação mostrou que a criação desta escola contribuiu consideravelmente para o fenômeno educacional de seus sujeitos, bem como para a expansão da educação especial nos demais municípios do Estado.

Para que a escola fosse criada, foi necessário a princípio a fundação da Apae de Belém. A Apae de Belém, foi criada por inquietações de pais de uma pessoa com síndrome de down, Dr. Saint Clair Martins e sua esposa Alice Martins, pais que estavam envolvidos em ações da Fundação Pestalozzi, reuniram um grupo de personalidades que comungavam dos mesmos objetivos, que seriam atendimentos educacionais e especializados para a PcD intelectual.

Nesse sentido, a Apae local foi a primeira do movimento apaeano a ser fundada no Pará e consequentemente, contribuiu a partir da sua expansão para o surgimento de mais espaços escolares, que seguiam a mesma organização pedagógica da ERC Dr. Saint Clair Martins. Esta instituição especializada, propiciou uma escolarização com especificidades para o alunado da educação especial. Não sendo considerada escola regular, dados constatados nas fontes acessadas.

E se tratando do público alvo desta escola, são sujeitos que fazem parte de um grupo minoritário esquecido pelo poder público que carregam estigmas de incapacidades, numa sociedade capitalista, desigual e que os marginaliza em decorrência de suas particularidades. A criação e implantação da escola Dr. Saint Clair Martins, representou oportunidades de atendimentos educacionais e terapêuticos para esses indivíduos, cabendo observar que por longos tempos foram negados pelo poder público.

Diante do exposto, comprehendo a inércia do Estado quando não cumpria o seu papel como gestor que deveria priorizar a educação, Tal postura, permitia a exclusão desses sujeitos dos espaços escolares. Além de enfrentarem o preconceito, eram considerados improdutivos para o mercado, movimento contraditório apontado pela dialética de Marx, onde uma classe se sobrepõe à outra, por meio da exploração da mão-de-obra.

A investigação teve como objetivo específico: descrever a história do movimento Apaeano no Brasil até chegar em Belém, seus fundadores e para quem foi ERC Dr. S.C.Martins, é importante salientar, que o movimento apaeano foi criado, a princípio, no Rio de Janeiro, por iniciativa de mobilização da sociedade civil, a partir de um grupo de pais,

profissionais e pessoas que incomodadas com a falta de uma escola que oferecesse atendimento educacional para a PCD intelectual, motivados por um movimento maior e nacional, ocorrido no Rio de Janeiro que deu surgimento à primeira Apae Brasileira, a partir da chegada ao Brasil da americana Berenice Bemis, genitora de uma pessoa com síndrome de down. Mulher e militante de um movimento social, Berenice lutava pela oferta de atendimentos educacionais para o público-alvo da educação especial.

Diante dos dados coletados, depreendo que Berenice teve fundamental participação por suas experiências, de uma pessoas que lutava pelos direitos da PCD, sua vinda ao Brasil, foi relevante para que contribuísse na fundação de mais uma associação de pais e amigos. Essa mulher chegou e permaneceu no país, por não ter encontrado associações de pais com a mesma finalidade. Desse modo, sua participação foi mais um legado na história da criação do movimento das Apaes em solo brasileiro, ao mobilizar esse grupo de pais, amigos, professores e médicos. Percebo a grande influência que teve para fundação deste movimento, bem como na contribuição de dos movimentos sociais que contribuíram para a transformação educacional e social da PCD, que estava à margem de atendimentos e cuidados fundamentais para todo ser humano.

Cabe observar, que a criação da Apae Belém, contou também com a participação da então presidente da Fundação Pestalozzi do Pará e de outras personalidades que aceitaram o desafio de iniciaram a organização da Apae local e continuar lutando em prol da educação da PCD. Ressalto o esforço realizado por essa entidade filantrópica, que buscou sempre realizar ações no sentido de levantar verbas para a sua manutenção, pois para a sua criação na década de sessenta, não contou com o apoio do Estado sendo atuação da sociedade civil, mas que foi responsável pela criação da ERC Dr. Saint Clair Martins que foi um reverberar das mobilizações que ocorreram nacionalmente, avançando para os demais municípios paraenses.

O estudo também mostrou que houve uma similaridade em alguns pontos entre a Apae Belém e Fundação Pestalozzi, onde uma das fontes documentais, destaco tal similaridade, quanto ao público-alvo de atendimento entre as duas instituições, assim como na participação direta das personalidades Dr. Saint Clair Martins e da sr^a Nazaré Nascimento na Fundação Pestalozzi do Pará.

Os resultados evidenciaram a participação do Dr. Saint Clair Martins como um dos fundadores da Apae de Belém e a sr^a Nazaré Nascimento como sendo uma das presidentes desta instituição, sendo constatado a sua contribuição tanto para a história da entidade Apae como educadora pioneira da Educação Especial no Pará.

A história desta criação da Escola Dr. Saint Clair Martins realizada na década de 1980, demarca um período em que os atendimentos para esse público eram escassos, havendo a necessidade da criação de outras instituições que oferecessem atendimentos especializados educacionais. Destaco a parceria entre Apae de Belém e Secretaria de Educação do Estadual, sendo importante para que esta pudesse organizar-se como instituição escolar, porém já prestava serviços a sua comunidade, na defesa de direitos desde 1962.

A Escola em Regime de Convênio Dr. Saint Clair Martins, traz em seu nome uma homenagem a um dos seus fundadores da entidade Apae de Belém, que a princípio foi criada com a finalidade de prestar “assistência à criança excepcional”. Ressalto, que esta escola iniciou as suas atividades num período em que os atendimentos direcionados à infância desses sujeitos eram raros. Portanto, a criação da ERC Dr. Saint Clair foi um marco na história da E.E. amazônica, alcançando avanço e o crescimento de atendimentos especializados educacionais, que se estenderam até a atualidade, porém não mais como instituição escolar. Este estudo, respondeu ao objetivo específico em constatar de que forma era organizada pedagogicamente a ERC Dr. Saint Clair Martins pela instituição Apae de Belém do Pará, a partir de seu Projeto Político Pedagógico, constatei que trata-se uma instituição escolar com algumas peculiaridades por se tratar de uma escola especial, direcionada para um público alvo específico, pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Esta escola funcionou de 1982 a 2009, ofertando: Educação Infantil, Ensino Fundamental e a EJA por meio de programas direcionados à formação profissional.

Para tanto, oferecia serviços educacionais, de saúde e de assistência social, onde desde bebês (estimulação precoce), recebiam atendimentos terapêuticos em uma instituição de cunho educacional. Possuindo um quadro de profissionais da educação com professores, inspetor de aluno, pedagogo e outros. Além de oferecer atendimentos especializados pelos profissionais da saúde como: médicos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, assim como da assistência social, por meio do Centro Multidisciplinar de Saúde, onde educação e saúde desenvolviam trabalhos concomitantemente.

Na organização pedagógica, foi possível perceber que os alunos que se encontravam acima dos 15 anos, participavam da EJA e de programas direcionados para a profissionalização. As fontes iconográficas mostraram os estudantes nas oficinas confeccionando vassouras, reforçando a preparação para o mercado de trabalho de sujeitos rotulados como incapazes.

Neste sentido, posso afirmar que como instituição escolar direcionada a PCD, estava organizada de acordo com as diretrizes da LDBEN nº 9394/96, apresentando particularidades

por se tratar de uma instituição especializada, que levava em consideração as limitações de seu público alvo, um período da integração escolar, onde haviam as classes especiais nas escolas regulares.

O estudo comprovou que a história da criação da ERC Dr. Saint Clair Martins, foi uma iniciativa da Apae de Belém, que deixou o seu legado na história da Educação especial no Pará, além de ter contribuído para uma visibilidade maior desses sujeitos, tanto para que o Estado do Pará pudesse investir na educação especial local. Foi uma ação que mobilizou a entidade filantrópica a se estendesse para os demais municípios paraenses, alcançando um público maior de alunado.

Logo, a investigação mostrou que os avanços na educação da PCD, foram por meio de inquietações da sociedade civil, a exemplo do Movimento das Apaes que lutou em prol de atendimentos para esses sujeitos, resultando na criação da Escola Dr. Saint Clair Martins, instituição que encerrou suas atividades em 2009. Entretanto, a entidade Apae Belém, continua oferecendo serviços diferenciados, organizados a partir de 2010 como Atendimento Educacional Especializado. Este estudo mostra a força que tem a mobilização da sociedade civil em prol de objetivos que sejam para o bem comum, sobretudo, daqueles que foram injustiçados e excluídos historicamente das instituições educacionais.

REFERÊNCIAS

Fontes

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS. *Ata de reunião de fundação da APAE Belém*, 30 nov,1962. 3p.Documento interno.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS. *Estatuto da Apae de Belém, 2009. Belém.*

ESCOLA EM REGIME DE CONVÊNIO DR. SAINT CLAIR MARTINS. *Projeto Político Pedagógico*. Belém: Escola em Regime de Convênio Dr. Saint Clair Martins, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Termo de Convênio Nº 001/98, Belém, p. 5, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Cartilha de Educação Especial: no caminho certo para a educação inclusiva, Belém, p. 2019.

REVISTA APAE DE BELÉM 50 ANOS: Uma trajetória de amor e luta pela inclusão. Belém, v. S/N. FEAPAES-PA, Ano 2013.

REVISTA MENSAGEM DA APAE BRASIL: Edição 60 anos. Vol. 01. Novembro de 2014.

Revista Latino am. Psicopat. SILVA. R. P. Medicina, educação e psiquiatria para a infância: o Pavilhão-Escola Bourneville no início do século XX. V.12.n.1.p. 195-208, março de 2009.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, J. **Inclusão do trabalho da Pessoa com deficiência:** um estudo na Apae de Barcarena, dissertação, UFPA, Belém, 2013.

BENTES, J. A. O.; HAYASHI, M. C. P. I. Normalidade e disnormalidade: formas de trabalho docente na educação de surdos. Campina Grande: EUEPB, 2012.

BORGES, A.A.P.; GOUVEA, F.C.F. **A constituição da Educação Especial no Brasil:** entre tempos, lugares e pessoas. Cadernos de História, v.22, p-1-4, e54, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: maio, 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases de educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 20 maio, 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, MEC, SEESP, 2001. Disponível Em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 20 nov,2023.

BRASIL. Lei nº 3. 146, de 06 de junho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. **História da Educação Especial: em busca de um espaço na história da educação brasileira.** Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Vera%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf Acesso em: 01 de julho de 2023.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 2ed. Rio de Janeiro> Forense Universitária, 2002.

COSTA.C.J.; MELO, J.J.P.; FABIANO, L.H. **Fontes e Métodos em História da Educação.** Dourado, M: Ed. UFGD, 2010.

CURY. J. C.R. **Educação e contradição:** elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo São Paulo: Cortez Autores associados. 1989.

DEMO. P. **Metodologia do Conhecimento Científico,** São Paulo: Atlas, 2000.

ESQUINSANI, Rosimar, S. As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. **Educação Unisinos.** p. 103-110. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4496/449644443006.pdf> Acesso em: 03 de janeiro de 2025.

FARIAS. R.R.S. **Itinerários da Institucionalização da Educação Especial no Estado do Pará:** Perspectivas a partir da história social. Tese. (Doutorado em Educação e Ciências Sociais), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2019.

FAUSTINO, R.C., GASPARIN, J. L **A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino da história,** 2001.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES(FENAPAES) Rede APAE e sua história. Disponível em: www.apaebrasil.org.br/.artigo.phtmla=2 Acesso em: 29 de junho de 2023.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES (FENAPAES). Política de Atenção Integrada da Rede Apae. Disponível em: [Política de Atenção Integral e Integrada da Rede Apae - online](http://cdn-apae-dev.s3.amazonaws.com) (cdn-apae-dev.s3.amazonaws.com) Acesso em: 20 de maio de 2023.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **História do Movimento das Apaes:** Resiliência, resistência e protagonismo. Brasília: Editora Divas, 2023.

FERREIRA. A.B. DE H. **Miniaurélio século XXI Escolar:** o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Fragmentos de Belém – uma antologia da cidade – Hospital Juliano Moreira/História de Loucura, Disponível em: <https://fragmentosdebelem.tumblr.com>. Acesso em: 02 Fev.2024.

FREIRE.P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE.P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

FUNARI, Pedro.P. Fontes Arqueológicas. In: PINSKY. C. B. (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2006.

JANNUZZI. G. História da Educação do “Deficiente mental” no Brasil: de 1876 a 1935. Faculdade de Educação. Tese. Unicamp,1985.

JANNUZZI. G. A Educação do Deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI, São Paulo, Autores Associados (2004)

KANT, I. Sobre a Pedagogia. Tradução de Francisco Lock Fontenelle. Piracicaba: Ed. Unimep. 1996.

LOBO. L.F. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil, Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MAGALHÃES. J. P. Tecendo nexos: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2004.

MARTIN, M.T. Versión postprint de: Toboso Martín, Mario (2017). “Capacitismo”, en R. Lucas Platero, María Rosón y Esther Ortega (eds.): Barbarismos queer y otras esdrújulas. Barcelona. Ed. Bellaterra. 2017. Páginas 73- 81. ISBN: 978-84-7290-829-1

MARX. M. O Capital: crítica da economia política, São Paulo: Nova cultural, 1996.

MARX. K. O dezoito Brumário de Louis, São Paulo: Centauro, 2003.

MARX, K. Manifesto do Partido Comunista. 2wd. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MAZZOTTA, M.J.S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.6.ed. São Paulo :Cortez, 2011.

MAZZOTTA, M.J.S. Educação Escolar: comum ou especial? São Paulo: Pioneiro, 1987.

MELO. J.J.P. Fontes e métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais. In: COSTA, J.C.; MELO, J.J.P.; FABIANO, L.H. **Fontes e métodos da educação.** Dourados: MS: Ed. UFGD, 2010.

MENDES. E.G. Breve histórico da educação especial no Brasil. *Revista Educación.* vol.22, n. 57, maio-agosto, 2010.

NASCIMENTO. C.B.F. História da Fundação Pestalozzi do Pará (1953-1975): os discursos político-social e educacional na assistência à criança excepcional. Tese(Doutorado em Educação), UFPA, Belém-PA, 2018.

NOSELLA. P.; BUFFA, E. Instituições Escolares: Por que e como pesquisar. 2009.

PRODANOV. Cleber C. Metodologia do trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental:** da superstição à ciência. São Paulo: Edusp, 1984.

RAFANTE, H.C. **Helena Antipoff, as sociedades Pestalozzi e a educação especial no Brasil.** São Carlos, Tese. UFSCAR, 2011.

SANFELICE. J. L. **História e Historiografia da Instituição Escolar.** Revista HISTEDBR, Campinas.n 35, p.192-200, set. 2009.

SCHUELER, A.F.M. **Educação, experiência e emancipação:** contribuições de E.P. Thompson para a história da Educação. Revista Trabalho necessário. Ano. 12, n 18, 2014 (98-122)

SILVA, R. P. **Medicina, educação e psiquiatria para a infância:** o Pavilhão Bourneville, Rev. Latino am. Psicopat. Fund., S.P, v.12, n 1, p. 195-208, março, 2009

SÔNEGO, M. J. F. **A fotografia como fonte histórica.** Rev. Historie, Rio Grande, v.1.,n.2.p 113-120. 2015.

TEIXEIRA, F.C. et al. **Metodologia da Pesquisa Histórica,** v. único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

TURCI. D.A.; RODRIGUES, L. A.; LOURENÇO, E. “Helena Antipoff uma biografia intelectual”, **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional.** 18. nº 2. Maio/Agosto de 2014.p.355-357.

VIEIRA, M.P.A.; PEIXOTO, M.R. da C.; KHOURY. Y.M.A. **A Pesquisa em História.** São Paulo: Ed. Ática, 1989.

ZANELLA, Liane C.H. **Metodologia de Pesquisa.** 2ed. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.

SITES

Casa de Osvaldo Cruz

<https://basearch.coc.fiocruz.br>), 2023.

Acesso em 20 de janeiro de 2024.

Fragmentos de Belém

<https://fragmentosdebelem.tumblr.com>), 2024

Acesso em 20 de janeiro de 2024

Hospital da Caridade na Belém Imperial: caracterização

<http://www.dezenovevinte.net> Acesso em: 05 Fev.2024.

Acesso em 05 de fevereiro de 2024.

APÊNDICE A

GUIA DE TESES E DISSERTAÇÕES QUE ABORDAM A EDUCAÇÃO ESPECIAL

| TÍTULO | PROGRAMA | ANO | AUTOR(A) |
|---|----------|------|---------------------------------|
| O currículo da sala de recurso multifuncional suas contribuições para o processo de escolarização de alunos com deficiência do ciclo I da EMEIEF Rotary -Belém-Pa | PPEB | 2018 | Daniele Cristina Salgado Garcia |
| O currículo d escolarização de alunos com TEA no ciclo I do Ensino Fundamental da EMEIEF Rotary: problematização sobre o conteúdo escolar | PPEB | 2018 | Jéssica Ferreira Nunes |
| A trajetória de escolarização de um aluno com deficiência intelectual: entre otimismo e frustrações | PPEB | 2018 | Renata da Silva Andrade Sobral |
| Avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência nas salas de recursos multifuncionais de escolas públicas de diferentes redes de ensino o município de Belém/PA | PPEB | 2019 | Vanessa de Lima Cabral |
| Experiências de uma criança com TEA na Educação Infantil | PPEB | 2020 | Lyanny Araujo Francês |
| A prática curricular de uma professora de apoio pedagógico no município de Breves-PA: perspectivas de inter-relação entre a Educação Especial e a Educação comum | PPEB | 2020 | Maria Mônica Ferreira Mendes |

| | | | |
|--|------|------|--|
| Uso do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI) para a inclusão educacional de alunos com deficiência | PPEB | 2020 | Maria Vânia Quirino dos Santos |
| O Atendimento Educacional Especializado na educação infantil promovido pelo Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes, Belém-Pará | PPEB | 2020 | Michelle Rodrigues Gomes |
| Cartografando (in)visibilidades surdas na escola básica | PPEB | 2020 | |
| Avaliação Educacional Especializada: estudo sobre os relatórios do NAAE/SEDUC-PA para o encaminhamento de educandos ao AEE | PPEB | 2020 | Rosangela do Socorro Nascimento Oliveira |
| Tecnologias Assistivas nas salas de recursos multifuncionais: análise das ações da rede municipal de ensino de Belém para a garantia de mecanismos de acessibilidade curricular aos alunos com deficiência | PPEB | 2021 | Angela Costa Sousa |
| Educandos cegos do ensino médio da rede estadual de ensino em Belém-PA e suas vivências na escola | PPEB | 2022 | Larissa Oliveira Mesquita Ribeiro |
| A sala de recursos multifuncionais como espaço pedagógico curricular para o atendimento dos alunos com deficiência nas escolas da rede estadual do Pará | PPEB | 2022 | Mara Núbia de Souza Maués |

| | | | |
|---|------------|-----------|--------------------------------------|
| Salas de Recursos Multifuncionais da rede municipal de Belém-Pa: organização e funcionamento em escolas municipais | PPEB | 2022 | Suziane Azevedo Antunes |
| Representações sobre eu-outro-outros no processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais em dois programas de educação e saúde de Belém do Pará | PPGED-UEPA | 2005-2007 | Kássya Christinna Oliveira Rodrigues |
| Educação de Surdos no contexto amazônico: um estudo da variação linguística na LIBRA | PPGED-UEPA | 2006-2008 | Kátia do Socorro Carvalho Lima |
| Representações Sociais de Professores sobre a inclusão escolar de educandos com necessidades educacionais especiais | PPGED-UEPA | 2007-2009 | Roseane Rabelo Souza |
| A rotina da classe especial com jovens e adultos em tempo de inclusão | PPGED-UEPA | 2008-2010 | Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes |
| Representações Sociais de professores do ensino fundamental sobre o aluno surdo: A(in)visibilidade da inclusão escolar | PPGED-UEPA | 2009-2011 | Andrea Pereira Silveira |
| Identidade e metamorfose na educação de surdos de Belém | PPGED-UEPA | 2009-2011 | Hermínio Tavares Sousa dos Santos |
| Escola Inclusiva e Autismo: saberes e práticas educativas de docentes de Belém-PA | PPGED-UEPA | 2010-2012 | July Rafaela Vasconcelos |
| Da LIBRAS para a língua portuguesa oral: a interpretação como processo de retextualização | PPGED-UEPA | 2010-2012 | Ozivan Perdigão Santos |

| | | | |
|--|------------|-----------|--------------------------------------|
| A educação profissional da pessoa com deficiência: processo de inclusão | PPGED-UEPA | 2010-2012 | Suelen Tavares Godim de Assis |
| Roda da inclusão: práticas educacionais do grupo união capoeira | PPGED-UEPA | 2011-2013 | Alberto Alana de Sousa Carneiro |
| Formação e práticas em sala de recursos multifuncionais de escolas estaduais referências em educação inclusiva | PPGED-UEPA | 2011-2013 | Lígia Maria Acácio Alves |
| Tessituras da inclusão na educação de jovens e adultos no município de Altamira-Pará | PPGED-UEPA | 2011-2013 | Mônica Dias de Araujo |
| Representações sociais de discentes do curso de letras-libras da UEPA acerca da pessoa surda | PPGED-UEPA | 2012-2014 | Cynthia França Cavalcante de Andrade |
| Formação de professores de curso de educação física: a inclusão escolar da pessoa com deficiência | PPGED-UEPA | 2012-2014 | Loyana da Costa Souza |
| Educação de jovens e adultos: vozes de inclusão protagonizadas em saberes culturais na Amazônia | PPGED-UEPA | 2012-2014 | Margarida Maria de Almeida Rodrigues |
| Representações sociais de professores a respeito do Atendimento Educacional Especializado para alunos surdos | PPGED-UEPA | 2013-2015 | HuberKline Guedes Lobato |
| Cenas de letramento e multiletramento na educação de crianças surdas em uma escola de Belém | PPGED-UEPA | 2013-2015 | Tatiana Cristina Vasconcelos Maia |
| Representações sociais de educandos surdos sobre o profissional intérprete de língua de sinais no contexto educacional | PPGED-UEPA | 2013-2015 | Waldma Maira Menezes de Oliveira |

| | | | |
|--|------------|-----------|-------------------------------------|
| Glossário visual bilíngue na educação de surdos: estudos sociolinguístico na língua brasileira de sinais | PPGED-UEPA | 2014-2016 | Carina da Silva Mota |
| Atendimento Educacional Especializado: uma análise sobre a construção identitária de professores que atuam na sala de recursos multifuncionais | PPGED-UEPA | 2014-2016 | Felipe Lisboa Linhares |
| Saberes culturais de jovens e adultos com deficiência, de comunidade das ilhas de Abaetetuba-PA | PPGED-UEPA | 2014-2016 | Maria Valdeli Matias Batista |
| “Prática Pedagógica do professor com aluno autista no contexto da escola inclusiva” | PPGED-UEPA | 2015-2017 | Janiby Silva de Oliveira |
| Práticas de letramento de pessoas com deficiência em um bairro da ilha de Caratateua/PA | PPGED-UEPA | 2015-2017 | Josivan João Monteiro Raiol |
| Tessitura de muitas vozes: as interações sociais de jovens e adultos com deficiência intelectual | PPGED-UEPA | 2015 | Mônica de Nazaré Carvalho |
| Surdos Bilingues bimodais- um estudo de caso sobre as interações comunicacionais entre surdos falantes nativos e falantes tardios | PPGED-UEPA | 2017-2019 | Carla da Silva Mota |
| A educação infantil inclusiva: práticas pedagógicas de professores em escolas da SEMEC/Belém | PPGED-UEPA | 2017-2019 | Katia Maria dos Santos Dias |
| Relações de alteridade: narrativas de/sobre alunos com deficiência intelectual | PPGED-UEPA | 2017-2019 | Simone de Jesus da Fonseca Loureiro |

| | | | |
|---|------------|-----------|------------------------------------|
| As representações sociais de um adolescente surdo quilombola: afirmações étnicas, conflitos, culturais, paradigmas educativos e estratégias dialógicas | PPGED-UEPA | 2017-2019 | Vera Lúcia de Cristo Lobato |
| Narrativas de alunos com deficiência intelectual: o público e o provado em suas vivências sexuais no contexto escolar | PPGED-UEPA | 2018-2020 | Angélica Bittencourt Galiza |
| O silêncio e o ouvir das crianças surdas: mediante as práticas metodológicas em sala de aula | PPGED-UEPA | 2018-2020 | Hadassa Queiroz de Souza Damasceno |
| Memória e história de vida de alunos com deficiência na EJA | PPGED-UEPA | 2018-2020 | Iranildo da Silva Oliveira |
| A criação de sinais-tempo do ballet vaganova em libras | PPGED-UEPA | 2018-2020 | Uisis de Paula da Silva Gomes |
| Práticas de professores em interface educação especial e educação do campo em uma instituição especializada | PPGED-UEPA | 2019-2021 | Ana Cristina de Sousa Santos |
| As Representações Sociais de professores e facilitadores da criança com Transtorno do Espectro do Autismo em uma escola bilíngue da educação infantil | PPGED-UEPA | 2019-2021 | Ana Paula Santos Sarmanho |
| Alfabetização de educando/as com autismo na perspectiva educação freireana: análise de uma turma do projeto de pesquisa-ação em educação especial do NEP/UEPA | PPGED-UEPA | 2020-2022 | Débora Kátia Ferreira do Carmo |

| | | | |
|---|------------|-----------|--|
| Educação Intercultural de pessoas com deficiências: a política de acesso na universidade do Estado do Pará de 2012 a 2020 | PPGED-UEPA | 2020-2022 | Miguel Costa Silva |
| A família e a escolarização da criança com deficiência: Estado da arte | PPGED-UEPA | 2020-2022 | Narciza Valériados Santos Carvalho Neves |
| Políticas,indicadores socioeducacionais: produções científicas da educação especial do campo no Estado do Pará | PPGED-UEPA | 2021-2023 | Eliane do Socorro Oliveira Ribeiro |
| Formação em Artes cênicas de pessoas com deficiências: processos pedagógicos inclusivos para o desenvolvimento integral dos discentes | PPGED-UEPA | 2021-2023 | Glaise de Nazaré Ramos Bastos |
| Um estudo sobre a inclusão dos/as alunos/as com deficiência | PPGED-UEPA | 2021-2023 | Joyce Karina Lima Rocha |
| Crenças e práticas de professores acerca do uso das tecnologias na educação inclusiva de escolas da rede municipal de ensino fundamental de Santarém-PA | PPGE-UFOPA | 2015 | Juliana do Teixeira Amaral Oliveira |
| Aprendendo a falar e a escrever com as mãos: o professor alfabetizador diante do desafio de alfabetizar a criança surda | PPGE-UFOPA | 2016 | Gilma da Silva Pereira Rocha |
| Aluno com deficiência física: Cognições sobre suas habilidades sociais no contexto da educação física escolar | PPGE-UFOPA | 2019 | Sueley Carvalho Costa |
| Habilidades sociais> o que pensam os professores de alunos com deficiência no ensino regular | PPGE-UFOPA | 2020 | Maria Daniela Guzman Barillas |

| | | | |
|--|------------|------|------------------------------------|
| A Surdez na aldeia: análise de uma realidade à luz da teoria histórico-cultural | PPGE-UFOPA | 2020 | Bárbara de ALmeida Cunha |
| A interação da criança surda no espaço da educação infantil | PPGE-UFOPA | 2020 | Patrícia dos Siqueira Santos |
| Políticas de Acessibilidade para o surdo no ensino superior: uma análise na Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA | PPGE-UFOPA | 2022 | Gislainy Ferreira Fernandes |
| É saber se sentir infinito num universo tão vasto e bonito, é saber sonhar a corporeidade: A corporeidade da pessoa com deficiência visual | PPGE-UFOPA | 2022 | Andressa Karoline Santana Teixeira |
| Percepções de professores de educação especial, acerca de suas práticas com alunos surdocegos no interior da Amazônia | PPGE-UFOPA | 2022 | Fabiane Mota Rabelo |
| Trajetórias surdas no ensino superior de Santarém-PA | PPGE-UFOPA | 2023 | Dalianne Luma Mota |
| A inclusão do aluno com TEA na educação escolar: um panorama da produção bibliográfica sobre este fenômeno | PPGE-UFOPA | 2023 | Isabela Silva de Vasconcelos |



APÊNDICE B - CARTA DE ANUÊNCIA

**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém CNPJ/MF °
04.975.561/0001-67**

Av. Generalíssimo Deodoro, nº 413 – Umarizal – Belém – PA - CEP: 66.055-240 Fones: (91)
3241.1644/3241.2955 / Fax: (91) 3223.8914
E.mail. belem@apaepa.org.br

CARTA DE ANUÊNCIA

Pesquisadora responsável: NÚBIA CRISTINA SOUZA NUNES

Título da Pesquisa: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA APAE BELÉM: de Unidade Especializada para Atendimento Educacional Especializado

Declaro que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém está de acordo com a solicitação de pesquisa, ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante e de seu compromisso no resguardo da segurança e do bem-estar dos sujeitos participantes dispondo de infraestrutura necessária para tanto.

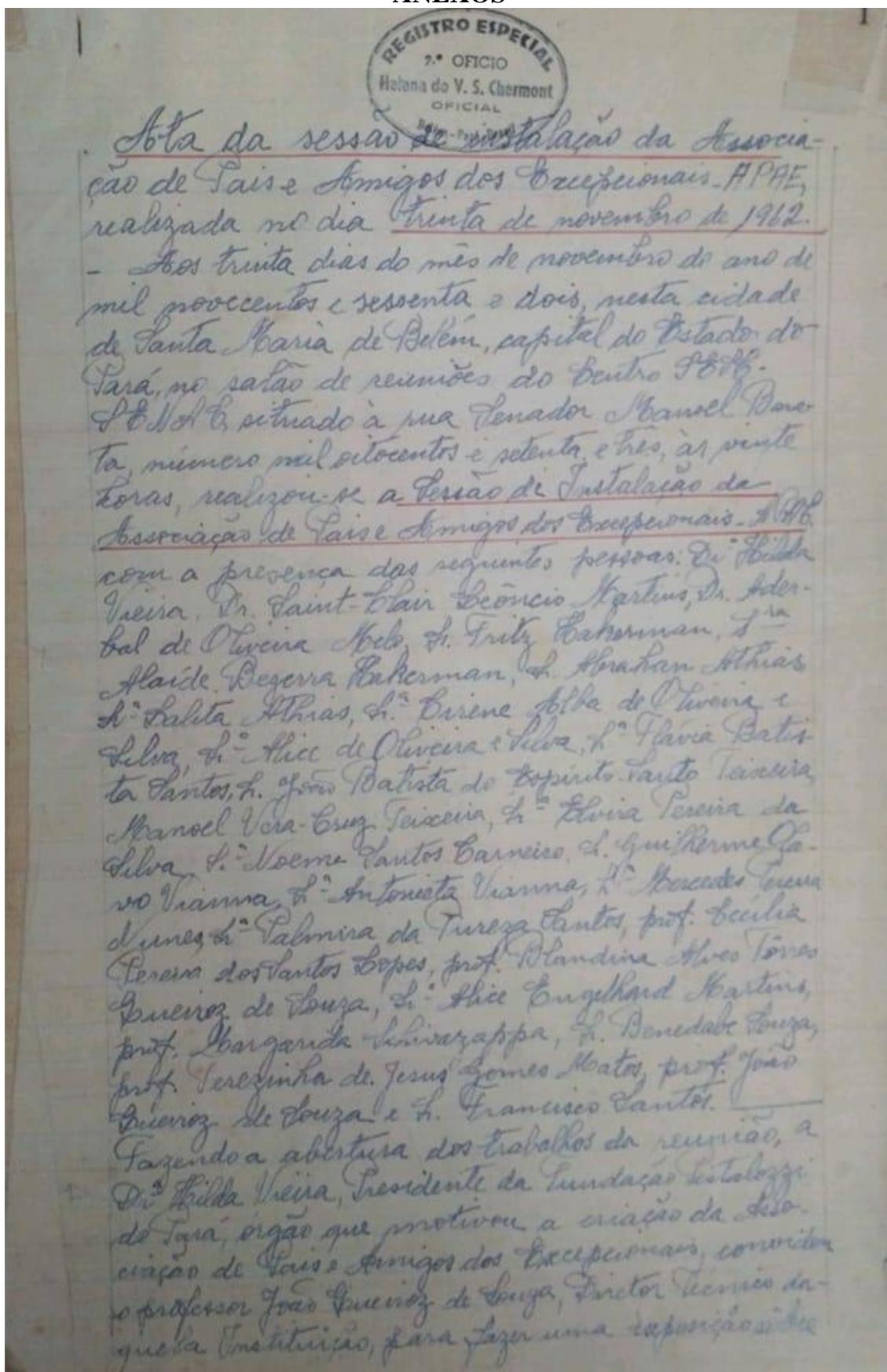
É de responsabilidade do pesquisador: 1) Dar início a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser **aprovado** pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos; 2) Obedecer às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos; 3) Assegurar a privacidade das pessoas contatadas diretamente, assim como garantir que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da APAE Belém e; 4) Entregar ao Instituto de Diagnóstico, Pesquisa e Ensino (IDIPE), localizado na APAE Belém, a versão final do trabalho científico.

Belém, 18 de outubro de 2023.

Louise Escócio

Gerente do Instituto de Diagnóstico, Pesquisa e Ensino (IDIPE) da APAE de Belém

ANEXOS





a organização e vida das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, que conheceu no Sul do País, como participante da delegação do Paraná, da 1^ª Reunião Regional das A.P.E.s. — O referido técnico, em exposição detalhada, falou de excepcionais, mostrando dados estatísticos de sua proporcionalidade, segundo os com os objetivos de uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com a finalidade de prestar assistência a Criança Excepcional, e sua estrutura. — A seguir, foi sugerido pela Dr. Hilda Vieira, Presidente da Fundação Testabriga do Paraná, que se constituísse uma Diretoria Provisória. Foi indicado, a seguir, por unanimidade, o nome do dr. Aderval de Oliveira Kilo para Presidente, e os seguintes membros: Secretário, o Bendabe Souza Vargas, Fritz Reckerman, Antônio Viligal, dr. Edson Franco, dr. Laíta Athias, dr. Luiz Alba de Oliveira e Silva, e um representante do Governo de nosso Estado, a ser indicado posteriormente. Assumindo a direção dos trabalhos, o dr. Aderval de Oliveira Kilo propôs a criação da Comissão de Relações Públicas, indicando-se para a mesma, nomes dos Cronistas Sociais, srs. Graciliano Brito, Ubiratan Aguiar, Carlos Mendonça, Regina Lacerda dos Santos e Roberto Jares, o qual foi aceito, por unanimidade. — Propôs ainda o Sr. Presidente que o prof. José Genuino de Souza e prof. Blandina Alves Tóres Souza de Souza funcionassem como Assessores Técnicos dessa Diretoria Provisória. — A seguir, o Sr. Presidente pôs em discussão a mensalidade de Cr\$ 1.500,00 (cento e cinquenta cruzeiros) para os sócios contribuintes, o qual, após debate da matéria, foi aprovado. — Colocando-se

REGISTRO ESPECIAL
2.º OFÍCIO
Helena do V. S. Chermont
OFICIAL
Agen. - Pern. - Brasil

a palavra franqueada, p.º uso da mesma o Dr. Leontino
Dionicio Martins, Director Técnico da Fundação Católica
do Paraná, para sugerir que as pessoas presentes assi-
masssem o Livro de Presença e fôssem considera-
das sócios fundadores dessa organização mar-
cente, o que, posto em discussão, foi unanimemen-
te, aprovado. — E, como ninguém mais qui-
zesse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente da
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, expri-
miu a confiança que lhe foi depositada, e fixou
para as terça-feiras, à noite, as reuniões
da "Sociedade Paroquial", no Centro SES-SENAF
de São Francisco das Chãs, no dia 21 de outubro de 1962.
Assim, ficou a presente ata, transcrita p.º este
local p.º nome Alba de Oliveira e Silva
que constata, vai assinada por quem
deu o ofício.

Petrópolis, 30 de novembro de 1962

*P.º uso da palavra.
Helena*

Palmira Santos
Cecília Perina dos Santos Lopes
Drauzio Ferreira em lacto
Alice Engelhard Martins
Wilhelmine Alves Giannelli
Eugenio Alba de Oliveira e Silva
Alice de Oliveira e Silva

Registro Civil das Pessoas Jurídicas

2.º Ofício

Apresentado no dia 21 para P.º uso da palavra
e assinado sob n.º de ordem 304
n.º de folha 4

Título: Livro A

Registrado sob o n.º da ordem 304
Livre A - N.º 1 de Registro Civil de
Pessoas Jurídicas
Salvo de P.º em 21-7-69

Oficial

REGISTRO ESPECIAL
2.º OFÍCIO
Helena do V. S. Chermont
OFICIAL
Agen. - Pern. - Brasil

ANEXO- TRANSCRIÇÃO DA ATA DE FUNDAÇÃO DA APAE DE BELÉM

A ata da sessão de Instalação da Associação de Pais e Amigos dos Expcionais. APAE, realizada no dia trinta de novembro de 1962. Aos trinta dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Santa Maria de Belém, capital do Estado do Pará, no salão de reunião do Centro SESC-SENAC, situado à rua Senador Manoel Barata, número mil oitocentos e setenta e três, às vinte horas, realizou-se a Sessão de Instalação da Associação de Pais e Amigos dos Expcionais .APAE. com a presença das seguintes pessoas: Dr^a Hilda Vieira, Dr. Saint Clair Leôncio Martins, Dr. Aderbal de Oliveira Melo, sr. Fritz Hakerman, Sra Alaide Bezerra Hakerman, sr. Abrahan Athias, Sr^a Lalita Athias, Sr^a Cirene Alba de Oliveira e Silva, Sr^a Alice de Oliveira e Silva, sr^a Flávia Batista Santos, sr. João Batista do Espírito Santo Teixeira, Manoel Vera Cruz Teixeira, Sr^a Elvira Pereira da Silva, Sr^a Noeme Santos Carneiro, sr. Guilherme Olavo Vianna, sr^a Antonieta Vianna, sr^a Mercedes Pereira Nunes, sr^a Palmira da Pureza Santos, prof^a Cecília Pereira dos Santos Lopes, prof^a Blandina Alves Torres Queiroz de Souza, sr^a Alice Engelhard Martins, prof^a Margarida Schivazappa, Sr^a Benadabe Souza, prof^a Terezinha de Jesus Gomes Matos, prof. João Queiroz de Souza e Sr. Francisco Santos

Fazendo a abertura dos trabalhos da reunião, Dr^a Hilda Vieira, presidente da Fundação Pestalozzi do Pará, órgão que motivou a criação da Associação de Pais e Amigos dos Expcionais, convidou o professor João Queiroz de Souza, diretor técnico daquela Instituição para fazer uma exposição da organização e vida das Associações de Pais e Amigos dos Expcionais que conhecera no sul do País, como participante da delegação do Pará, da 1^a Reunião Nacional das APAES. O referido técnico, em exposição detalhada, falou de excepcionais, mostrando dados estatísticos de sua proporcionalidade, secundando-os com os objetivos de uma Associação de Pais e Amigos dos Expcionais, com a finalidade de prestar assistência a Criança Excepcional, e sua estrutura. A seguir, foi sugerido pela Dr^a Hilda Vieira, Presidente da Fundação Pestalozzi do Pará, que constituísse uma Diretoria Provisória. Foi indicado, por unanimidade, o nome do Dr. Aderbal de Oliveira Melo para Presidente, e os seguintes membros:Secretário, o Sr. Benadabe Souza; Vogais, Fritz Hakerman, Antônio Vidigal, dr. Edson Franco, sr^a Lalita Athias, sr^a Cirene Alves de Oliveira e Silva, e um representante do Governo de nosso Estado, a ser indicado posteriormente. Assumindo a direção dos trabalhos, o Dr. Aderbal de Oliveira Melo, propôs a criação da Comissão de Relações Públicas, indicando-se a mesma, nome dos Cronistas Sociais, srs. Guaraci Brito, Ubiratan Aguiar, Carlos Mendonça, Regina Pesu Cardoso e Roberto Jares, o que foi, por unanimidade, Propôs ainda o Sr. presidente, que o prof.João Queiroz de Souza e a profa Blandina Alves Torres Queiroz de Souza funcionassem como Assessores Técnicos dessa Diretoria Provisória.

A seguir, o Sr, Presidente pôs em discussão a mensalidade de Cr\$ 150,00 (cento e cincuenta cruzeiros), para os sócios contribuintes, o que, após debate da matéria, foi aprovado. Colocando-se a palavra franqueada, fez uso da mesma o Dr. Saint Clair Leôncio Martins,Diretor Técnico da Fundação Pestalozzi do Pará, para sugerir que as pessoas presentes assinassem o Livro de Presença e fossem considerados sócios fundadores dessa organização recente, aprovado. E, como ninguém mais quizesse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente Associação de Pais e Amigos dos Expcionais, agradeceu a confiança que lhe foi depositada, e ficou para as terças-feiras, À noite, as reuniões da Diretoria Provisória no Centro SESC-SENAC. E eu, Blandina Alves Torres, redigi a presente ata, transcrita para este local por Irena Alba de Oliveira e Silva, que datada vai assinada por quem de direito.

Belém do Pará, 30 de novembro de 1962.